

A integração de migrantes em Portugal - estratégias e ações dos CLAIM

Dissertação de Mestrado

Ana Sofia Rodrigues Teixeira

Trabalho realizado sob a orientação de

Professor Doutor José Carlos Laranjo Marques

Leiria, setembro 2023

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

Dirijo os meus agradecimentos a todas os técnicos que se mostraram recetivos e disponíveis para colaborar com este estudo.

Ao Professor Doutor José Carlos Laranjo Marques dirijo um especial agradecimento, pela disponibilidade e rigor com que orientou este trabalho.

RESUMO

O tema das migrações assume, no panorama atual, uma importância incontornável, a nível global, com a intensificação dos fluxos migratórios.

Esta realidade também afetou Portugal, que nos últimos anos registou uma evolução positiva dos fluxos migratórios e uma transformação nas características dos migrantes. Portugal passou de um país com elevadas taxas de emigração, para se constituir como o país destino de vários grupos de imigração.

A literatura sobre este tema, regista avanços significativos em termos de boas práticas ao nível do acolhimento e integração de migrantes, bem como no combate às diversas formas de desigualdade. Salienta-se a abertura de serviços, com a finalidade de dar resposta às necessidades desta população, entre os quais se destaca os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes.

Com uma sociedade cada vez mais global e heterogénea, importa criar mecanismos de promoção do reconhecimento e valorização da diversidade, bem como da convivência intercultural.

A metodologia empregue neste estudo foi de carácter qualitativo, uma vez que se pretendeu, essencialmente, conhecer, compreender e descrever um fenómeno de

natureza social. Como estratégia de recolha de dados optou-se pela entrevista individual semiestruturada, complementada com pesquisa documental.

Conclui-se, principalmente, que ainda há um longo caminho a percorrer no que concerne à plena integração de migrantes em Portugal. A promoção da interculturalidade é algo que não é descurado pelos técnicos. No entanto, e apesar do reconhecimento da importância da interculturalidade, as atuações e as estratégias prosseguidas pelos CLAIM assumem eixos e ritmos distintos, consoante as idiosincrasias do CLAIM, do território e dos imigrantes que nele habitam, o que se traduz numa falta de intervenção uniforme.

Palavras chave

Mediação Intercultural, migração, inserção social

ABSTRACT

The topic of migration assumes an unavoidable importance at the global level with the intensification of migratory flows.

This reality has also affected Portugal, which in recent years has seen a positive evolution of migratory flows and a transformation in the characteristics of migrants. Portugal has gone from a country with high emigration rates to a destination country for various immigration groups.

The literature on this topic shows significant advances in terms of good practices in the reception and integration of migrants, as well as the fight against various forms of inequality. The opening of services to respond to the demands of this population, such as the Local Centers of Support for the Integration of Migrants, is noteworthy.

With an increasingly global and heterogeneous society, it is important to create mechanisms to promote the recognition and appreciation of diversity, as well as intercultural coexistence.

The methodology employed in this study was qualitative, since it was intended, essentially, to know, understand and describe a phenomenon of a social nature. As a data collection strategy, a semi-structured individual interview was chosen, complemented by documentary research.

The main conclusion is that there is still a long way to go regarding the full integration of migrants in Portugal. The promotion of interculturality is something that is not neglected by technicians. However, despite the recognition of the importance of interculturality, the actions and strategies pursued by the CLAIMs assume different axes and rhythms, depending on the particularities of the CLAIM, the territory and the immigrants who live there, which results in a lack of coherent intervention.

Keywords

Intercultural Mediation, Migration, Social Integration

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract.....	v
Índice Geral	viii
Índice de Tabelas	ixx
Abreviaturas.....	x
Introdução	1
I - Enquadramento teórico	4
1. <u>Migrações: conceptualização e tipologia</u>	4
2. <u>Perspetivas teóricas sobre a migração</u>	7
3. Imigração em Portugal.....	12
4. Mediação Intercultural.....	16
5. Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes.....	27
II - Metodologia.....	33
1. Investigação a desenvolver e objetivos.....	33
2. Tipo de pesquisa e método.....	35
3. Instrumento de recolha de dados.....	35
4. Análise dos dados.....	36
III - Apresentação e discussão de resultados	37
1- Modo de funcionamento do CLAIM - ano em que começou a funcionar, número de técnicos alocados, horário de funcionamento.....	37

2- Caracterização da população migrante nos territórios de abrangência dos CLAIM.....	42
3- Principais problemáticas/ necessidades manifestadas pelos migrantes.....	46
4- Ação do CLAIM no processo de integração dos imigrantes.....	51
5- O papel das estratégias/planos de ação, dos CLAIM, na promoção da diversidade cultural e da interculturalidade.....	57
6- A formação intercultural dos técnicos.....	59
7- Constrangimentos ao desempenho de atividades.....	62
8- A ação dos CLAIM na promoção da coesão municipal e do diálogo intercultural.....	67
9- Tensões entre as comunidades residentes nos municípios.....	70
IV - Conclusões	75
Bibliografia.....	82
Anexos	1
Anexo 1- Guião de entrevista semiestruturada.....	2
Anexo 2 – Requerimento para marcação de entrevista	4
Anexo 3 - Formação Inicial para Membros da Rede CLAIM.....	6
Apêndices	12
Apêndice 1 - Entrevista à técnica responsável do CLAIM do IPL.....	13
Apêndice 2 - Entrevista à técnica responsável do CLAIM do IPV.....	21
Apêndice 3 - Entrevista ao técnico responsável do CLAIM da Mealhada.....	25
Apêndice 4 - Entrevista à técnica responsável do CLAIM de Ameixoeira- Lisboa...33	
Apêndice 5 - Entrevista à técnica responsável pelo CLAIM de Odemira.....	41

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por nacionalidades.....	14
---	----

ABREVIATURAS

CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

MIPEX - Índice de Política de Integração de Migrantes

ACM - Alto Comissariado para as Migrações

CNAIM - Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes

LAM - Linha de Apoio a Migrantes

IPL - Instituto Politécnico de Leiria

IPV - Instituto Politécnico de Viseu

INTRODUÇÃO

Esta dissertação resulta de uma investigação realizada no âmbito do mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Esta pesquisa tem como tema “A integração de migrantes - estratégias e ações dos CLAIM”, onde se procurou perceber de que modo a existência, ou não, de estratégias, ações ou atividades promovidas por parte dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) com a finalidade de promover a integração de imigrantes residentes nos municípios estudados e, existindo, se propiciam ou não a construção de uma cultura intercultural.

Verifica-se que Portugal tem sido, cada vez mais, o destino escolhido de muitos migrantes. Esse fluxo de migração que se tornou mais expressivo a partir do início dos anos 2000, tem-se intensificado sobretudo desde 2015, tendo desde o seu início assumindo contornos muito complexos e fluxos diversificados. A questão da mobilidade das populações constitui atualmente um dos elementos centrais nas nossas sociedades, constituindo-se como um dos maiores desafios e, simultaneamente, uma das maiores oportunidades, dependendo da forma como idealizamos e colocamos em prática as políticas de coesão social e de integração, tanto a nível nacional como local (Pires, 2016). Por migrações entendem-se as deslocações territoriais com alguma permanência no tempo (média e longa duração) e mudança de contexto social e cultural (Peixoto, 1998). No entanto, existe uma complexidade e interdisciplinaridade inerente ao fenómeno das migrações, que tem vindo a dificultar o estabelecimento de fronteiras teóricas neste âmbito (Peixoto, 1998). Salienta-se, também, que muitas vezes, a mudança de contexto social e cultural no âmbito da migração, é elemento amplamente desprezado, não sendo valorizados conceitos como desenraizamento cultural, reconstrução identitária, tensões ou exclusão social dos imigrantes nas sociedades de acolhimento (Monteiro, 2008).

A este nível, e sendo o fenómeno migratório cada vez mais diverso, coloca-se a questão de saber até que ponto as políticas nacionais, de carácter uniforme, poderão dar resposta ou acomodar as necessidades locais ou regionais. Facto é que cada região tem as suas

idiosincrasias, e estas podem ter um forte impacto sobre o processo de integração dos migrantes, pelo que se supõe a necessidade de incrementar políticas, ações e estratégias a nível local, para uma integração eficaz dos migrantes e para a promoção do diálogo intercultural entre a população migrante e a endógena (Pires, 2016). Desta forma, e sendo os CLAIM centros que atuam no processo de acolhimento e integração dos migrantes a nível local, este trabalho pretende identificar estratégias e ações prosseguidas por parte de certos CLAIM no âmbito da integração de migrantes.

Em rigor, a existência de respostas como os CLAIM constitui-se como algo de extrema importância nas sociedades atuais. Os imigrantes constituem nas sociedades de acolhimento, grupos minoritários e são populações especialmente vulneráveis a atos de racismo, preconceito racial e étnico, à pobreza e baixo estatuto socioeconómico (Monteiro, 2008). Importa que os países destino se preocupem em propiciar um ambiente acolhedor para os migrantes, de modo a evitar situações como as descritas, bem como a fomentar coesão social e promoção de um diálogo intercultural entre as várias culturas.

A Mediação Intercultural tem sido considerada uma forma de contributo para o acolhimento das populações migrantes, pressupondo “um avanço na desejada coesão social” (Vieira, 2017: 46). A Mediação Intercultural constitui-se como:

“uma modalidade de intervenção de terceiras partes, sobre situações sociais de Multiculturalidade significativa, orientada para a consecução do reconhecimento do Outro e da aproximação das partes, a comunicação e a compreensão mútua, a aprendizagem e o desenvolvimento da convivência, a regulação de conflitos e adequação institucional, entre atores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados” (Romero citado por Reis et al., 2016: 7).

Tem sido uma metodologia estratégica usada pelo Alto Comissariado para as Migrações na implementação de políticas públicas e nos Centros Nacionais e Locais de Apoio à Integração de Migrantes, uma vez que facilita, quer os processos de integração, quer o diálogo intercultural (Reis et al., 2018).

Pretende-se que esta pesquisa possa dar um importante contributo para compreender o estado da arte relativamente a esta problemática, em território nacional. De igual modo, pretende-se identificar boas práticas desenvolvidas por parte dos CLAIM e que possam vir a servir como ponto de partida, ou exemplo, para outros municípios nos quais a integração da população imigrante e a promoção da interculturalidade ainda não tenham sido alvo de aturada atenção. Pretende-se, de igual modo, apresentar a mediação como um método que os técnicos poderão usar para empoderar esta população migrante e possibilitar a sua integração social.

Esta dissertação encontra-se dividida em 4 capítulos. O capítulo I tem como propósito enquadrar os conceitos considerados fundamentais para a investigação, através da revisão bibliográfica. Deste modo, procura-se abordar teoricamente os conceitos de migração, fazendo também uma breve resenha sobre as perspetivas teóricas do tema ao longo dos anos. Aborda-se a evolução da imigração em Portugal, bem como os principais fluxos, assim como a mediação como estratégia de intervenção e de promoção do diálogo intercultural, e por último, as respostas sociais no âmbito da migração.

No capítulo II, é apresentada a metodologia de investigação, onde são enquadrados a problemática, os objetivos do estudo, e os objetivos específicos. Neste capítulo são ainda descritas as técnicas de recolha de dados utilizadas e, são descritas as técnicas de tratamento de dados usadas, quer na análise de conteúdo, quer nas entrevistas semiestruturadas

O capítulo III está dividido em nove subcapítulos, que representam as questões submetidas aos entrevistados e inerentes ao estudo a desenvolver, bem como a análise dos dados recolhidos

O capítulo IV constitui-se como o último capítulo desta dissertação, onde constam reflexões centrais acerca da problemática em estudo. Neste capítulo são, também, colocadas em evidência algumas observações decorrentes do trabalho de investigação, e que podem representar-se como mote para possíveis futuras investigações na temática das migrações, ou para exercício de reflexão por parte de decisores que tenham como responsabilidade a promulgação de medidas para acolhimento e inserção de migrantes.

I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1- MIGRAÇÕES: CONCEPTUALIZAÇÃO E TIPOLOGIA

Os movimentos populacionais têm vindo a acompanhar a humanidade ao longo da história, podendo-se até referir que a "história da humanidade é também a história das migrações" (Hoffman-Nowotny, 1988, citado por Marques, 2008: 39). Dada esta permanência do fenómeno migratório, este constitui-se como um fenómeno social de especial interesse, ocupando um lugar cativo nos discursos quotidianos do senso comum, mas principalmente nos discursos políticos e científicos, que procuram traçar linhas de entendimento acerca deste fenómeno, que se mostra cada vez mais complexo e flexível.

De facto, os fluxos migratórios contribuíram para conceber o mundo tal como o conhecemos hoje, sendo considerados, tanto hoje como no passado, “uma das principais forças de transformação social em todo o mundo capazes de acentuar, acelerar ou desacelerar diversos processos de ordem económica, jurídica, política, social ou cultural” (Baganha *et al.*, 2010; Castles, 2005 citado por Góis e Marques 2018: 126).

Se por um lado a proliferação do interesse científico em torno do tema das migrações nos remete para um aprofundamento desta temática, sugerindo perspectivas de análise e compreensão pluridisciplinares, por outro, ela remete também para um quadro de alguma imprecisão em torno da sua definição (Marques, 2008). A natureza complexa das migrações aliada à diversidade de perspectivas disciplinares, somam dificuldades em estabelecer fronteiras rígidas conceptuais, o que contribui para a sua indefinição, ou para a pluralidade de definições associadas ao fenómeno migratório.

A maioria das definições atribuídas ao fenómeno em causa não colhem o acordo generalizado, pois não há um entendimento relativo a aspetos como: a amplitude geográfica, a duração da permanência no destino ou os impactos e mudanças sociais implicadas no movimento, para que este possa ser considerado migração. Ou seja, nas várias definições avançadas, há autores que enfatizam uns aspetos, ao passo que outros privilegiam aspetos diferentes. A título de exemplo, o conceito criado por Jackson,

ênfatiza apenas distinção entre migrações temporárias e permanentes, ao passo que Mangalam propõe uma definição mais englobante, onde valoriza aspetos sociais e individuais inerentes ao processo migratório (Malheiros, 1996).

As migrações são uma realidade maleável, existindo diversos parâmetros e dimensões inerentes, o que impossibilita uma conceptualização única de migração, havendo para tal, várias definições, como um exercício de inclusão e exclusão de parâmetros. Peixoto (1998: 12) a este nível, refere que

“uma definição rigorosa da noção de ‘migrações’ é mais complexa do que, à primeira vista, poderia parecer. Apesar de ser fácil distinguir, em certos contextos, um ‘migrante’ de um ‘não migrante’ (...) a quantidade de situações ‘mistas’ coloca problemas inesperados para a definição do termo”.

A Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais de modo a representar a complexidade dos atuais movimentos migratórios, assinalou a enorme diversidade de formas que estes podem assumir, nas quais se destacam: migrações temporárias; permanentes; legais; irregulares; espontâneas; forçadas; de trabalhadores indiferenciados; altamente qualificados; reagrupamento familiar; mobilidade estudantil; migrantes em trânsito; migrantes retornados, entre outros (CMMI, 2005).

Assim, a complexidade, a pluralidade e a multiplicidade das possibilidades migratórias, motivou a necessidade de simplificação deste fenómeno através de “exercícios de tipologização” em diferentes categorias de acordo com as suas características mais evidentes” (Nolasco, 2016: 6). Tal como referido anteriormente, nas várias definições avançadas ao longo dos anos, umas salientam mais aspetos espaciais, outros a dimensão temporal, motivações da decisão migratória ou dimensão política. No entanto, existem dois principais elementos orientadores e que se encontram implícitos em quase todas as definições: a duração do movimento e a distância percorrida. Estes dois elementos constituem um forte contributo na delimitação do objeto de estudo, sendo que é da conjugação destes dois elementos que resulta a já mencionada variedade de definições existentes atualmente e aos inúmeros tipos de migrações que a realidade atual contempla (Marques, 2008).

Existem, assim, vários critérios para a diferenciação das migrações. Atentando à dimensão espacial, ou seja, os limites territoriais atravessados, verificam-se as

migrações internas, locais ou regionais) se a mobilidade ocorrer dentro de um mesmo país, e as migrações internacionais se a mobilidade implicar a transposição de fronteiras entre países. Quanto à duração, o tempo implicado no ato migratório, se o migrante se encontra numa situação transitória, permanecendo pouco tempo no local de destino, estaremos perante uma migração temporária, em oposição, existem as migrações permanentes, em que o migrante se estabelece por um longo período ou de forma definitiva no local destino. Neste âmbito, as Nações Unidas (1980) fazem a distinção de migrantes de longa duração, como aqueles que pretendem permanecer mais de um ano no país em que entraram e, como migrantes de curta duração, os que entram num país com a intenção de aí exercer uma profissão por um ano ou menos (Marques, 2008). Segundo as motivações envolvidas no ato migratório, os principais tipos apontados pela literatura são as migrações laborais, familiares, saúde, estudos, políticos, entre outros. Relativamente à situação jurídica, as migrações podem ser legais ou regulares e ilegais ou irregulares, ou seja, se a travessia da fronteira é autorizada, trata-se de migração legal, se a migração não é autorizada pelo poder do Estado recetor, então a migração estamos perante uma migração ilegal, ou irregular (Peixoto, 1998). Quanto à tomada de decisão para migrar, existem essencialmente duas grandes categorias: as migrações voluntárias, em que a migração é feita de modo livre e consciente, sem qualquer tipo de constrangimento oficial; e as migrações forçadas, onde os indivíduos se vêm obrigados a migrar por motivos políticos, ambientais ou bélicos, como é o caso dos refugiados ou candidatos a asilo (Peixoto, 1998). Segundo a qualificação dos migrantes, há duas grandes categorias: as migrações indiferenciadas, nas quais os migrantes se caracterizam por baixas habilitações académicas que se inserem no mercado laboral nos países destino como mão de obra não qualificada, e as migrações qualificadas, compostas por migrantes detentores de graus académicos ou elevada especialização laboral que, se inserem em segmentos elevados no mercado de trabalho no país destino, essencialmente para auferirem maiores rendimentos (Peixoto, 1998).

Na referência às migrações internacionais, para além das variáveis espaço e tempo, há outro importante elemento a assinalar, a questão política. Ou seja, a travessia de fronteira está sujeita ao sancionamento político por parte das nações envolvidas. A este nível Zolberg, (1989 citado por Nolasco, 2016: 6) refere que:

“para que as migrações internacionais aconteçam não basta que existam disparidades de rendimento entre países, ou vontade de sair e desejo de entrar

noutro país. É o exercício do direito de soberania de controlar quem pode entrar, permanecer e pertencer ao Estado-nação que define as migrações internacionais como um processo social específico. Essa especificidade decorre do seu insuperável caráter político, na medida em que o processo migratório implica não apenas uma realocação física, mas também uma mudança de jurisdição e de pertença”.

Percebe-se que as variáveis espaço e tempo, apesar de serem referências importantes para o estabelecimento de alguns marcos e definições do objeto de estudo, são insuficientes para cobrir todas as possibilidades da realidade migratória. Tal como a questão política, acima referida, também não se pode desprezar a dimensão social. A migração, para além de comportar uma mudança de território, também abarca uma mudança social, o que pode implicar uma mudança de estatuto, uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, uma redefinição das relações sociais, que pode trazer condicionamentos de saúde mental nos migrantes. Jackson (1991, citado por Nolasco, 2016: 5) refere que

“não deixa de ser significativo que pensemos quase sempre nos migrantes como pessoas que mudam de casa e de local de residência, num processo em que a mudança de local de trabalho surge de braço dado com a quebra de antigos laços sociais e a constituição de novos”.

Assim como existem várias possibilidades conceptuais associadas à diversidade de critérios tipológicos ancoradas às migrações, existe também uma série de leituras teóricas sobre as causas e consequências das migrações. Os autores clássicos (Durkheim, Marx, Weber), apesar de também se terem debruçado sobre a problemática das migrações, nunca se preocuparam em desenvolver uma teoria relativa às migrações, sendo que essa busca se prolongou ao longo dos anos, o que culminou na inexistência de uma teoria geral (Marques, 2008; Nolasco, 2016) havendo antes, uma complementaridade de olhares e teorias, que irá ser analisada na seção seguinte.

2- PERSPETIVAS TEÓRICAS SOBRE A MIGRAÇÃO

E. G. Ravenstein, geógrafo e cartógrafo inglês, é geralmente considerado o iniciador dos estudos sistemáticos sobre as migrações, sendo o único autor que se pode considerar “clássico” no tema das migrações emancipando a temática das migrações das formas institucionais dominantes de compreensão social do século XIX. Confrontado com a inexistência de reflexões e compreensões que fizessem jus ao fenómeno migratório, Ravenstein, escreveu três textos relativos às leis das migrações, “The Laws of Migration”, constituindo este trabalho o ponto de partida de muitas revisões de literatura teórica sobre as migrações (Peixoto, 1998).

Como refere Nolasco (2016:15)

-“The Laws of Migration” enunciam um conjunto de princípios que podem ser sumariados da seguinte forma: as migrações acontecem essencialmente por disparidades económicas entre áreas, sendo que os grandes centros urbanos, industriais ou de comércio são espaços de atração; existe uma relação entre o movimento migratório e a distância percorrida, na medida em que quanto maior for a distância menor será o número de migrantes a efetuar esse percurso; se a distância a percorrer for grande, o percurso migratório tende a ser feito por etapas; os migrantes são maioritariamente adultos, provenientes do mundo rural, percorrendo preferencialmente pequenas distâncias; as migrações tendem a aumentar com o desenvolvimento económico e com o progresso da tecnologia e dos transportes”.

Após este trabalho pioneiro de Ravenstein, vários outros autores debruçaram-se sobre as migrações, de forma a complementar o olhar teórico sobre este tema, tendo-se desenvolvido várias teorias que se complementam ou que evidenciam aspetos distintos acerca do mesmo fenómeno. À medida que a literatura avança sobre esta temática, acentua-se o carácter complexo e maleável das migrações, tornando-se impensável a criação de uma teoria única e abrangente acerca do fenómeno migratório, devido às tamanhas divergências que esta abarca. Das principais teorias explicativas contemporâneas acerca do fenómeno migratório, destacam-se as seguintes:

- 1) A teoria neoclássica - trata-se de uma teoria muito influenciada pelas leis migratórias de Ravenstein e pelo modelo push-pull. A teoria neoclássica

interpreta as migrações com especial realce da economia política, onde racionalismo, individualismo e liberalismo constituem-se como uma tríade de princípios fundamentais que concebe o homem como um ser livre e racional, capaz fazer escolhas racionais entre distintas alternativas e optar por aquela que o faz obter melhores resultados com os menores custos. Na sua versão macroeconómica, esta teoria defende que as migrações resultam de diferenças de níveis salariais entre os diversos países. Na sua versão microeconómica, a unidade de análise passa a ser o indivíduo. Assim, o processo migratório é o resultado de uma decisão voluntária, individual e consciente do sujeito, com vista a melhorar o seu bem-estar e, conseqüentemente, aumentar o rendimento auferido pelo seu trabalho (Marques, 2008). Segundo Nolasco (2016: 17), esta perspetiva:

“parte da consideração de que o processo migratório decorre de indivíduos racionais que, conscientes da sua circunstância pessoal e social, e na posse de informação relativa às características de duas ou mais regiões com níveis económicos distintos, ponderam os custos de emigrar com o objetivo de maximizar rendimentos”.

- 2) A teoria dos mercados de trabalho dual - sob a perspetiva económica, os autores desta teoria consideraram que o mercado de trabalho está segmentado em dois níveis: primário e secundário. O segmento primário ocorre em contextos empresariais com elevada relação capital/produção. Caracteriza-se por um trabalho qualificado, estável, com salários elevados, progressos na carreira, mobilidade profissional e diversas outras regalias sociais promotoras de segurança. Pelo contrário, o segmento secundário ocorre em contextos empresariais com dificuldades em gerar lucros. Caracteriza-se por um trabalho desqualificado, precário, mal remunerado, sem inovação tecnológica, nem perspetivas de mobilidade e com níveis altos de desemprego. Ora, esta teoria defende que o trabalho, nas sociedades de acolhimento, é o fator determinante das migrações, pois as economias avançadas procuram permanentemente mão de obra, nomeadamente para trabalhos mal pagos, instáveis e de pouco prestígio. Verifica-se que os imigrantes são aqueles que com mais facilidade aceitam esses

empregos do segmento secundário, assumindo trabalhos onde desempenham tarefas menos qualificadas e com estatuto social inferior, pois consideram estas profissões uma possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho do país de acolhimento (Nolasco, 2016);

- 3) A teoria do sistema mundo - a teoria do sistema mundo procura ultrapassar a lacuna que existia em ligar os países origem dos migrantes com os países destino (Marques, 2008). Esta teoria de inspiração marxista, explica o mundo como um único sistema de natureza capitalista, onde estão integrados todos os espaços nas suas múltiplas manifestações económicas, políticas e culturais, e onde todos estão incluídos ainda de que de formas distintas “em função de discrepâncias na divisão do trabalho, na acumulação de capital, no poder político e no desenvolvimento” (Nolasco, 2016: 22). Isto proporciona uma imagem tripartido do sistema-mundo, em centro (constituído por países poderosos, com sistemas bons sistemas económicos e financeiros, com forte poder político e militar, elevando nível de desenvolvimento social e investimento tecnológico), semiperiferia (espaço intermédio entre o centro e a periferia, assumindo características de ambos) e periferia (assume uma posição de total oposição ao centro, caracterizando-se por países sem poder, sem desenvolvimento e sem capacidade económica, limitando-se a produzir matérias-primas, produtos agrícolas e fornecer mão de obra barata) (Nolasco, 2016). Desta forma, as migrações ocorrem das ruturas que ocorrem no processo de desenvolvimento capitalista. Nas cidades, onde a mão de obra é excessiva em relação às necessidades (devido às transformações de produção do setor agrícola dos países menos industrializados), leva ao recrutamento de mão de obra para posições de baixo estatuto social e baixo salário (Marques, 2008);
- 4) A teoria dos sistemas migratórios - parte da constatação de que um conjunto de países, com afinidades diversas e vínculos que perduram no tempo, estabelecem entre si um sistema de trocas variadas, nas quais estão incluídos os movimentos migratórios. A estrutura dos sistemas migratórios caracteriza-se pela existência de um ou mais países centrais, que funcionam como pólos de atração, e por outros países, tendencialmente menos desenvolvidos, que são emissores de migrantes, sendo que entre os países que enviam os migrantes e os que os recebem, não tem necessariamente de existir proximidade geográfica,

verificando-se até em algumas situações uma distância significativa. Os referidos movimentos migratórios, que inicialmente costumam ser pouco relevantes, vão-se intensificando com o passar do tempo, havendo tendência à criação de redes, em que os migrantes iniciais dão as informações necessárias aos eventuais futuros migrantes e criam as condições de acolhimento necessárias no país de destino. Esses vínculos normalmente resultam de um passado colonial comum, da partilha de elementos culturais e de contextos históricos específicos ou aspetos de índole político, económico, tecnológico, entre outros processos. No entanto, esta vinculação nem sempre é sinónimo de uma relação harmoniosa entre os países, podendo em várias circunstâncias existir tensões e conflitos. (Nolasco, C., 2016).

- 5) Teoria das redes - podemos referir redes de migração a todo o conjunto de relações sociais e interpessoais que vinculam os migrantes a familiares, amigos e a todo o conjunto de pessoas significativas destes no país de origem. Estas redes podem induzir à migração por efeito de influência, sendo que a ida de um familiar, amigo ou conhecido para um país estrangeiro facilita ou instiga à migração de outros, pois estes transmitem informações, apoio de diversas formas ou alojamento aos que também pretendem migrar. Assim, as relações sociais constituem-se não só como um dos fatores explicativos mais importantes, mas sobretudo como um dos principais mecanismos de incentivo à migração, dado que podem facilitar os custos da migração e servem como atenuante às incertezas e dificuldades que esta gera. As redes de migração contribuem também para que o fenómeno migratório se perpetue no tempo, uma vez que, devido ao seu carácter cumulativo, as redes têm tendência a ampliar-se e tornarem-se cada vez mais densas com o passar do tempo até atingirem o ponto de saturação. Aí, observa-se uma desaceleração da entrada de migrantes numa dada região, o que sugere um enfraquecimento das redes de migração para essa área (Arango, 2000).

Todos os olhares teóricos acerca das migrações desenvolvidos ao longo dos anos, contribuíram para um entendimento mais aprofundado deste fenómeno, e das suas causas e dos mecanismos responsáveis pela sua perpetuação no tempo. No entanto,

muitas das teorias inicialmente formuladas, não foram concebidas com o propósito exclusivo de estudar o fenómeno migratório, mas antes para explicar e compreender outras facetas do comportamento humano (Arango, 2000).

3- Imigração em Portugal

A imigração em Portugal não é possível de ser pensada a partir de uma simplificação ou generalização de causas, origens ou características. É marcada por diferentes estruturas sociodemográficas, por diversos motivos, processos imigratórios e formas de perspetivar a integração na sociedade de acolhimento. Existe uma série de fatores subjacentes e influentes no processo imigratório, sejam estes históricos, económicos ou sociais, que singularizam as perspetivas de imigração dos cidadãos que Portugal acolhe. O fenómeno imigratório português é pautado por uma série de particularidades que se devem ter em consideração, tais como: a sazonalidade geralmente ancorada a empregos relacionados com a agricultura ou turismo; migrações temporárias que caracterizam as migrações de estudantes, e migrações de longa duração típica das migrações laborais. Tal como referido por Góis e Marques (2018: 127) “A imigração em Portugal constitui uma realidade complexa, multifacetada, diversa, marcada por diferentes estruturas sociodemográficas, por motivos e processos migratórios diversos e por variadas formas de perspetivar a integração na sociedade de acolhimento e o projeto migratório”.

A presença significativa de imigrantes em Portugal, é algo ainda recente, uma vez que, ao longo da história, Portugal caracterizou-se por ser um país de emigrantes, com um fluxo de saída superior ao fluxo de entrada. Foi a partir da Revolução de 1974 e da subsequente independência das colónias portuguesas em África, que se começaram a observar drásticas mudanças na presença de populações imigrantes no país. A literatura aponta que após a descolonização, aproximadamente meio milhão de portugueses regressaram a Portugal formando-se, desta forma, as primeiras comunidades imigrantes com algum significado numérico. Comunidades essas que derivavam do passado colonial, das relações históricas, culturais e económicas do país, e que devido a processos de reunificação familiar e de formação de novas famílias, registaram um crescimento ininterrupto nos anos subsequentes (Baganha, Marques e Góis, 2009).

A partir da década de 80 do século passado, registou-se uma nova subida nos fluxos de entrada de imigrantes no país. Em 1986, a adesão de Portugal à União Europeia, e com a consequente transferência de avultados montantes financeiros para o país no quadro dos fundos estruturais de coesão, aplicados maioritariamente em infraestruturas de comunicação viária e ferroviária, edifícios e equipamentos públicos e recuperação urbana. Ora, todo este investimento em obras públicas e na construção civil provocou um continuado aumento da procura de mão-de-obra, o que atraiu novos imigrantes, sendo que a maioria também tinha origem nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), particularmente de Cabo Verde (Baganha, Marques e Góis, 2009).

Como referido, até ao início do século XXI, a população imigrante a residir em Portugal era maioritariamente constituída por cidadãos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), concentrada esmagadoramente na área metropolitana de Lisboa e economicamente inserida essencialmente em atividades pouco qualificadas como no sector da construção civil, obras públicas e nos serviços pessoais e domésticos (Baganha, Marques e Góis, 2009). Por sua vez, também o crescimento económico em atividades como, por exemplo, a banca, o imobiliário, o marketing e a informática, atraiu imigrantes, neste caso de altamente qualificados e provenientes da Europa Ocidental e do Brasil. No entanto, e mesmo com a entrada dos referidos fluxos migratórios em solo português, o número de estrangeiros a residir legalmente em Portugal constituía uma pequena percentagem da população. De facto, em 1999, os migrantes representavam menos de 2% do total da população total residente (Baganha, Marques e Góis, 2009).

A partir de 2000 verificou-se uma mudança nas regiões de proveniência dos imigrantes em solo nacional, registando-se um acentuado aumento de entrada de cidadãos provenientes de países da Europa do Leste, em particular a Ucrânia. Este fluxo concentrou-se num tempo muito curto (2 a 3 anos, entre 2000-2002) e devido à sua intensidade anómala, foi alvo de análise por parte dos investigadores, de modo a perceber as motivações deste fluxo, uma vez que Portugal e Ucrânia não possuíam quaisquer laços históricos, culturais ou políticos que justificasse este fluxo (Baganha, Marques e Góis, 2009). Posteriormente, observou-se uma nova alteração na origem geográfica dos imigrantes, “com a redução da proporção de imigrantes europeus e

africanos no total de imigrantes e com o aumento importante da percentagem de asiáticos e brasileiros” (Góis e Marques, 2018: 128).

Fatores como a melhoria da conjuntura económica, o lançamento de projetos públicos e de construção de infraestruturas, a possibilidade de inserção praticamente imediata no mercado de trabalho e uma regularização simplificada tornou Portugal um destino atrativo para imigrantes improváveis (Baganha, Marques e Góis, 2009).

Tabela 1: População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por nacionalidades

Anos	2008	2015	2021
Total migrantes em Portugal continental	425.375	374.741	683.669
Migrantes oriundos da Ucrânia	52.472	35.702	27.194
Migrantes oriundos de Cabo-Verde	50.887	38.346	33.988
Migrantes oriundos do Brasil	106.704	80.515	204.669
Migrantes oriundos da China	13.313	20.815	22.777

Fonte: Pordata, consultado a 29 de novembro 2022

Como se pode constatar na tabela 1, os dados relativos a 2008 mostram já um número total bastante avolumado de imigrantes a residir em solo nacional. Porém, em 2015 verifica-se um decréscimo desse número. Oliveira e Gomes (2014 citado por Góis e Marques, 2018) apontam que a alteração legal de 2007, que veio facilitar a

acessibilidade da nacionalidade portuguesa por parte dos cidadãos estrangeiros, contribuiu para o desaparecimento estatístico de muitos imigrantes em Portugal. A crise económica de 2008, também pode ter tido impacto no decréscimo de imigrantes em Portugal, uma vez que as condições económicas do país deixaram de ser tão apelativas.

Como se pode constatar pela forte redução numérica apresentada na tabela 1, a maior parte dos imigrantes de origem ucraniana que entraram em Portugal entre 2001 e 2003, ou já regressou ao seu país de origem ou reemigrou para outro país ou adquiriu nacionalidade portuguesa. Por sua vez, verificou-se também uma forte redução dos migrantes provenientes de países africanos, nomeadamente Cabo-Verde, onde se pode apontar as razões acima mencionadas para essa alteração numérica.

Como referido anteriormente, é evidenciado na tabela 1 que nos últimos anos os cidadãos oriundos da China têm vindo a aumentar. No entanto, é o aumento da população brasileira que mais se destaca, notando-se um considerável aumento desde 2015.

Assim, ao longo dos últimos 40 anos, devido às drásticas transformações ocorridas a nível social, político, económico e tecnológico, Portugal tal como muitas outras nações, verificou um aumento significativo da população migrante, o que consequentemente conduziu a uma população com maior diversidade étnica e cultural. Face a esta realidade ainda recente na história de Portugal, é importante que as nações tenham ferramentas sociais e políticas, para conseguirem integrar de forma eficaz as comunidades imigrantes. Sendo os fenómenos migratórios uma realidade muito complexa - bem mais que uma mera deslocação de pessoas entre espaços geográficos transnacionais - estes trazem implicações concretas em diversos níveis: demográfico, jurídico ou político, com repercussões nos sistemas, tais como o de saúde, educação, etc. (Monteiro, 2008). A nível social acarretam alguns desafios no domínio da compreensão de valores, de culturas, práticas e normas sociais dos imigrantes. É preponderante a inserção de pedagogias sociais que promovam a interculturalidade e fomentem o diálogo e a inclusão de minorias, sendo que a este nível a integração de ferramentas como a mediação intercultural, torna-se imprescindível para a obtenção de bons resultados, como será esmiuçado nos tópicos seguintes (Marques et al., 2020).

4- Mediação Intercultural

Na linguagem comum, facilmente se ouve falar do termo "mediação", seja mediação familiar, sociocultural, de conflitos, laboral, intercultural, entre outras. De uma forma genérica, a mediação é um procedimento de resolução de conflitos que consiste na intervenção de uma terceira parte, um terceiro instruído, completamente alheio à situação e sem poder de decisão, com o objetivo de facilitar um acordo entre as partes, conservando a autodeterminação dos intervenientes (Jares, 2002). É esta última característica que confere o caráter educativo à mediação, pois as partes, ao longo de todo o processo, são detentoras de capacidade de atuação e aprendizagem, no sentido em que devem aprender por si a resolver os conflitos (Jares, 2002).

Pode até haver uma certa visão simplista da mediação, encarando-a como uma via alternativa de resolução de conflitos (sendo a via principal a via legal). Porém, há que enfatizar o caráter educativo da mediação e das suas potencialidades para a construção de hábitos democráticos, dando primazia ao respeito pelo outro, afirmando-se como um indicador de relevo na construção de sociedades e organizações saudáveis (Jares, 2002).

A palavra "mediar" significa estar “entre-dentro” dois, ou mais, sistemas culturais diferenciados e potenciadores de conflitos, remetendo assim para formas distintas de organização do mundo social (Casa-Nova, s.d.). Ou seja, mediar implica conhecer e compreender essas diferentes formas de organização, perceção e entendimento do mundo social, tendencialmente não partilhadas pelos diferentes atores sociais, tratando-se de “uma estratégia de construção de pontes e trânsitos entre pessoas, diferentes pontos de vista e fronteiras culturais” (Vieira e Vieira, 2017: 45).

De facto, quando os diferentes atores sociais se deparam com situações que escapam ao seu domínio de entendimento do mundo social, onde um sujeito faz uma leitura não concordante do mundo subjetivo de um “outro”, muito devido ao desconhecimento do sistema de valores desse “outro”, existe uma grande possibilidade de emergir uma situação de barreira ao diálogo, o que gera relações de discórdia e alguma tensão social, o que tendencialmente poderá culminar em conflito (Casa-Nova, s.d.). E a este nível, poder-se-ia reduzir a mediação a uma estratégia de resolução de conflitos. Trata-se, contudo, de uma estratégia bem mais abrangente e complexa. Tal como referem Vieira e

Vieira (2016: 40) “a mediação sociocultural e intercultural é passível de usar em vários contextos (...) não só na gestão paliativa dos conflitos, mas, também, a montante dos conflitos, antecipando-os, evitando-os e criando um ambiente de respeito (...) para uma sociedade mais inclusiva”.

No entanto, a mediação não procura instalar a paz e erradicar o conflito, uma vez que isso é uma ideia dicotômica e pouco realista, pois existe um espectro de lugares possíveis entre os extremos de paz e conflito. Aquilo que a mediação pretende é a gestão positiva de conflitos, uma vez que é impossível erradicá-los (Vieira e Vieira, 2016). Aliás, a ideia de erradicação de conflitos até pode ter na sua gênese uma intenção positiva, contudo, não nos iria presentear com nada de bom. Essa ideia ilusória de uma convivência circunscrita pela paz, seria um mote para a estagnação social, e aquilo que se almeja é o avanço social, a construção da interculturalidade, que implica o conhecimento, a compreensão e o respeito pelas singularidades do “outro” (Vieira e Viera, 2016). Neste sentido, a mediação, e mais especificamente a mediação intercultural, é uma modalidade de intervenção que conta com a presença de terceiras partes, orientadas pelo princípio da não intervenção ou da intervenção mínima, sobre situações sociais de multiculturalidade, e é orientada para a aproximação das partes e reconhecimento do outro (Vieira e Vieira, 2016). As ações da mediação são orientadas para a promoção da comunicação, do respeito, da compreensão mútua, da aprendizagem, com a finalidade máxima de regulação de conflitos entre atores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados (Reis et al., 2016)

Aquilo que distingue a mediação intercultural dos outros tipos de mediação, é que esta pretende alcançar transformações entre as partes envolvidas, pretende mudanças de atitude, para que se consiga chegar a um entendimento entre posições por vezes, antagônicas e para que os choques culturais não sejam motivo de segregação (Vieira e Vieira, 2016). Ou seja, não se pretende alcançar entendimentos pontuais, mas sim, intervir de modo a alterar a fibra humana a fim de melhorar a vida em sociedade e introduzir transformações duradouras. Assim, ressalta-se que a mediação não pretende introduzir tolerância, uma vez que este termo pode ter um sentido perverso, pois a tolerância promove a aceitação de condutas de intolerância, e “se se tolera a intolerância, promove-se a injustiça” (Vieira e Vieira, 2016: 40). Para a mediação, tolerar não basta, é preciso alvejar transformações que assentem numa hermenêutica multitépica, que levem ao entendimento do entendimento do outro e respeito por este

(não envolvendo necessariamente concordância), e não numa hermenêutica unilateral, onde a parte dominante tolera a parte mais frágil (Vieira e Vieira, 2017).

Esta ferramenta de intervenção pretende, acima de tudo, promover a autonomia, vulgo empowerment, dos intervenientes, de forma a melhorar a qualidade de vida das partes e promover a inserção das minorias. Assim, e como referido, a mediação intercultural não se resume à gestão de conflitos (Vieira e Vieira, 2016). Vai muito além disso. Tem de incentivar a autonomia, destruir barreiras e transformar comportamentos, atitudes e mentalidades, criar espaço para o respeito do “outro”, embora não concordando com as tomadas de posição desse “outro” (Vieira e Vieira, 2016). Mediar interculturalmente é encontrar terceiros lugares de entendimento entre posições extremadas de modo a promover a compreensão de diferentes versões da realidade, fomentar a autonomia e a livre tomada de decisões. Pretende-se promover a livre participação democrática e transformar o futuro num lugar mais humanizado, porém, com uma preocupação que vai além da paz social (Vieira e Vieira, 2016).

Em qualquer caso, o mediador atua como agente de realidade, contribuindo através das suas intervenções para a mudança de perspetivas dualistas entre as partes, para que possam olhar o problema de outra forma, de modo a alcançar o diálogo, o entendimento mútuo, e de modo a estabelecer um objetivo partilhado. Cabe ao mediador um trabalho de escuta ativa, de modo a “criar situações de encontro e de proximidade favoráveis à emergência de respostas pessoais por parte dos atores da ação (...) terá de promover relações interpessoais no princípio ético de distância ótima” (Carvalho e Baptista, 2004 citados por Vieira e Vieira, 2016: 39). Deste modo, o mediador é fundamentalmente um facilitador de diálogo que promove o entendimento entre as partes (Jares, 2002).

No entanto, este não é um trabalho fácil, implica criatividade por parte do mediador para lidar com cada caso, para acolher os protagonistas, mantê-los centrados no propósito da mediação, de modo que haja um trabalho cooperativo na redefinição do conflito, e para que seja atingido um acordo. Facto é que um “mediador não se educa colando parcelas de teoria” (Torremorell, 2008: 65), a formação de um mediador vai muito mais além dos aspetos teóricos. A formação de um mediador é infinita, estando sempre inacabada, incorpora sobretudo uma vertente autodidata e “um questionamento contínuo para evoluir” (Torremorell, 2008: 65). A postura do mediador também é um critério essencial. Não se deve esperar que este tenha uma atitude neutra, mas sim

multipartial, evitar favoritismos, incorporar valores de horizontalidade, equidade e cooperação, demonstrar empatia, respeitar o pacto de confidencialidade, mostrar respeito e dignidade tanto pelos protagonistas como pelo próprio processo de mediação (Torremorell, 2008).

De facto, um dos aspetos mais controversos ligados ao processo de mediação refere-se à neutralidade associada à figura do mediador. Essa neutralidade, defendida pelos fundamentalistas da mediação clássica, é completamente refutada por Torremorell (2008), optando pelo termo “multipartialidade”, defendida em primeira instância por Diez e Tapia (1999), onde o mediador toma partido por todos, está com todos, ouve todos e compreende todos a partir dos seus próprios pontos de vista (Vieira, 2017). Segundo este termo, a atuação do mediador é pautada por um carácter equitativo, equilibrado, no sentido de não tomar partidos, com a intenção de empoderar e maximizar a autodeterminação das partes do conflito/tensão, de forma a aumentar a convivência entre estas. Assim sendo, a mediação é ação, implicação, empoderamento, escuta ativa, mas também é distanciamento, pois o protagonismo da ação, o controlo das decisões e do resultado deverá pertencer sempre aos participantes (Torremorell, 2008). O conceito de multipartialidade implica uma atitude independente e empática por parte do mediador, pois este enquanto “pessoa independente em relação aos atores do conflito e ao resultado do mesmo, pode adotar atitudes empáticas - não neutras – construtoras de confiança” (Torremorell, 2008: 24). Uma atuação neutra por parte do mediador, iria traduzir-se numa atuação pobre a nível pedagógico e, de facto, os mediadores embora não estando integrados no conflito, estão integrados no processo e “desempenham, inevitavelmente um papel influente no desenrolar do conflito” (Folger e Jones, 1997 citado por Torremorell, 2008: 24), pois o mediador, enquanto terceira pessoa, que assume a função de ponte entre as partes, muda radicalmente as relações já existentes na díade (Torremorell, 2008). Almejar a neutralidade no processo de mediação torna-se um absurdo e um obstáculo a uma intervenção eficaz, até porque “a única maneira de ser neutro é estar morto” (Galtung 1995 citado por Torremorell, 2008: 24). Aliás, um mediador neutro, é um ponto de partida para permitir a reprodução da injustiça, da violência ou da desigualdade, aspetos que deviam ser superados. O mediador, ao ser empático com todos, ao entrar e compreender o mundo cultural de todos, está a assumir uma posição contrária à posição de neutralidade, pois muito do seu trabalho consiste em promover o acesso de minorias a serviços públicos e/ou privados, promover a

construção de uma sociedade multicultural e fazer integrações interculturais e sociais de modo a favorecer a participação social e democrática de pessoas com tendência à exclusão (Vieira et. al., 2018).

A missão do mediador não consiste em “ajudar as pessoas, mas sim, conseguir que elas se ajudem a elas próprias” (Torremorell, 2008: 82). Esta afirmação tem bastante impacto, pois evidencia que a mediação tem acima de tudo um caráter transformativo, no sentido em que pretende introduzir transformações, melhorias pessoais, fortalecimento, crescimento cívico e moral, bem como a revalorização nos envolvidos no processo. Acima de tudo, mediar é trabalhar com o outro e não para o outro. Pretende fomentar a autodeterminação dos protagonistas para que estes sejam detentores do livre exercício das suas liberdades e assunção de responsabilidades, nunca lhes impondo um modo ou filosofia de vida. Ou seja, o trabalho do mediador não passa por determinar o que cada um dos protagonistas deve ou não fazer, mas sim, dotar os protagonistas de autonomia e fomentar a autodeterminação destes (Torremorell, 2008).

Com isto, a mediação contribui conseqüentemente para fortalecer as relações humanas, promover a coesão social e “considerar a possibilidade de nos pormos de acordo com alguém com quem não nos entendemos” (Torremorell, 2008: 83). Assim, conviver implica lidar e aceitar as diferenças, e entender que todos somos portadores de singularidades, de riquezas que devem ser partilhadas e não ostracizadas. No entanto, a mediação não pretende a homogeneização, nem valorizar somente os aspetos comuns como ponto de encontro, pretende sim, introduzir o respeito e a capacidade de compreensão de diferentes versões da realidade, de modo a encontrar pontos de encontro naquilo que é diferente (Torremorell, 2008).

Até em situações favoráveis e mesmo que se traduza numa melhoria da qualidade de vida do migrante, o processo migratório constitui sempre uma mudança radical da vida de um indivíduo. Migrar vai além da mera travessia de fronteiras terrestres. Trata-se, acima de tudo, de deixar para trás um ambiente familiar para enfrentar um novo ambiente, uma nova sociedade com outros costumes, valores, tradições e perceções. Em suma, migrar põe à prova a capacidade de adaptação de qualquer indivíduo (Monteiro, 2008).

Desta forma, mesmo quando a imigração é ponderada de livre vontade e constitui uma travessia para um contexto que à partida trará melhores condições de vida, não deixa de ser uma mudança radical na vida de um indivíduo, ou de uma família. É necessário ter em consideração o impacto traumático que o processo imigratório acarreta, no sentido em que há um corte abrupto com a rotina, a cultura, e um afastamento de amigos e família. “Ao deixar para trás um meio ambiente familiar e confrontar-se com um local desconhecido e uma sociedade com diferentes valores, perceções e tradições, as capacidades dos migrantes de lidar com a mudança são drasticamente postas à prova” (Monteiro, 2008:20). A fragilidade dos imigrantes não se resume à experiência da migração e às ruturas associadas a esta. A fragilidade do imigrante está especialmente ligada a outras condicionantes que estes grupos têm de atravessar no país destino, sobretudo na fase inicial, como uma situação socioeconómica mais precária, a marginalização, a discriminação, racismo, a ilegalidade e a falta de um apoio social adequado. Tudo isto causa uma pressão psicológica avolumada nestes indivíduos com repercussões que podem ser graves, dependendo dos casos (Pussetti et al., 2009). Nesta lógica, torna-se preponderante que cada nação seja sensível a estas questões, sendo que a promulgação de medidas de integração das comunidades migrantes, no seio de uma população cada vez mais heterogénea é algo muito importante.

Integração é aqui entendida, segundo a formulação que Nissen et al. (2007 citado por Malheiros, 2011: 27) realizam

“A integração, tanto em termos sociais como cívicos, assenta no conceito de igualdade de oportunidades para todos. Em termos socioeconómicos, os imigrantes devem ter oportunidades idênticas às do resto da população para desenvolverem vidas dignas, independentes e ativas. Em termos cívicos, todos os residentes devem comprometer-se com responsabilidades e direitos mútuos, assentes no princípio da igualdade. Quando os imigrantes se sentem seguros, confiantes e bem-vindos, eles são capazes de investir no seu novo país de residência e de contribuir de forma valiosa para a sociedade. Com o tempo, os imigrantes podem ter mais oportunidades para participar, mais direitos, mais responsabilidades e, se assim o desejarem, cidadania nacional plena. O processo de integração é inerente às necessidades e capacidades de cada indivíduo e de cada comunidade local. Embora a política governamental seja apenas um dos

fatores que contribui para a integração, ela é vital, pois define o quadro jurídico e político que serve de base aos restantes aspetos.”

Perante a presença dos diversos grupos culturais existentes nas sociedades atuais, e para a sua eficiente integração, os vários Estados-nação apostaram numa primeira instância em modelos multiculturais e, posteriormente, verificou-se a transição para modelos interculturais. O declínio do uso de políticas multiculturais foi provocado pela crítica a essas mesmas políticas, acusadas de promover a segregação, estimular os conflitos étnicos e de mostrarem uma certa dificuldade em promover a coesão comunitária e a confiança (Cantle, 2012 citado por Vieira et al., 2020), além de se apresentar como uma pedagogia que negligenciava os aspetos relacionados com a identidade de cada sujeito (Vieira et al., 2020). Assim, o conceito de multiculturalismo corresponde essencialmente a uma compreensão lata ligada à ideia de sociedades étnica e culturalmente diversificadas, marcadas pela coexistência, a tolerância, de vários grupos culturais minoritários, e à presença de um grupo dominante, não havendo propriamente a promoção do diálogo entre as diferentes culturas (Rocha-Trindade, 2001 citado por Malheiros, 2011).

Uma vez que as sociedades contemporâneas, incluindo a portuguesa, são cada vez mais marcadas pela diversidade étnica e cultural, torna-se fundamental acentuar a tónica da partilha, do diálogo e da promoção de relações entre grupos étnico-culturais distintos, até porque “a coexistência e a interação são frequentemente marcadas por sentimentos de estranheza, incompreensões recíprocas” (Rocha-Trindade, 2001 citado por Malheiros, 2011: 24) e, “no extremo, conflito explícito e mesmo violência. Emerge daí o recurso ao conceito de interculturalidade” (Malheiros, 2011: 24).

Neste quadro, o surgimento de políticas interculturais com ênfase no contacto e no diálogo potenciam, acima de tudo, transformações capazes de promover a comunicação e a interação entre grupos culturalmente diversos. O conceito de interculturalidade acabou por se afirmar sobretudo “no domínio instrumental, associado ao reforço – prático – das competências que permitem melhor comunicação – e compreensão – entre indivíduos de culturas diferentes, sobretudo nas escolas, mas também noutros domínios do espaço público” (Malheiros, 2011: 25). Assim, medidas de inclusão de ordem intercultural são preponderantes, e consideradas as mais eficazes no combate às diversas formas de desigualdade, que afetam particularmente as minorias. Integrar imigrantes

que escolhem Portugal como país destino, implica criar um “sentido de pertença comum (...) algo que só pode ser construído se a relação da pessoa estrangeira com o Estado que a acolhe for simples, capaz e eficaz” (Silva, 2022: 4). Em suma, a interculturalidade contribui para a promoção de diálogo entre pessoas com repertórios culturais distintos, com uma ação transformadora que promove a compreensão mútua das partes envolvidas (Vieira et al., 2020).

À semelhança de outros países Europeus, as medidas de integração dos migrantes em Portugal têm por base o modelo intercultural, sendo esta concebida como “uma ferramenta estratégica para o processo de integração que facilita, primeiro, a “comunicação e a coesão social entre diferentes grupos”; em segundo lugar “o êxito dos serviços públicos e dos direitos de cidadania das minorias e dos imigrantes”; e, por último, “a gestão (identificação, prevenção e resolução) de conflitos que surgem em contextos multiculturais”” (Casadei e Franceschetti, 2009, citado por Vieira et. al., 2020: 23). Pensar na interculturalidade no caso dos imigrantes, implica considerar e entender que “cada pessoa vive entre diferentes culturas” (Marques, Vieira e Vieira, 2020: 55). Cada pessoa procura construir uma nova identidade entre a cultura de origem e a cultura do país destino, “separando esses dois mundos, juntando-os ou construindo uma terceira dimensão de identidade procurando o caminho mais seguro do ponto de vista ontológico” (Camilleri, 1993, Vieira e Trindade, 2008:55).

Desta forma, e no quadro da promoção e estabelecimento de relações de convivência e comunicação entre as populações que coexistem num determinado território social, ou seja, no estabelecimento de uma interação positiva e construtiva entre a heterogénea população imigrante, entre a população imigrante e a população autóctone, assim como entre a população imigrante e as diversas instituições e organizações nacionais (Bernardo, 2021), compete às sociedades de destino e às respetivas organizações, nomeadamente aquelas que desenvolvem atividades na esfera social, a promoção de um conjunto de ações necessárias para uma boa integração dos imigrantes, assegurando a coesão social (Malheiros, 2011). “A este nível, destacam-se os órgãos representativos dos municípios, nomeadamente as Câmaras Municipais, dada a sua proximidade com os cidadãos” (Bernardo, 2021: 24) competindo a estes, a implementação ao nível local de práticas e estratégias que promovam uma integração de proximidade (Malheiros, 2011). Ou seja, entende-se que as medidas promulgadas a nível local, tratando-se de práticas e estratégias de integração de proximidade traduzem-se numa atuação mais específica,

como Dimitri Papademetriou e Sarah Spencer (citado por Malheiros, 2011), referem, do que quando as políticas de imigração são decididas ao nível macro, ou seja ao nível nacional. Estes autores concluem precisamente que “os desafios da integração ganham-se ou perdem-se ao nível local” (Dimitri Papademetriou e Sarah Spencer (s.d.) citado por Malheiros, 2011: 28)

Independentemente das diretrizes nacionais, é a nível local, nas regiões onde os imigrantes vivem, trabalham e têm acesso aos serviços, que “o impacto das migrações se faz sentir com maior intensidade sobre o tecido socioeconómico e onde se colocam os problemas diários de integração dos imigrantes e de convivência a que é preciso dar resposta” (Sumption, 2014 citado por Pires, 2016: 46). Uma vez que o fenómeno migratório tende a caracterizar-se como cada vez mais heterogéneo, as políticas nacionais uniformizadas e globais, poderão não ser as mais adequadas para dar resposta ou acomodar as distintas necessidades locais ou regionais. Os contextos socioeconómicos de acolhimento são, naturalmente, diferentes de região para região, e essas diferenças podem ter um impacto muito forte sobre o processo de integração, nomeadamente os aspetos demográficos, por exemplo, se as regiões são marcadas por populações mais jovens, numerosas ou dinâmicas ou pelo contrário, se são regiões mais despovoadas, com uma população mais envelhecida, ou aspetos laborais e económicos como a oferta de trabalho (Pires, 2016). Como referido anteriormente, em Portugal, os volumes de imigração aumentaram significativamente após o ano de 2000. Se, inicialmente, as comunidades imigrantes estavam maioritariamente concentradas nas principais cidades portuguesas, atualmente é notória a presença de várias comunidades imigrantes, de forma cada vez mais visível e dispersa por praticamente todo o país, pelo que se torna necessário pensar e implementar medidas específicas dirigidas à integração desta população em conformidade com as idiosincrasias e as necessidades manifestadas pelos migrantes, em cada região (Vieira et al., 2020), pelo que as medidas prospetivadas num sentido bottom-up, tendem a concretizar níveis superiores de integração (Pires, 2016).

No entanto, tal como referido por Santos (1997)

“é preciso pensar que a integração é um conceito pensado a partir de quem acolhe/recebe. Não de quem chega. Se a sociedade que acolhe é monoculturalista, vai querer limar/corrigir as arestas e diversidades culturais

para que a pessoa que chega fique integrada; se a sociedade que acolhe é plural, ela é potencialmente mais inclusiva e, portanto, está disponível para se transformar, também ela própria, para acolher em si as diversidades todas sem preocupações de uniformização cultural. Uma transformação que tem de ser, assim, bilateral” (citado em Vieira et al., 2018: 126).

Ou seja, as medidas promulgadas, até mesmo as de âmbito local, são pensadas sob o ponto de vista de quem está integrado numa sociedade tendencialmente dominante podem dar azo a limitações, ou desenquadramentos, no desenvolvimento de estratégias de integração, no sentido de estas não irem ao encontro das reais necessidades de um migrante. Destaca-se ainda o facto dessas mesmas estratégias serem limitadas pela sociedade de acolhimento e pelo modo como esta está disponível para acolher as diferenças. Ainda neste âmbito, Costa (2015 citado por Bernardo, 2021: 26) refere que o sucesso da integração é “(...) condicionado por uma diversidade de fatores, tais como: a política de gestão dos fluxos migratórios, o pluralismo existente, a proximidade cultural ou o tipo de ligação com o grupo de origem e o Estado”.

Ainda a este nível, Malheiros (2011: 10-11) refere que

“a relevância da intervenção local junto dos grupos imigrantes não decorre apenas de estes serem uma população crescente na sociedade portuguesa que apresenta problemas e necessidades específicos: no domínio da língua, do conhecimento das normas, costumes e valores, de défices de direitos que são evidentes no que respeita aos estrangeiros em situação irregular. Efetivamente, a progressiva diversidade destas populações, não apenas em termos de origens geográficas e de municípios de residência em Portugal, mas também ao nível etário e social, coloca um conjunto de desafios novos, no que concerne ao tipo de problemas sentidos e ao modo como se concebem as estratégias de promoção da interação e do diálogo intercultural”.

De forma a medir o esforço de cada nação no que diz respeito à integração de migrantes e às respetivas políticas e práticas existentes a esse nível, foram criadas algumas ferramentas, tais como o Índice de Política de Integração de Migrantes (MIPEX). O MIPEX mede as políticas de integração de migrantes dos vários países espalhados pelos seis continentes, constituindo-se como uma ferramenta muito útil para avaliar e

comparar as ações dos diferentes governos em matéria de promoção e integração dos migrantes. No entanto, importa salientar que este índice se baseia nas políticas do país e nas condições estruturais para a integração, e não na análise das práticas de integração, nem na efetiva integração dos migrantes (Marques, Vieira e Vieira, 2020). De acordo com este índice, Portugal, apresenta-se nas primeiras posições, sendo referido pelo relatório de 2015 do MIPEX o seguinte:

“Imigrantes residentes em Portugal (...) beneficiam da segunda política mais favorável de integração do mundo desenvolvido, à frente da maioria dos países nórdicos e dos países tradicionais de imigração e liderando os novos destinos (...) (Huddleston, 2015 citado por Marques, Vieira e Vieira, 2020: 57).

Para os bons resultados manifestados pelo MIPEX, no âmbito nacional, há que destacar os Planos Nacionais para a Integração dos Imigrantes [2007-2009 e 2010-2013] e, mais recentemente, o Plano Estratégico para as Migrações [2015-2020] (Pires, 2016). Estes instrumentos visam que o país esteja politicamente adequado para uma realidade migratória cada vez mais complexa e desafiante, procurando dar um novo impulso às políticas migratórias, para promover um salto qualitativo nas mesmas, para que se tornem cada vez mais eficazes ao nível do acolhimento e integração de migrantes. Desta forma, ajustando as iniciativas desenvolvidas às necessidades atuais manifestadas, projetando novas ações que, com sensibilidade e eficácia, contribuam para a coesão social, pretende-se melhorar as condições de vida das populações, otimizando os recursos existentes nos territórios (Pires, 2016).

Como referido, compete ao Estado e aos Municípios, a execução de medidas públicas para a promoção da integração dos imigrantes, no âmbito nacional como no local, respetivamente. Contudo, a sociedade é quem detém um papel fundamental e decisivo em matéria de imigração, no sentido em que todos somos responsáveis pela integração do outro, atuando tendo por base a dignidade humana. Enquanto sociedade, todos somos responsáveis por promover uma integração assente no respeito pela diferença, pelo fomento do respeito mútuo e compreensão entre pessoas e culturas diferentes, de modo a evitar discursos xenófobos e situações de marginalização, que corroem as sociedades e prejudicam os diversos avanços coletivos (Duarte, Santos e Grosa, 2004).

5- Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes

No quadro das políticas de integração de migrantes, pode-se destacar o trabalho do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), um instituto público que intervém na execução das políticas públicas em matéria de migrações, com o objetivo de responder às crescentes necessidades dos diferentes perfis dos migrantes e potenciar uma integração adequada (Vieira et al., 2020).

Desde a sua criação, o ACM tem vindo a disponibilizar vários serviços de apoio à comunidade migrante e a dar resposta às necessidades sentidas por parte desta população, das quais se destacam os seguintes:

- Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM): como referido anteriormente, trata-se de espaços locais de acolhimento e informação, de forma a apoiar o processo de acolhimento e integração, num trabalho de articulação com estruturas locais (ACM, 2022);
- Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM): criados em 2004, pretendem dar resposta às principais necessidades sentidas pelos migrantes, tratando-se de espaços que reúnem uma série de serviços e instituições a que os migrantes têm de recorrer (ACM, 2022);
- Linha de Apoio a Migrantes (LAM): presta apoio telefónico com o objetivo de dispensar informações gerais sobre assuntos da área das migrações, responder de imediato a questões mais frequentes e/ou encaminhar para outros organismos/respostas adequadas (ACM, 2022).

Dentro das respostas enumeradas, e tendo em conta a natureza deste trabalho, dá-se especial destaque aos CLAIM, uma vez que se orientam numa vertente local. Esta intervenção social local de carácter mediador prestada pelos municípios, implica uma investigação social e antropológica de cariz etnográfica capaz de operar com proximidade com as pessoas e comunidades (Marques, Faria, Silva, Vieira e Lopes, 2016 citado por Vieira et al., 2018). Trata-se, portanto, de um trabalho em rede, orientado para uma população heterogénea, com o objetivo da promoção da convivência e da inclusão social, onde essa transformação é para todos não se cingindo apenas para as minorias étnicas e/ou demográficas (Vieira et al., 2018).

Como referido no capítulo anterior, para que a presença dos migrantes seja uma reconhecida mais-valia por parte da comunidade local, é necessário um trabalho que abranja tanto os cidadãos locais, como os migrantes, no sentido de promover uma verdadeira integração da comunidade migrante e a aceitação destes pelos atores locais. Neste sentido, para que haja uma ação concertada, pautada pela colaboração e esforço conjunto, torna-se necessário definir políticas locais de integração aos migrantes, onde a inclusão dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes são uma vertente importante, isto porque se trata de um trabalho de mediação intercultural, uma metodologia estratégica usada pelo Alto Comissariado para as Migrações na implementação de políticas públicas em matéria de migrações, uma vez que facilita, quer os processos de integração, quer o diálogo intercultural (Rodrigues, 2018). Além disto, por assentarem numa vertente local, “destacam o papel das autarquias enquanto estruturas privilegiadas para a promoção, no plano local, da coesão social e da convivência intercultural” (Giménez, 2010 citado por Vieira et al., 2018: 171)

Os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) são gabinetes ou espaços de acolhimento, informação e apoio destinados a ajudar a população migrante em diferentes áreas, nomeadamente:

- Regularização da situação migratória
- Nacionalidade
- Reagrupamento Familiar
- Habitação
- Trabalho
- Segurança Social
- Retorno Voluntário
- Saúde
- Educação
- Empreendedorismo
- Apoio ao Associativismo
- Outras¹.

¹ Fonte: EPortugal (13 de Fevereiro de 2023) Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes <https://eportugal.gov.pt/servicos/centros-locais-de-apoio-a-integracao-de-migrantes-claim>

Atualmente existem mais de 150 CLAIM, distribuídos de norte a sul do país e ilhas² e têm como missão ir além da informação e apoiar o processo multivectorial do acolhimento e integração dos imigrantes a nível local (Folheto Institucional da Rede CLAI, 2010, citado por Malheiros 2011: 15).

Com o objetivo de promover um atendimento, e sobretudo, uma integração de proximidade, os CLAIM resultam de parcerias estabelecidas entre o Alto Comissariado para a Imigração e autarquias ou entidades da sociedade civil, tais como, associações de imigrantes ou outras, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Organizações Não Governamentais, centros paroquiais, entre outras, que, em cooperação, promovem um atendimento integrado. Em algumas regiões, esse atendimento é prestado em regime de itinerância, fazendo chegar o serviço junto das/os migrantes que de outro modo não têm acesso a este, seja por falta de mobilidade ou ausência de outros recursos. Este caráter itinerante pressupõe que os atendimentos sejam feitos em locais diversos no concelho (juntas de freguesia, centro de emprego, locais de trabalho, etc), geralmente mediante marcação prévia (Folheto Institucional da Rede CLAI, 2010, citado por Malheiros 2011). Alguns CLAIM apresentam a mediação informal, ou seja, a existência de pessoas chave nas diferentes comunidades de migrantes que reconhecem a importância do CLAIM e com ele colaboram a diversos níveis: traduções orais, recolha e disseminação de informação, etc. (TAIPA, 2023). Desta forma, cada CLAIM rege-se por regras muito próprias e com funcionamento próprio, de acordo com as necessidades e características de cada região, sendo os atendimentos realizados de forma personalizada, por técnicos habilitados para o efeito (EPortugal). Os CLAIM assumem-se como um dos pontos fortes da Política de Integração de Imigrantes em Portugal, assumindo de acordo com Malheiros (2011), as seguintes mais-valias:

- Proximidade e confiança: uma vez que os CLAIM são organismos que não comportam estigmas, como o caso de entidades como o SEF, apresentam-se como uma entidade com que os migrantes confiam e conseguem estabelecer uma relação de confiança, capaz de implementar soluções para as suas necessidades (Malheiros, 2011);

² Fonte: EPortugal (13 de Fevereiro de 2023) Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes <https://eportugal.gov.pt/servicos/centros-locais-de-apoio-a-integracao-de-migrantes-claim>

- Articulação institucional: como resultam de protocolos estabelecidos entre vários níveis da administração (central, local e regional), têm maiores condições para otimizarem os recursos (Malheiros, 2011);
- Princípio de parceria: dado que “os CLAIM não têm competência para resolverem, isoladamente, os problemas colocados pelos imigrantes, torna-se fundamental que a sua estratégia de resposta, encaminhamento e acompanhamento, se faça no contexto de uma forte articulação com todos os serviços que, direta ou indiretamente, têm funções na esfera da integração. E por parcerias não se entendem apenas as parcerias formais, mas também as parcerias informais, devendo existir canais privilegiados de contacto – que muitas vezes passam pelo conhecimento de pessoas chave nas organizações que possam ser “facilmente” contactáveis – que permitam dar respostas mais assertivas, céleres e úteis” (Malheiros, 2011: 18);
- Inserção em estrutura reticular: como os CLAIM pertencem a uma rede nacional estruturada, não estando, portanto, isolados, isto tem efeitos positivos no intercâmbio de resolução de situações, ou partilha de questões ou problemas entre os técnicos afetos aos CLAIM
- Competência e motivação dos técnicos: por meio das ações de formação frequentadas, e da forte interação que se estabelece entre os técnicos da rede através dos convívios e reuniões inerentes à rede CLAIM, fazem destes técnicos um conjunto de profissionais competentes, sendo um elemento fundamental da estratégia de resposta à integração de imigrantes.

Uma vez que quem trabalha com pessoas com especificidades culturais distintas, necessita de saber comunicar e compreender como as pessoas vivem e experienciam o mundo e a sociedade de acordo com as suas especificidades culturais (Bracons, 2018). Neste campo, pode-se referir que a competência cultural é fator essencial para os profissionais da mediação intercultural, e conseqüentemente, para os técnicos que exercem em CLAIM. Pode-se definir de forma genérica competência cultural como a habilidade de interagir com pessoas de diferentes culturas (Bracons, 2018).

“A competência cultural compreende quatro componentes: sensibilidade da própria visão cultural; atitude para com as diferenças culturais; o conhecimento das diferentes visões e práticas culturais e competências multiculturais. O

desenvolvimento da competência cultural resulta da capacidade de compreender, comunicar com eficácia e interagir com as pessoas oriundas de culturas diferentes e a capacidade de integração cultural e de transformação dos conhecimentos sobre os indivíduos, grupos de pessoas em normas específicas, políticas, práticas, atitudes culturais utilizadas em configurações adequadas para aumentar a qualidade dos serviços, produzindo assim melhores resultados” (Bracons, 2018: 16).

A competência cultural, de acordo com Alsina (1997 citado por Bracons, 2018: 16) tem três dimensões fundamentais:

- cognitiva: exige o aumento do conhecimento que temos acerca do Outro, mas também sobre nós mesmos; conhecimento este que não se limita à dimensão cultural, mas também a todas as dimensões inerentes ao ser humano;
- afetiva: desenvolve-se fundamentalmente através da empatia, que nos facilita compreender melhor o ponto de vista do outro, mas também exige desenvolver uma capacidade de manifestar emoções positivas frente ao Outro;
- comportamental: na medida em que a competência cultural proporciona habilidades para adequar o comportamento individual no contexto em que este se desenrola. Nesta dimensão é muito importante a comunicação verbal e a não-verbal.

Numa sociedade cada vez mais global e diversificada, a interculturalidade permite a aproximação de pessoas de culturas diferentes e, naturalmente, diferentes modos de perspetivar a realidade. A interculturalidade faz-nos entender que o contacto com a diferença é de uma riqueza inquestionável, suscitando a descoberta do outro, de novas formas de encarar o mundo, e por sua vez, reprime a estagnação. Constata-se assim, que é de extrema importância sensibilizar e formar adequadamente os profissionais que lidam com a diversidade, sendo que essa formação é contínua, na medida em que devem sempre aprender ao longo da carreira e refletir acerca das experiências de trabalho, de modo a aperfeiçoar a sua atuação, sempre com base na empatia, no diálogo e no respeito pelo outro. Os diversos CLAIM dispersos pelo território nacional são a representação de um notável avanço na integração de migrantes. Importa, no entanto, que quem os coordena tenha a plena consciência de como promover uma convivência intercultural,

de modo a promover uma interação positiva entre os diferentes grupos da comunidade, usando o carácter preventivo da mediação na regulação eventual conflitualidade nos territórios (Vieira et al, 2018).

II - METODOLOGIA

1. INVESTIGAÇÃO E OBJETIVOS

Na sequência da reflexão efetuada no âmbito do enquadramento teórico, pretende-se conhecer as estratégias para a integração de imigrantes prosseguidas pelos CLAIM, designadamente, através do estudo das modalidades e formas que os CLAIM usam para promoverem a integração dos imigrantes que habitam os seus territórios.

Pretende-se que a presente investigação contribua para o progresso do conhecimento, não só para dar a conhecer as estratégias dos CLAIM quanto ao tema em questão, mas, também, para identificar boas práticas que possam vir a servir como ponto de partida, ou exemplo, para outros municípios nos quais a integração da população imigrante e a promoção da interculturalidade ainda não tenha sido alvo de aturada atenção. Ou seja, pretende-se que os exemplos de boas práticas identificadas possam servir como impulso para a reflexão e, posterior implementação de novas abordagens políticas que promovam uma efetiva integração dos imigrantes.

Face às pesquisas documentais efetuadas, verificou-se que o estudo das políticas para o acolhimento e integração de imigrantes, bem como, a análise das ações dos CLAIM, constitui uma área com défice de investigação, apesar do peso que a imigração assume em território nacional, bem como a inegável complexidade do processo de integração dos imigrantes nas sociedades atuais. Face a esta realidade, optou-se por desenvolver este tema, uma vez que há a necessidade de serem desenvolvidas e/ou exaltadas políticas que atenuem as eventuais fraturas sociais e promovam a integração das comunidades imigrantes, de forma a promover a participação social de todos e a coesão social. Desta forma, o estudo em causa assume-se como uma instância para melhor compreender as políticas desenvolvidas pelos CLAIM, no que diz respeito à integração dos imigrantes e para que as medidas já existentes por parte de certos CLAIM sejam evidenciadas e tomadas como ponto de partida para o desenvolvimento de novos CLAIM.

Neste âmbito, tendo em conta critérios de exequibilidade, pertinência e clareza, a pergunta de partida decorreu do tema e da justificação subjacente à escolha do mesmo, designadamente, “Que estratégias são desenvolvidas pelos CLAIM para acolhimento e promoção da integração dos imigrantes nos seus territórios?”, procurando-se desta forma perceber a existência ou não de estratégias, ações ou atividades promovidas por CLAIM de modo a contribuir a integração dos imigrantes residentes nos municípios visados e, existindo, se propiciam ou não a construção de uma cultura intercultural.

De acordo com Guerra (2000: 163), “os objetivos gerais descrevem grandes orientações para as ações (...) descrevendo as grandes linhas de trabalho a seguir”, neste sentido, para a esta investigação o objetivo geral passa por perceber o modo de atuação dos CLAIM no que concerne à promoção da integração dos migrantes nos seus territórios. Por sua vez, os objetivos específicos “são objetivos que exprimem os resultados que se espera atingir e que detalham os objetivos gerais, funcionando como a sua operacionalização” (Guerra, 2000: 164).

Assim, e na sequência do objetivo geral, enumeram-se os seguintes objetivos específicos nos quais a investigação foi baseada:

1. Conhecer a organização dos CLAIM enquanto estruturas de apoio à integração dos imigrantes;
2. Analisar a presença e as funções dos mediadores interculturais no seio de um CLAIM;
3. Perceber a existência de estratégias ou ações de integração que promovam a interação e a interculturalidade entre as populações residentes nos territórios municipais;

O principal critério subjacente à escolha dos CLAIM visados no presente trabalho, foi a diversidade. Procurou-se, portanto, recolher informações de técnicos alocados a CLAIM de diferentes modalidades, tais como CLAIM inseridos em Politécnicos, os itinerantes, os criados por decisão de municípios ou os alocados à sociedade civil, de modo a poder proceder a uma análise comparativa abrangente, analisando o que os distingue ou o que os une.

2. TIPO DE PESQUISA E MÉTODO

Tendo em conta que nesta investigação pretendeu-se conhecer e compreender, forma holística, um fenómeno inerente ao campo das Ciências Sociais, optou-se pela utilização da metodologia qualitativa.

Tal como Esteves e Azevedo (1998: 2) referem, “as técnicas qualitativas são particularmente justificadas nesta conjuntura social e científica como meios adequados, embora não exclusivos, ao estudo da produção e circulação de sentido, mormente quando estão em estudo problemas emergentes em populações escondidas”. Desta forma, de maneira a compreender os detalhes e a complexidade das informações recolhidas, e tendo em conta as características deste estudo de natureza social, a metodologia qualitativa, compreende-se como a mais adequada.

3. INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS

Como estratégia dominante de recolha de dados, e tendo em conta a natureza deste trabalho, optou-se pela entrevista semiestruturada, tendo por base um guião (Anexo 1). Todas as entrevistas foram realizadas por videoconferência, na plataforma Zoom, tendo também sido gravadas para uma posterior transcrição.

Tal como refere Marques et al., (2016) “A entrevista semiestruturada, obedece a um guião aberto e flexível que contempla um conjunto de perguntas e questões básicas a explorar, em jeito de recordatória, mas deixa a formulação ou a ordem das perguntas fluir no decurso da entrevista, permitindo a livre expressão do entrevistado e a preservação do seu quadro de referência” (145). Assim sendo, o recurso a entrevistas, permite que cada sujeito exprima, de forma livre, as suas opiniões e perceções, entre outros aspetos relacionados com a sua experiência enquanto técnico CLAIM.

A conceção do guião de entrevista, foi realizada em concordância com os objetivos do trabalho, de modo a poder obter informações relevantes para a prossecução da

investigação. As questões foram formuladas de acordo com Marques et. al. (2016: 145) “há que ter em conta que as questões formuladas devem ser verdadeiramente abertas, permitindo que o entrevistado exprima o seu ponto de vista (...) as questões não podem sugerir respostas de tipo sim/não”.

As entrevistas foram marcadas previamente, tendo sido enviados, via e-mail, requerimentos dirigidos ao pessoal técnico alocado aos CLAIM (anexo 2).

Uma vez que “no campo das ciências sociais, a maioria dos investigadores, reconhece a importância da fertilização cruzada nos diferentes métodos e técnicas de investigação” (Marques et al., 2016: 125), realizaram-se complementarmente às entrevistas, pesquisas acerca dos CLAIM de cada município implicado nas entrevistas, a fim de se efetuar o cruzamento de dados e, eventualmente, acrescentar informações. Esta pesquisa incidiu, principalmente, em sites que detinham informações relevantes ou sobre documentos políticos de cariz público, tais como os Planos Municipais para a Integração de Migrantes, onde constam os objetivos estratégicos dos municípios para esse fim. Constata-se que esses documentos políticos, quando se tornam de cariz público, revelam ser uma ferramenta muito importante para a obtenção de informação complementar sobre as políticas municipais e as estratégias planeadas para a integração de imigrantes.

4. Análise dos dados

Uma vez findadas as entrevistas, estas foram transcritas integralmente reproduzindo de modo fiel o que foi referido no decurso das mesmas. Após a transcrição, procedeu-se à leitura cuidadosa das mesmas, de forma a poder proceder a uma análise comparativa.

Ainda neste âmbito Guerra (2006: 62-63) refere que “todo o material recolhido numa pesquisa qualitativa é geralmente sujeito a uma análise de conteúdo, mas esta não constitui, no entanto, um procedimento neutro (...) o tratamento do conteúdo varia pois consideravelmente de pesquisa para pesquisa e de investigador para investigador”.

III - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Numa primeira abordagem introdutória em contexto de entrevista, pretendeu-se perceber o caráter do CLAIM (se itinerante, se atendia apenas num local, horário de funcionamento e número de técnicos alocados). Numa fase posterior, pretendeu-se direcionar os olhares para a diversidade da população imigrante e das necessidades e problemáticas apresentados pelos mesmo, nos territórios, a fim de se obter um retrato da realidade local dos municípios onde se inserem os CLAIM entrevistados. Para o efeito, colocaram-se questões aos entrevistados tendo como objetivo conhecer a diversidade da população imigrante em cada território, a sua caracterização e quais os impactos dessa população a nível económico, demográfico, social, cultural ou outros.

1. Modo de funcionamento do CLAIM - ano em que começou a funcionar, número de técnicos alocados, horário de funcionamento

A primeira entrevista realizada foi ao CLAIM do Instituto Politécnico de Leiria (IPL). De acordo com o Plano Estratégico do Politécnico de Leiria 2030, esta instituição conta com cerca de 13 mil estudantes nacionais, e cerca de 1500 estudantes internacionais. O estatuto do estudante internacional, veio tornar o IPL uma instituição apelativa e de referência para estudantes oriundos de diferentes países. O IPL mostra-se assim como uma instituição com um ecossistema intercultural, desenvolvendo ações e parcerias promotoras de interculturalidade, sendo este aspeto uma fonte de oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem, numa sociedade que se mostra cada vez mais global (Plano Estratégico Politécnico de Leiria, 2030).

A própria missão do IPL destaca o caráter multicultural que prevalece na instituição, enfatizando este compromisso que toda a comunidade assume em tornar esta instituição numa referência internacional, e voltada para as demandas de uma sociedade global e heterogénea:

“O Politécnico de Leiria é uma instituição de ensino superior multicultural delicada à educação, formação, investigação e inovação, que capacita cidadãos com competências relevantes para a sociedade e que gera conhecimento com impacto no desenvolvimento sustentável regional e global” (Plano Estratégico Politécnico de Leiria 2030: 20)

O CLAIM do IPL foi inaugurado em julho de 2021, e segundo as palavras da técnica responsável: “foi criado no âmbito de uma missão do IPL de criar uma estrutura de apoio a estudantes imigrantes em situação de emergência”. Assim sendo, o CLAIM do IPL tem por objetivo dar resposta às necessidades dos estudantes imigrantes e aliviar o CLAIM do concelho em termos de fluxos, sendo também referido pela entrevistada que existe uma forte colaboração entre estes dois CLAIM: “

“não queremos de forma alguma abrir um CLAIM para sobrepor ao do município, neste caso em concreto, há muita cooperação com o CLAIM do município de leiria (...) esta cooperação quase que existe espontaneamente” (CLAIM do IPL).

O horário protocolado de funcionamento deste CLAIM são dois dias por semana, porém, a técnica frisou que não há nenhuma rigidez neste aspeto, e que o atendimento será realizado, mesmo sem marcação, desde que a mesma esteja disponível, referindo que “qualquer estudante que venha aqui, em qualquer horário, em qualquer dia será atendido” (CLAIM do IPL).

A abertura de um CLAIM no IPL constitui uma mais-valia e uma estrutura de extrema importância para os estudantes internacionais. Esta estrutura veio promover a proximidade entre o estudante e a própria instituição, sendo que pelo facto de também promoverem um atendimento personalizado, com a preocupação de estabelecer uma relação de confiança com os alunos que recorrem ao CLAIM, permite que o estudante não fique “ao abandono” quando necessita de apoio na sua situação migratória e não só. Por sua vez, o Instituto Politécnico de Viseu (IPV), à semelhança do IPL, também permite o ingresso de estudantes internacionais, promovendo a interculturalidade no seio da instituição. Neste sentido, um dos valores do IPV é:

“Respeito por todos, tanto dentro como fora da instituição, sem preconceito de género, raça, cor, idade ou antiguidade, onde todos têm a oportunidade de prosperar” Instituto Politécnico de Viseu - Plano Estratégico 2017- 2021)

O CLAIM do IPV iniciou funções em 2019. Começou a dar resposta essencialmente às necessidades dos estudantes internacionais da instituição, porém, este CLAIM também se disponibiliza para apoiar qualquer cidadão estrangeiro que solicite o seu apoio, em função das suas disponibilidades.

Segundo o Relatório de atividades de 2021 do CLAIM do IPV, verificou-se que a maioria dos atendimentos incidiu na faixa dos 18 aos 25 anos, faixa onde se enquadram a maioria dos estudantes do IPV. Ou seja, até 2021 o principal grupo de utentes nos atendimentos do CLAIM era constituído por estudantes do IPV, sendo que a partir de fevereiro de 2022, como relatado pela técnica, o CLAIM do IPV teve uma grande afluência de trabalho, sobretudo de refugiados ucranianos.

Inicialmente o horário de atendimento era de duas tardes por semana, no entanto, devido ao impacto da guerra na Ucrânia, houve um súbito aumento do fluxo de trabalho, o que levou a uma extensão do horário de trabalho, passando a funcionar de forma diária, e também ao reforço da equipa técnica.

Relativamente ao CLAIM da Mealhada, trata-se do primeiro CLAIM a iniciar funções em Portugal, tendo sido inaugurado em 2005. Trata-se de um CLAIM que está integrado no setor da ação social da Câmara Municipal da Mealhada, contando com um técnico afeto à estrutura. O CLAIM deste concelho funciona diariamente, privilegiando os atendimentos previamente agendados. No entanto, e à semelhança de outros CLAIM entrevistados, desde que o técnico tenha disponibilidade, o atendimento será feito, embora sem marcação.

O CLAIM da Ameixoeira, bairro lisboeta, está inserido na Associação Lusofonia Cultura e Cidadania. Esta é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida pelo Alto Comissariado para as Migrações, que iniciou funções no ano de 2000, constituída com o pressuposto da defesa dos interesses da população imigrante em Portugal. Trata-se de uma associação representativa da comunidade Brasileira em Portugal, porém, está

aberta a todas as nacionalidades. Tem por objetivo promover a integração legal e social da população imigrante na sociedade e facilitar o seu acesso aos serviços públicos visando minimizar as dificuldades da população imigrante oferecendo um conjunto de serviços gratuitos, tanto a nível individual como familiar³. Este CLAIM funciona de segunda à sexta, possuindo dois membros afetos, uma técnica e uma coordenadora.

O CLAIM itinerante de Odemira entrou em funcionamento em julho de 2014, contando desde então com algumas reformulações, relatadas ao longo da entrevista, que ilustram a dificuldade de financiamento de organismos como o CLAIM quando inseridos na sociedade civil.

O CLAIM de Odemira está inserido numa associação sem fins lucrativos, a TAIPA, e surgiu em 2014 através de uma candidatura ao Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT). De acordo com a entrevistada, logo nessa primeira candidatura, esteve assente o carácter itinerante deste CLAIM, uma vez que Odemira é um concelho vasto com um grande número de imigrantes, e com uma rede de transportes deficitária, o que poderia comprometer o acesso dos imigrantes ao gabinete. Porém, uma vez que uma parte do financiamento (25%) não é coberta pelos fundos europeus, e sendo que a TAIPA é uma cooperativa sem fins lucrativos, portanto, sem capacidade de cobrir o valor remanescente, foram convidadas empresas privadas do setor do turismo e da agricultura (as duas grandes dimensões em que a economia da região assenta) para financiarem os 25% restantes para que o CLAIM pudesse funcionar em pleno.

No entanto, em agosto de 2015, o financiamento do FEINPT terminou, ficando o gabinete apenas sob a alçada do financiamento das empresas privadas. O CLAIM funcionou nestes moldes até dezembro de 2015. A partir dessa data, devido à falta de recursos financeiros, o gabinete esteve encerrado durante 6 meses. No entanto, como o concelho de Odemira é um dos concelhos portugueses onde a imigração é mais acentuada, a necessidade de um organismo como o CLAIM é de grande importância. Ressalta-se que de acordo com a Pordata, o concelho de Odemira registou em 2008 cerca de 1.958 cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente, ao passo que em

³ <https://www.lusoculturas.org/>

2021, esse número perfazia os 10.927. Ora, estes dados revelam um forte aumento da população imigrante neste território, o que por sua vez, é indiciador da necessidade e a importância de entidades como o CLAIM.

Em junho de 2016, surgiu um consórcio entre entidades públicas e entidades privadas, o que permitiu reabrir o CLAIM sem que este ficasse dependente de fundos comunitários. Trata-se do único CLAIM do país a funcionar nestes moldes.

Desta forma, atualmente o CLAIM itinerante de Odemira resulta de um consórcio de parceiros - a TAIPA, enquanto entidade promotora, e as entidades financiadoras: Município de Odemira, Associação de Produtores Agrícolas “Lusomorango”, a Driscoll’s Portugal, as empresas agrícolas “Sudoberry”, “Vitacress” e “The Summer Berry Company Portugal” e a Empresa de Trabalho Temporário “Multitempo”. Nas reuniões bimensais participam ainda, enquanto parceiros não financeiros, a AHSA: Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur, Associação Casas Brancas (a partir de janeiro 2022) e as Juntas de Freguesia de São Teotónio, Boavista dos Pinheiros, Longueira/Almograve e Vila Nova de Milfontes. Conta, atualmente, com duas técnicas afetas e presta atendimento em regime de itinerância nas freguesias de Vila Nova de Mil Fontes, Longueiro/Almograve, Boavista e na sede da TAIPA em Odemira.

2- Caracterização da população migrante nos territórios de abrangência dos CLAIM

No que diz respeito à caracterização da comunidade migrantes nos territórios, os entrevistados enfatizaram a enorme diversidade inerente à população migrante dos seus territórios, assinalando também a crescente complexidade que é intervir junto desta população, cada vez mais heterogénea.

A técnica responsável pelo CLAIM do IPL, refere que apesar da maioria dos estudantes internacionais ser da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), esta trata-se de uma comunidade muito diversa, com proveniências e culturas muito distintas o

que exige uma atuação mais específica por parte do técnico de forma a conseguir colaborar na correta integração dos diferentes grupos.

“Neste caso dos estudantes migrantes há um foco muito preocupante na comunidade de CPLP porque temos perfis diferentes, contextos diferentes e isso à partida indica-nos logo que muitos tratamentos são muito distintos porque cada realidade de onde vêm estes migrantes é diferente (...) há realidades muito distintas daí a complexidade (...) que obriga a que estejamos cada vez mais atentos a cada situação. Não podemos julgar que um grupo que procede de determinada maneira, o outro vai proceder igual. Não, é preciso estudar os trajetos desses estudantes” (CLAIM do IPL).

Desta forma, compreende-se que o técnico CLAIM depara-se com migrantes oriundos de diferentes proveniências e com múltiplas diferenças culturais, na esmagadora maioria das vezes realidades defasadas da sociedade de acolhimento. Importa que nestes casos, a atuação do técnico seja de carácter mediador, voltada para a escuta ativa e entendimento do outro (Vieira et al., 2016), e que as diferenças entre a cultura de origem e a cultura da sociedade de acolhimento, não se reflitam em desigualdades, assimetrias ou obstáculos para a integração dos migrantes na sociedade englobante (Almeida, 2009 citada por Vieira et al., 2016).

A atuação do técnico no seio dos CLAIM, deve ser orientada para a mediação intercultural, sendo um critério fundamental uma atitude reflexiva.

“A dimensão reflexiva é uma característica importante (...) da mediação, constitui um pilar essencial para a análise das práticas, a consolidação de aprendizagens e construção de saberes que as comunidades de prática e de aprendizagem ajudam a desenvolver. São comunidades de diálogo e reflexões partilhadas na ação e sobre a ação” (Schön, 1994 citado por Silva e Costa, s.d: 179).

Tal como referido pela entrevistada do IPL, deve-se ter esta postura reflexiva e atenta a cada situação específica, não havendo fórmulas que se possam aplicar a todos os casos,

sendo da competência do técnico avaliar cada situação e encontrar a melhor forma de agir, sempre atentando às especificidades de cada grupo e de cada sujeito.

Ainda nesta entrevista, a técnica frisou a comunidade que vem de Guiné-Bissau, caracterizando-os como uma comunidade amplamente desprotegida:

“o estudante internacional na Guiné-Bissau, temos observado que eles se candidatam, pagam a sua candidatura, vão requerer o seu visto (...) e quando chegam ao Politécnico muitas vezes nós perdemos-lhe o rasto, o estudante ou teve o visto e foi trabalhar ou então veio em condições em que não tem a mínima ideia nem suporte para poder estudar ou não tem alojamento” (CLAIM do IPL).

Ou seja, os estudantes internacionais provenientes da Guiné-Bissau, mostram-se como uma comunidade vulnerável, porém sendo um fluxo ainda recente, não se percebem ao certo as motivações inerentes ao “desaparecimento” destes estudantes da comunidade académica. Neste sentido, a técnica responsável pelo CLAIM do IPL revela uma grande preocupação com este fluxo, já o tendo sinalizado junto do Comissariado para as Migrações, no sentido de se perceberem as causas subjacentes.

Na entrevista realizada ao IPV, a técnica também fez questão de acentuar o carácter diverso que a população imigrante assume, tanto no concelho de Viseu, como ao nível dos estudantes migrantes do Politécnico, sendo que, tal como no IPL, o principal foco vai para estudantes das comunidades dos PALOP. Porém, trata-se de um CLAIM que intervém em muitas situações relacionadas com refugiados da guerra da Ucrânia, pelo que, segundo a entrevistada, a maioria dos atendimentos está relacionado com pedidos de apoio desta comunidade muito vulnerável.

“Depois, os refugiados ucranianos, eu falo muito dos refugiados porque neste momento é um número muito significativo de atendimentos que temos (...), portanto, eles também pedem apoio nas diversas temáticas, alojamento, alimentação, consultas médicas (...) um pouco de tudo” (CLAIM do IPV).

Uma vez que o CLAIM do concelho da Mealhada se encontra em funcionamento desde 2005, o técnico responsável, frisou as diferentes ondas migratórias desde então. Se nos

primórdios deste CLAIM, o principal foco de intervenção era na comunidade de Leste, devido ao elevado número de migrantes de origem Ucraniana em Portugal, atualmente o principal fluxo migratório é oriundo do Brasil. De entre os fatores de atração, o entrevistado destaca o facto da Mealhada ter uma economia muito assente na restauração, o que tendencialmente é uma porta de entrada dos migrantes no mercado de trabalho, apesar da sazonalidade associada ao setor. No entanto, o entrevistado também destaca que recentemente, têm surgido no concelho fluxos oriundos de outros países da América do Sul, tais como Peruanos, Argentinos e Cubanos. O técnico responsável pelo CLAIM refere que estes são grupos caracterizados por uma certa fragilidade, pois além de solicitarem apoio na legalização, apresentam também fortes carências a nível social, indicando que vêm do país origem muito desprotegidos e com a ideia, um pouco errónea, que na Mealhada conseguirão emprego com facilidade e, conseqüentemente, uma qualidade de vida melhor em Portugal.

“(…) estou a falar de cubanos, de costa riquinhos, de argentinos, e peruanos, portanto também têm estado a passar por aqui, a pedirem-nos apoios, não só para a legalização que é a parte que eu mais intervenho, como também apoios sociais, sinto que estas últimas comunidades vêm um bocadinho mais desprotegidas. Ou seja, apesar de virem com a ideia que conseguem arranjar rapidamente trabalho, já não está a ser fácil arranjar trabalho, porque isto do trabalho também é um bocadinho sazonal, as ofertas de trabalho também são um bocadinho sazonais e se em 2022 havia uma necessidade de mão de obra, rapidamente essa se preencheu, e agora estamos a sentir que estão a chegar imigrantes e que não conseguem, para além de não conseguirem facilmente arranjar alojamento, não conseguem facilmente arranjar trabalho e depois vem aqui pedir-nos apoios económicos e alimentares” (CLAIM da Mealhada).

Segunda a Pordata, a Mealhada constitui-se uma cidade pequena, com cerca de 19, 348 mil habitantes, entre os quais 404 são de nacionalidade estrangeira com estatuto legal de residente, em 2021. Crê-se que desde 2021 até agora, esse número já tenha aumentado, pois tal como referido pelo técnico, trata-se de um concelho que se caracteriza por ser o local de eleição de muitos imigrantes. Tal como referido na entrevista, o facto da economia se basear na restauração, e na forte procura de mão de obra para este setor, torna a Mealhada apelativa a imigrantes. Tal como referido por Peixoto (2008), as

regiões pequenas, que tem tendência para apresentar escassez de recursos humanos para determinados setores, devido ao envelhecimento e à emigração, podem beneficiar amplamente da imigração.

No que diz respeito ao CLAIM da Ameixoeira, a técnica refere que a grande maioria dos atendimentos realizados são a imigrantes oriundos das ex-colónias portuguesas, uma vez que a maioria dos imigrantes da região da Ameixoeira são provenientes dessas regiões.

“De maneira específica, no nosso território, a população imigrante é uma população bem grande, sobretudo pessoas oriundas de ex-colónias portuguesas, países que os imigrantes são falantes do português. De maneira mais específica, nós poderíamos citar alguns países do continente africano, sobretudo países como São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Estas são as populações mais numerosas em termos de atendimentos do CLAIM” (CLAIM da Ameixoeira).

Por sua vez, a grande maioria dos atendimentos, no CLAIM de Odemira, são a cidadãos de origem indiana e nepalesa. A entrevistada refere que a população imigrante no território é maioritariamente constituída por cidadãos do sexo masculino, em idade ativa e vêm para trabalhar no ramo da agricultura. Estes revelam um grande desconhecimento face às burocracias do processo migratório, bem como à cultura portuguesa e ao país.

“Maioritariamente (...) nós recebemos as pessoas no início da sua situação migratória, ou seja, as pessoas acabam de chegar a Portugal e vêm para Odemira, então, todas as questões associadas a essa questão, o desconhecimento da língua, o tratar dos aspetos burocráticos do início, pedido do NIF, do NISS, explicar a legislação, etc. As pessoas vêm com um desconhecimento muito grande relativamente até ao próprio país, porque acabaram de chegar (...). A maior percentagem de imigrantes que temos no concelho de Odemira são imigrantes oriundos da Índia e do Nepal, depois temos também do Bangladesh, do Paquistão, do Brasil, da Ucrânia, da Bulgária, mas mais de 80% dos nossos atendimentos são de pessoas da Índia ou do Nepal” (CLAIM de Odemira).

3- Principais problemáticas/ necessidades manifestadas pelos migrantes

No que concerne às principais necessidades manifestadas pelos migrantes, consegue-se encontrar pontos em comum exaltados pelos entrevistados. Ou seja, apesar dos entrevistados serem de diferentes regiões, naturalmente regiões com características diferentes, todos apontam semelhanças naquilo que os migrantes manifestam como principais necessidades, nomeadamente necessidades de cariz económico. Os técnicos responsáveis pelos CLAIM contactados, referem que uma grande percentagem dos pedidos de apoio prende-se com pedidos de ajuda económica, ou com a satisfação de necessidades básicas, como a alimentação ou o alojamento, o que se pode prognosticar como sendo uma realidade transversal ao país.

A literatura aponta que principalmente em contexto de recessão económica, os imigrantes são os mais afetados, sobretudo por situações de desemprego muito decorrentes de trabalhos precários, sazonais e pouco qualificados. Os imigrantes encontram-se maioritariamente inseridos em segmentos menos protegidos do mercado de trabalho ou no mercado de trabalho “secundário”, como referido anteriormente neste trabalho, é caracterizado por situações de emprego pouco qualificado, mal remunerado e incerto, o que os torna mais vulneráveis (Valente et al., 2016). Ora, sendo que a principal motivação apontada para a imigração é essencialmente económica, a inserção laboral dos imigrantes é um elemento essencial e imprescindível para a sua integração no país de acolhimento, constituindo o desemprego um fator de risco para a exclusão social desta população (Valente et al., 2016).

A Técnica responsável pelo CLAIM do Politécnico de Leiria, a este nível, refere o seguinte:

“As maiores preocupações são as questões financeiras relacionadas com as propinas. Muitas das vezes os estudantes quando fazem uma candidatura no seu país de origem (...) e ficam admitidos, se calhar não têm bem a noção do valor e do que é a realidade quando chegam à faculdade. ou seja, (...) se calhar há um desajuste porque a realidade muitas vezes é a vontade de vir estudar, aliada a uma mudança de vida, não é, para melhor, aquele sonho de vir em busca de uma

vida melhor e o curso permitia alcançar mas a realidade quando chegam é outra porque eles deparam-se (...) com propinas e quando chegam já tem uma dívida, e vão ter de continuar a pagar a sua propina e muitas das solicitações são de que modo podemos ter aqui uma redução ou que apoios é que o politécnico tem. Ou seja, a primeira grande questão é, de facto, tentar perceber como é que podiam ter uma redução de propina, o que é impensável, porque não temos mecanismos que permitam isso” (CLAIM do IPL).

Tendo por base o exposto, percebe-se que os alunos universitários imigrantes do Politécnico de Leiria, manifestam muitas vezes dificuldades com o pagamento das propinas. A técnica refere ainda que, muitas vezes, essas dificuldades de ordem financeira podem derivar de um desconhecimento daquilo que é o panorama universitário português, com os custos inerentes à obtenção de um curso. Neste sentido, trata-se de uma problemática que não tem propriamente uma resposta, porque não há mecanismos de apoio financeiro a alunos estrangeiros (ou nacionais) que não tenham direito a bolsa.

Por sua vez, a técnica responsável pelo CLAIM de Viseu refere o seguinte:

“Alojamento, apoio na alimentação, estas são as problemáticas mais apresentadas pelos estudantes. Os outros migrantes é mais questão da permanência em território nacional, pedirem para fazerem as manifestações de interesse” (CLAIM do IPV).

Ou seja, uma vez mais, observa-se que os estudantes são uma população vulnerável a questões financeiras, solicitando apoios em necessidades básicas para o ser humano, tais como a alimentação e o alojamento. Como se trata de um CLAIM que embora estando integrado no Instituto Politécnico, também atende a população do concelho de Viseu, a técnica entrevistada refere que na restante população migrante, não estudante, os principais apoios solicitados prendem-se com questões burocráticas de legalização.

No concelho da Mealhada, o Técnico Superior de Serviço Social responsável pelo CLAIM do concelho, refere que os principais focos de intervenção são similares aos descritos no CLAIM de Viseu:

“Vêm mais pedir apoio na parte da legalização, em que eles vêm sem qualquer pedido de legalização, sem qualquer visto de residência e depois todo o processo é iniciado aqui em Portugal, eles vêm apenas com vistos turísticos. Raramente aparece aqui algum, só se for algum estudante ou algum imigrante que venha para estudar é que vem com visto adequado” (CLAIM da Mealhada).

Ou seja, no concelho da Mealhada, o principal foco de intervenção é no apoio à legalização. O entrevistado refere também que, apesar das vulnerabilidades acima apresentadas que afetam particularmente os estudantes, estes são o grupo que menos problemas apresenta ao nível da legalização em território nacional. O entrevistado refere que além das questões de legalização, os migrantes recorrem ao CLAIM da Mealhada no sentido de procurarem apoio para questões como o alojamento e emprego. Neste caso, a intervenção do técnico é limitada, pois, mais uma vez, esta trata-se de uma problemática transversal à população portuguesa, sendo a crise da habitação uma realidade inquestionável no panorama português. No entanto, também se pode fazer referência a questões como o racismo, uma vez que “estas representações sobre o “outro” têm consequências materiais, influenciando as suas oportunidades de vida: partindo de baixas expectativas, as notas da escola tendem a ser mais baixas, o emprego é recusado, o alojamento atribuído a outros” (Araújo, 2008: 36).

A ideia de que os portugueses são um povo caracterizado pela simpatia e pela sua capacidade de bem acolher os estrangeiros, é uma representação que leva muitos a desprezar a existência do racismo no seio da sociedade portuguesa (Araújo, 2008). No entanto, os dados recolhidos por organizações que se debruçam sobre esta temática, bem como os resultados produzidos de estudos académicos relativos a questões de discriminação étnica e racial sugerem o oposto (Araújo, 2008). Por exemplo, “um estudo realizado por Fernando Luís Machado (2001) com “migrantes guineenses” em Lisboa indica que quase 96% dos inquiridos acha que há racismo, e 63% deles referem que há muito racismo” (Araújo, 2008: 36). Ainda neste âmbito, um outro estudo coordenado por Jorge Vala indica que, “dos negros lisboetas com nacionalidade portuguesa inquiridos (40%), apenas 4%, uma percentagem muito reduzida, se afirmam como portugueses. Tal resultará da sua perceção da forma negativa como são vistos pelos seus pares, conseqüentemente, como não-portugueses” (Lima e Vala, 2003 citados por Araújo, 2008: 37). Ou seja, a perceção dos imigrantes a residir em Portugal é que há

racismo, e mesmo aqueles que detêm nacionalidade portuguesa, sentem-se estrangeiros, muitas vezes por motivos influenciados na categoria racial. Ou seja, apesar de legalmente portugueses, não se sentem como tal, também por não se identificarem com as atitudes de muitos portugueses, sugerindo que “o racismo influencia o modo como as pessoas definem as suas identidades” (Araújo, 2008: 37).

Relativamente ao CLAIM da Ameixoeira, a principal demanda é a regularização dos imigrantes em território nacional. Como este se trata de um CLAIM inserido numa associação, os imigrantes que apresentam outro tipo de demandas não relacionadas com a regularização, nomeadamente necessidades de cariz social, relacionadas com a empregabilidade, apoio na alimentação, vestuário etc, são encaminhados para outras respostas da associação, pelo que as técnicas no CLAIM da Ameixoeira lidam apenas com demandas burocráticas.

“Então a gente dá um suporte muito voltado para a parte da legalização dos migrantes, da regularização, melhor dizendo. (...) A principal demanda aqui no CLAIM é de manifestações de interesse (...) Então nós fazemos aqui todo um trabalho de explicar como funciona aqui o processo da manifestação de interesse, identificar se existe outra via de regularização mais adequada para aquele imigrante, porque às vezes ele tem um parente que já tem cartão de cidadão, então ele pode pedir um reagrupamento familiar ao invés da manifestação de interesse” (CLAIM da Ameixoeira).

Como referido pela técnica entrevistada, a principal demanda dos imigrantes prende-se com as Manifestações de Interesse, que são requerimentos de autorização de residência preferencialmente realizados através da plataforma eletrónica para o efeito (Portal SAPA). Além do apoio na formalização da Manifestação de Interesse, o CLAIM da Ameixoeira promove um acompanhamento desse processo, e caso surja alguma dificuldade no decorrer do mesmo, o CLAIM da Ameixoeira também apoia os seus clientes neste sentido.

As principais solicitações dos imigrantes residentes no concelho de Odemira, prendem-se com questões burocráticas, como manifestações de interesse, e todas as outras em que haja necessidade de intermediar com o SEF.

Pelos dados fornecidos pela técnica do CLAIM de Odemira, constata-se que relativamente ao ano de 2022, foram realizados 2 447 atendimentos, sendo que o público-alvo foram maioritariamente: homens (73%) com idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos (41%); nepaleses (40%), indianos (28%) ou brasileiros (8%). Os assuntos mais tratados no atendimento são: o Reagrupamento Familiar (40%) e os assuntos relacionados com a Permanência em Território Nacional (37%). De referir que as questões relacionadas com a proteção temporária concedida aos cidadãos ucranianos e ali residentes ocupou apenas 5% dos atendimentos em 2022.

Uma vez que o concelho de Odemira tem uma economia desenvolvida, com diversas empresas do ramo da agricultura e do turismo, questões como o desemprego, e carências sociais daí decorrentes, como o pedido de apoios sociais, nunca foram muito comuns nos atendimentos realizados. Porém, a entrevistada refere que recentemente esse paradigma tem vindo a modificar-se. A contínua chegada de imigrantes ao território, a sazonalidade do trabalho e questões como a escassez prolongada no abastecimento de água, faz com que as empresas do setor agrícola cultivem menos, o que conseqüentemente reflete-se em menos cultivos e menos necessidade de mão de obra. Todos estes fatores, têm vindo a acarretar novos desafios para as técnicas do CLAIM de Odemira, que se vêm a braços com novas problemáticas, o que exige medidas mais ambiciosas. A par do mencionado, o facto de Odemira ser um concelho rural, e que não está preparado para o número avolumado de pessoas que atualmente lá residem também é um fator gerador de mau estar no território.

“(…) as pessoas continuam a chegar e os recursos não esticam. Isto leva depois a questões de sobrepovoação das habitações, não haver água nas torneiras, essas questões todas estão associadas ao facto de haver muita gente num território que não está preparado para tanta gente” (CLAIM de Odemira).

4- Ação do CLAIM no processo de integração dos imigrantes

A quarta questão é relativa às ações que estes CLAIM promovem no que concerne às ações previstas à integração dos migrantes.

Neste âmbito, a técnica entrevistada do CLAIM do IPL, refere que a instituição promove uma série de ações no sentido de promover uma correta integração dos alunos migrantes que chegam ao IPL. A entrevistada referiu que, numa abordagem inicial, os novos estudantes internacionais são acolhidos por alunos migrantes, de anos anteriores e, portanto, já integrados. Esta prática revela-se muito útil para que os novos estudantes se sintam integrados e amparados naquilo que é um novo começo, num território que não dominam.

"São os próprios estudantes (de anos anteriores) que vão acolher os novos que chegam, (...) Vão ajudar em todas as questões diárias e que se prendem com questões inclusive básicas, como o trajeto para a escola, onde vão tomar as refeições, como vão ter acesso ao e-mail (...) pois estes novos estudantes não tem noção do que é o contexto e a vivência académica, (...) há um compromisso sempre, há um acolhimento e uma reunião sempre com todos para que seja assumido este compromisso e os estudantes são, de facto, muito solidários com esta questão, e estão sempre dispostos a ajudar em qualquer situação que seja. (...)" (CLAIM do IPL).

Ou seja, a técnica responsável pelo CLAIM reconhece a solidariedade dos alunos migrantes já integrados, em tentar ajudar e promover a integração dos novos colegas, naquilo que é a adaptação ao contexto académico. Salaria também que o CLAIM, no início de cada ano letivo, reforça o sentido de responsabilidade e cooperação entre estudantes, por meio de uma reunião conjunta, para que todos assumam com responsabilidade aquilo que é o apoio à integração do outro.

Ao longo da entrevista, foi perceptível que o CLAIM do IPL valoriza o contacto próximo com os alunos que necessitam do apoio desta estrutura, procurando estabelecer uma relação de confiança com estes. Por meio dos exemplos referidos pela entrevistada, e em virtude dessa relação de confiança, percebe-se que os estudantes recorrem ao CLAIM para verem esclarecidas dúvidas mais pessoais, mas ainda assim enquadradas naquilo que é o processo migratório e nas subjacentes diferenças culturais que estes jovens têm de atravessar

“eu vou dar um exemplo de um grupo de raparigas que o ano passado antes do final do ano, mostraram algumas dúvidas e vieram ter comigo, tinham algumas dúvidas sobre algumas temáticas da saúde relacionadas com a condição feminina, com a sexualidade, e eu falei com elas (...) pensei em promover ou um workshop ou alguma coisa que seja mais direcionada ao assunto. Apresentei depois esta ideia à presidência atual, e desta ideia surgiu um projeto que estamos agora a implementar” (CLAIM do IPL).

Ou seja, a partir deste contacto, onde um pequeno grupo de estudantes internacionais apresentaram à técnica responsável por este CLAIM, dúvidas e questões acerca de um tema específico, surgiu a ideia de se apresentar um projeto acerca de temáticas que os alunos oriundos de contextos diferentes possam ter curiosidade ou incertezas. Os tópicos desse projeto são escolhidos, por meio de inquérito anónimo pelos alunos migrantes, de modo que o conteúdo seja de total interesse direcionado para o que são as reais dúvidas destes jovens.

A técnica do IPV entrevistada refere a boa articulação entre as instituições e entidades do concelho que permitem dar uma resposta mais eficaz e concreta às necessidades manifestadas pelos migrantes. Aliás, esta articulação que os CLAIM estabelecem com outras entidades é um facto apontado por todos os entrevistados. O trabalho em rede constitui-se como uma mais-valia para dar resposta às necessidades apontadas pelos imigrantes nos mais diversos âmbitos, como emprego, alimentação, vestuário, etc. Foi ressaltado, também, as muitas atividades dinamizadas, sobretudo dirigida para a comunidade de refugiados ucranianos, que é a mais significativa, segundo as entrevistadas.

“(...) nós realizamos várias ações ao longo deste ano e queremos acreditar que todas elas respeitam os seus valores e os princípios que estruturam a sua cultura e a sua visão em termos culturais. Obviamente que o objetivo é a promoção da sua integração no sentido de inclusão em Portugal, não de assimilação ou perda de identidade cultural” (CLAIM do IPV).

Como descrito, todas as atividades foram no sentido da integração e da promoção da interculturalidade, e não da perda cultural ou assimilação da cultura portuguesa. As

atividades foram sobretudo marcadas por atividades lúdicas envolvendo os refugiados residentes na região de Viseu, para que estes também se possam conhecer entre si, e a criação de um ATL, para os mais novos, com atividades culturais, desportivas, artísticas, etc.

O técnico responsável pelo CLAIM da Mealhada aponta uma prática pertinente neste âmbito. Quando os imigrantes recorrem ao CLAIM da Mealhada, expondo dificuldades em resolver os seus problemas junto dos serviços públicos, o entrevistado refere que muitas vezes, adotou a estratégia de os acompanhar a esses serviços e perceber qual a barreira que os impede de resolverem os seus afazeres junto destes serviços.

“Em relação a bloqueios que às vezes há ao nível da saúde ou ao nível da segurança social, eu já cheguei ao ponto de às vezes ir acompanhá-los aos serviços para tentar perceber o que é que não está a ser feito para eles poderem fazer a sua integração (...) depois tentar perceber o que é que necessário fazer para se ultrapassar esse, digamos essa dificuldade em aceder a esse tipo de serviço ou de apoio. Portanto, já passei por muitas situações dessas em que até à conservatória do registo civil fui, à segurança social, porque às vezes há situações até que a barreira linguística é mais um problema, e depois, honestamente eu digo, os nossos serviços públicos às vezes não têm técnicos com as competências necessárias para lidar com esta população. A gente às vezes precisa de ter um bocadinho de paciência, um bocadinho de boa vontade, aliás nem digo que seja boa vontade, é a nossa obrigação, mas de facto, às vezes a função pública tem muito maus servidores, sou honesto” (CLAIM da Mealhada).

A partir deste depoimento, percebe-se que muitas vezes os técnicos afetos aos serviços públicos não têm as competências e a sensibilidade necessárias para lidar com esta população, constituindo este facto um obstáculo à eficaz integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento. Sendo os serviços públicos algo essencial para todos os cidadãos (onde os imigrantes não são exceção), importa que quem esteja afeto a esses serviços tenha a capacidade de dar a resposta adequada às reais necessidades das comunidades imigrantes, onde as dificuldades linguísticas não podem funcionar como um obstáculo ou impedimento à resolução das suas necessidades. Aqui, pode-se fazer

referência, uma vez mais, à competência cultural (Alsina, 1997 citado por Bracons, 2016: 16) como algo extremamente importante também nos funcionários do setor público. Quem interage com pessoas com especificidades culturais distintas das da sociedade de acolhimento, tem de ter a capacidade de saber interagir, comunicar e contribuir para o processo de integração dos imigrantes, o que conseqüentemente, contribuirá, de igual forma, para a melhoria dos serviços públicos portugueses (Bracons, 2018). É imprescindível uma reflexão acerca das competências e da atuação dos profissionais para que todos se sintam tratados com respeito e dignidade, sem preconceitos inerentes. É necessário repensar a formação destes profissionais, para que estes tenham uma maior tolerância a respeito face à diferença cultural, o que implica criar uma reflexão que:

“permita consciencializar para a importância da interação e do convívio intercultural, enquanto espaço de aprendizagem diária e, permita refletir para a necessária e importante relação a construir entre o profissional e a pessoa com especificidades culturais diferentes: uma relação de proximidade, de ajuda, de igualdade, de cooperação, de respeito, de compreensão e, simultaneamente, uma relação que possibilite ajudar o Outro a traçar o seu caminho com autonomia e confiança” (Bracons, 2018: 26)

Ao acompanhar os imigrantes que recorrem ao CLAIM para averiguar quais as barreiras que os impedem de se integrarem eficazmente, o técnico superior responsável pelo CLAIM da Mealhada está a fazer um trabalho de mediação. “Mediar é atuar em situações de injustiça, em situações de racismo ou qualquer outra forma de discriminação, em situações de incomunicação ou conflito” (Reis et al., 2015: 6). Neste sentido, o entrevistado assume uma posição de terceira parte, um facilitador de diálogo, promovendo o encontro entre as partes (Jares, 2002), e acima de tudo, atuar perante uma situação em que a diferença cultural se mostra como uma barreira para o acesso a um serviço público. Ainda nas palavras de Reis et al (2018: 15) “a mediação e concretamente a mediação intercultural visa estabelecer e restabelecer elos, vínculos e laços onde não existe comunicação, assumindo diferentes perspetivas consoante o locus de atuação e o perfil profissional do interventor social”.

No CLAIM da Ameixoeira, além dos atendimentos, um dos principais focos é a realização de sessões de esclarecimento e projetos que visem apoiar os migrantes naquilo que é a sua integração em Portugal. As sessões de esclarecimento, pretendem dar a conhecer os processos burocráticos da migração, e todas as dinâmicas em Portugal, para que os migrantes não se sintam “desamparados” naquilo que é a sua nova vida em solo português. Nessas sessões, de acordo com a entrevistada, há sempre momentos de partilha de vivências entre os migrantes, para que estes se possam conhecer e ajudar entre si. Além do descrito, por meio de parcerias com outras entidades, o CLAIM da Ameixoeira promove projetos que visam apoiar a integração dos migrantes em aspetos relacionados com a língua portuguesa. Neste sentido, foi citado o projeto MIL, que é um projeto voltado para o ensino da língua portuguesa a migrantes oriundos de países cuja língua materna se afasta amplamente da portuguesa, como é do caso dos migrantes da Índia e do Paquistão. Este projeto também é frequentado por migrantes analfabetos, cuja língua materna é o português, no sentido de poderem alfabetizar-se e poder atingir um nível de vida melhor. Em todos os projetos e eventos realizados, o CLAIM da Ameixoeira, tem bem presente que a integração não passa por moldar os migrantes à cultura portuguesa, mas sim, buscar um respeito e entendimento das diferentes culturas vigentes. Ressalta-se as palavras da técnica:

“o processo de integração não é apenas apresentar a cultura portuguesa e tentar moldar esse imigrante para a cultura portuguesa, não é essa a lógica. A lógica é realmente apresentar a cultura daquele país, mas também tentar perceber quais as características da cultura em que aquele imigrante estava inserido anteriormente, quais são as bagagens que ele traz, as histórias, as vivências e essa troca é muito rica. Tanto enriquece o país, neste caso Portugal, como enriquece aqueles que estão a vir para cá, é uma troca bem interessante” (CLAIM da Ameixoeira).

Também se pode salientar que o projeto MIL desenvolveu uma atividade que consistia na produção de um livro de receitas, onde os imigrantes puderam reunir num livro os pratos típicos dos seus países de origem. Essa atividade, foi referida pela técnica como uma atividade de extrema importância, pois contribuiu para a autoestima dos migrantes:

“A gente viu o quanto eles ficaram orgulhosos deles mesmos, de verem o seu nome escrito num livro, enquanto autores, são pessoas que não estão aqui apenas

para aprender, mas também para gerar aprendizado para os outros” (CLAIM da Ameixoeira).

Referente a Odemira, atualmente, o desenvolvimento de projetos na área da integração de migrantes está sob a alçada da Câmara Municipal e do respetivo plano de integração de migrantes. Desta forma, o grande foco do CLAIM de Odemira reside nos processos burocráticos e documentais de regularização do elevado número de migrantes na região. Anteriormente a este Plano, a técnica refere que nos primeiros anos de abertura do CLAIM foram realizados workshops com o intuito de formar e informar as pessoas relativamente à legislação, e a aspetos relacionados com a lei da imigração, lei do trabalho, lei do arrendamento, entre outros. De destacar que algumas destas sessões eram realizadas em colaboração com o ACM e o SEF. No entanto, a técnica refere que ainda realizam workshops, intitulados de “workshops de integração”, relacionados com as regras da sociedade de acolhimento, que muitas vezes contrastam com os costumes de alguns migrantes nos seus países de origem, uma vez que o concelho de Odemira tem uma elevada taxa de migrantes de origem asiática, com uma cultura altamente distinta da cultura portuguesa. Os workshops incidem em questões culturais, nomeadamente, na consciência ambiental, pois é referido que estes cidadãos não descartam os resíduos nos locais apropriados, ou seja, nos caixotes do lixo, deixando-os na rua. Outra questão fulcral é a forma como a mulher é vista. Nas culturas de origem de alguns migrantes, as desigualdades de género são gritantes, onde as mulheres são vítimas de múltiplas restrições, inclusivamente na indumentária, e esse choque cultural tem gerado fortes constrangimentos, sendo referido que alguns migrantes foram vistos a filmar mulheres nas praias.

No que concerne ao Plano Municipal para a Integração de Imigrantes, referente aos anos de 2020 - 2022, a intervenção que a câmara estipulou incidia nas seguintes áreas: acolhimento e Integração; urbanismo e habitação; mercado de trabalho e empreendedorismo; educação e língua, capacitação e formação; cultura; saúde; solidariedade e resposta social; cidadania e participação cívica; media e sensibilização da opinião pública; racismo e discriminação; relações Internacionais; religião; igualdade de género.

5- O papel das estratégias/planos de ação, dos CLAIM, na promoção da diversidade cultural e da interculturalidade

No que diz respeito à importância dada à interculturalidade no decorrer das ações desenvolvidas pelos CLAIM, a maioria refere que vê na interculturalidade uma mais-valia e uma boa prática para reforçar a integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento. Referem que as ações vão no sentido de promover a partilha mútua de culturas, tanto das dos imigrantes, como da sociedade autóctone.

A técnica responsável pelo CLAIM do IPL refere que as ações que se dirigem à interculturalidade são muito importantes, pois permitem que os jovens conheçam melhor a cultura do outro e desmistifiquem mitos. Consequentemente, essas ações levadas a cabo pelo CLAIM do IPL permitem o reforço da coesão entre os estudantes de culturas distintas.

“Nós promovemos muito a interculturalidade (...) eles ficam a conhecer um bocadinho e às vezes até se questionam, porque também existe na sua cultura alguns mitos e é curioso que mesmo entre eles, quando falam sobre estes mitos e acabam por experienciar outras coisas e há uma desconstrução desses mitos (...) há, portanto, uma mudança de consciência e a promoção da aproximação destas culturas, e esta troca” (CLAIM do IPL).

O CLAIM do IPV também leva a cabo atividades de cariz intercultural, sendo referido por uma das técnicas que:

“Obviamente que o objetivo é a promoção da sua integração no sentido de inclusão em Portugal, não de assimilação ou perda de identidade cultural (...) Dou-lhe como exemplo que se calhar até temos trabalhado mais no sentido de promover a aproximação ou a visibilização da cultura deles do que propriamente da nossa em relação a eles” (CLAIM do IPV).

Face ao exposto, o CLAIM do IPV promove encontros interculturais, potenciando em maior escala a aproximação da cultura dos imigrantes à comunidade autóctone. Ou seja, não se pretende a uniformização ou a assimilação de qualquer cultura, pretende-se sim

que haja um diálogo entre culturas, principalmente que a cultura dominante perceba as idiossincrasias de outras culturas, de modo a evitar situações potencialmente racialistas ou estigmatizantes.

Por sua vez, o técnico do CLAIM da Mealhada refere que a promoção de ações que contem com a participação das várias culturas do representadas no concelho, são uma mais-valia para reforçar a convivência entre os residentes do concelho.

“Desde a parte gastronómica, pequenas amostras de gastronomia, de cultura tipo música deles, tipo folclore e danças típicas, portanto também há os chamados encontros interculturais em que nós promovemos de alguma maneira a participação de várias comunidades, todas as que quiserem, às vezes a dificuldade é também motivá-los a participar, mas nós estamos sempre recetivos e temos iniciativa nesse sentido. A nossa biblioteca também trabalha um bocado esta vertente intercultural com, por exemplo, atividades do tipo convidar determinadas nacionalidades a virem contar um bocadinho da sua cultura, portanto há também esta vertente da dinamização intercultural” (CLAIM da Mealhada).

No CLAIM da Ameixoeira, a lógica assenta na troca de saberes, no diálogo e no reconhecimento de culturas. Todas as ações ou eventos realizados têm por base essa máxima intercultural, o que fortalece a autoestima do migrante, pois este percebe que a sua cultura é reconhecida no país destino.

“A gente parte da lógica que a troca é enriquecedora para as duas partes (...) os dois lados estão a ganhar. (...). Quando um imigrante vem e (...) partilha a história e a cultura dele, traz um enriquecimento para quem está aqui, e na convivência com pessoas que já aqui estão, que fazem parte deste país, o imigrante também absorve novas informações, novos conhecimentos. A gente parte sempre desse pressuposto, que é uma relação de troca, e a partir do momento que esse imigrante percebe que a bagagem que ele traz é valorizada e reconhecida, isso aumenta a autoestima dele para também construir a vida aqui. A gente percebe o quão importante isso é” (CLAIM da Ameixoeira).

Odemira, é uma zona rural, com uma população predominantemente envelhecida, onde a presença de grupos de migrantes, com culturas visivelmente muito distintas, até pela forma de vestir, gerou alguma estranheza na comunidade endógena. Para tal, o CLAIM, inicialmente, realizou algumas mostras culturais, com o objetivo de aproximar e desmistificar a cultura dos migrantes. Ou seja, as ações levadas a cabo anteriormente pelo CLAIM foram no sentido de promover uma hermenêutica, uma explicação, aproximação e respeito pelas várias culturas vigentes no território, com o intuito de promover uma convivência harmoniosa entre as várias comunidades, e para que os pontos de divergência não fossem sinónimos de segregação.

6- A formação intercultural dos técnicos

A sexta questão é centrada na formação inicial teórica para técnicos afetos aos CLAIM e a importância dirigida ao tópico da interculturalidade. A maioria dos técnicos refere que teve formações no âmbito da interculturalidade e que estas são uma mais-valia para o desempenho das suas funções. Referem também a importância de se irem atualizando neste âmbito, nomeadamente, através de formações online.

Antes de iniciarem funções num CLAIM, os técnicos têm de realizar um curso de 35 horas, ministrado pelo ACM. Os temas abordados ao longo da formação são os seguintes: lei de Estrangeiros; registo nacional de menores; acesso de cidadãos estrangeiros ao serviço nacional da saúde; enquadramento institucional dos serviços do ACM; apresentação da Plataforma Local para Integração de Migrantes, registo de atendimentos; lei da nacionalidade e interculturalidade⁴.

A técnica responsável pelo CLAIM do IPL refere a plataforma NAU, como um serviço de excelência para poder atualizar os seus conhecimentos.

“Sim, inclusive houve e há várias formações da NAU, eu própria tive algumas formações porque são online e no podemos ir fazendo durante um período de

⁴ Anexo 3

tempo, inclusive agora está a decorrer uma (...) porque essas ações que são promovidas online sobre a interculturalidade é uma ferramenta também para nós (...)” (CLAIM do IPL).

A NAU trata-se de uma plataforma pioneira a nível nacional, desenvolvido e gerido pela Unidade FCCN da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que permite a frequência de cursos abertos e acessíveis a todos, produzidos por entidades reconhecidas e relevantes na sociedade, e dirigido a grandes audiências⁵.

Dos entrevistados, apenas uma das técnicas do IPV referiu que não teve nenhuma formação ao nível da interculturalidade. A resposta a esta questão foi assumida por uma colega que referiu as várias formações que teve no âmbito intercultural.

“fiz uma formação na Universidade de Madrid promovida pelo Alto Comissariado para as Migrações no âmbito da rede de Ensino Superior em Mediação Intercultural com o professo Ricardo Vieira, e, portanto, sim, fiz essa formação e fiz também recentemente uma ação de curta formação da NAU, daqueles cursos de se tiram online, portanto tento me manter atualizada relativamente às questões da interculturalidade” (CLAIM do IPV).

Relativamente ao CLAIM da Mealhada, o técnico responsável também assinalou a importância das formações como um modo do profissional se inteirar das alterações às leis necessárias para poder proporcionar um atendimento correto e atual aos imigrantes que recorrem aos CLAIM.

“Ao longo destes anos eu tive de ir a várias formações, muitas formações porque as próprias leis estão permanentemente, e isso é uma opinião pessoal, exageradamente alteradas, porque faz com que nos permanentemente tenhamos de estar a atualizar os conhecimentos e, por vezes, volto a dizer, nós CLAIM das autarquias não temos o tempo necessário para consultar a legislação com tempo, e as nossas leis de imigração estão permanentemente a sofrer alterações e isso às vezes é um problema. É nossa obrigação estar a par e informar os imigrantes com o máximo de rigor a atualidade, e para isso, é preciso estarmos sempre

⁵ <https://www.nau.edu.pt/pt/sobre/>

neste processo de reciclagem. Tirando, as formações iniciais dos técnicos, essas são obrigatórias, as restantes são voluntárias, pois qualquer técnico que queira estar o máximo atualizado possível, deve participar nas formações” (CLAIM da Mealhada).

A técnica do CLAIM da Ameixoeira destaca a importância das formações no âmbito do CLAIM, uma vez que os técnicos inseridos nestes organismos são de áreas de formação diferentes. Também valoriza a importância de frequentar formações ao longo do período de atuação no CLAIM, renovando conhecimentos, uma vez que as leis com que estes técnicos lidam, estão permanentemente em alteração.

A técnica do CLAIM de Odemira, além de valorizar a importância das formações, sobretudo as de carácter intercultural, salienta um aspeto importante a este nível: as características intrínsecas à personalidade do profissional.

“É claro que a partilha de boas práticas, e as formações na área da interculturalidade são sempre úteis, nomeadamente no sentido em que nós conseguimos refletir em conjunto e pensar em novas formas de a promover. Acho que as formações nessa área são centrais para os técnicos dos CLAIM, mas pronto, quanto a mim, os técnicos dos CLAIM têm que ter algumas características pessoais que vão para além da formação. Tem a ver mesmo com a própria estrutura da pessoa” (CLAIM de Odemira).

Tal como foi exposto anteriormente neste trabalho, a formação de um interventor social é inacabada, sendo a formação inicial uma base fundamental para o bom desempenho das funções exigidas, porém, é imperativo que os técnicos tenham a capacidade de renovar os conhecimentos e de ter uma atitude reflexiva de modo a também poderem aprender por meio da experiência profissional. É preponderante que os técnicos assumam uma “atitude de procura e investigação permanente” (Torremorell, 2008: 65) para que as suas práticas profissionais sejam atuais e promotoras de transformações significativas na vida dos sujeitos visados.

A par da formação teórica, e tal como mencionado pelos técnicos do CLAIM de Mealhada e Odemira, há que salientar a importância das características pessoais dos

interventores sociais, para o sucesso da intervenção com o migrante. Tal como referido por Pena (2013: 65-66) “o profissional tem de escutar a pessoa, valorizar o que é dito e sentido, ter em conta a sua vontade, mesmo que sejam incapazes de dar uma resposta positiva ao pedido (...) As pessoas utilizadoras dos serviços “gostam” dos assistentes sociais que sejam amigáveis, genuínos e honestos, e que dão explicações sobre os métodos de trabalho e a sua finalidade, uma vez que as ambiguidades constituem uma fonte de insatisfação para os utilizadores do serviço”.

7- Constrangimentos ao desempenho de atividades

Questionados sobre os maiores constrangimentos no desempenho das suas funções enquanto técnicos CLAIM, as respostas foram diversas.

A técnica responsável pelo CLAIM do IPL explicou que a relação com os estudantes se constitui como um fator preponderante para o sucesso da intervenção do CLAIM. Ou seja, quando por algum motivo, a construção de uma relação ético-profissional de confiança e empatia entre o técnico e o estudante migrante é comprometida, o sucesso da intervenção fica, de igual forma, condicionado.

Os assistentes sociais e interventores sociais dão muita importância ao relacionamento com a pessoa utilizadora dos serviços. É através do relacionamento com o utilizador dos serviços “que se mobiliza as capacidades do indivíduo e os recursos da comunidade” (Pena, 2013: 58), sendo definido por Biestek como “uma interação dinâmica de atitudes e emoções entre o assistente social e o cliente, com o objetivo de auxiliar o último a atingir um ajustamento com o seu ambiente” (Biestek citado por Pena, 2013: 58). De facto, a relação que se estabelece entre o profissional e o usuário dos serviços tem um papel determinante no sucesso da intervenção. A qualidade dessa mesma relação envolve, entre outros aspetos, uma partilha de poder, entre o profissional e o cliente, e o reconhecimento do valor da pessoa (Pena, 2013).

Desta forma, percebe-se que para manter o migrante focado no seu processo de resolução dos problemas/necessidades que o fizeram recorrer ao CLAIM, promovendo

assim um trabalho cooperativo, importa que este veja no técnico, um profissional de confiança, competente e empático, orientando a intervenção escuta ativa e diálogo (Torremorell, 2008). A postura do técnico, enquanto interventor social, é um fator fundamental também para atingir a finalidade última do processo, que é a busca da autonomia dos sujeitos visados (Vieira e Vieira, 2017). Como defendido pela entrevistada, o objetivo principal de intervir junto das camadas vulneráveis, como os migrantes, vai muito além do mero assistencialismo e resolução de necessidades. Procura-se, acima de tudo, empoderar essas comunidades, alimentar a sua confiança, desenvolvendo exercício das suas liberdades, para que sejam os visados a trilhar o caminho que querem percorrer (Torremorell, 2008). Importa frisar que dentro de organismos como os CLAIM o técnico lida com pessoas vulneráveis “tornando-se tentador dar-lhes uma mão generosa, especialmente se percebemos nelas um grau de confiança elevado” (Torremorell, 2008: 27).

“Os CLAIM a meu ver têm aqui uma função quase muito pedagogia e relacional, não é só atender e dizer o que fazer, porque não se trata de um assistencialismo, há muito para além do assistencialismo, promovemos a capacitação, a relação e muitas vezes a pedagogia” (CLAIM do IPL).

No CLAIM do IPV, o maior constrangimento apontado prende-se com a barreira linguística. Como este é um CLAIM que recebe vários refugiados ucranianos que não falam nem português nem o inglês, a entrevistada refere que há uma grande dificuldade de entendimento desta população. Para contornar este constrangimento, o CLAIM do IPV conta com o auxílio de tradutores e regime de voluntariado, para que as necessidades desta camada populacional sejam atendidas.

O técnico do CLAIM da Mealhada assinala como constrangimento a falta de resposta a questões como a habitação ou emprego, ou seja, questões relacionadas com a conjuntura nacional, e cuja capacidade de resposta ultrapassa em larga escala as capacidades de ação do CLAIM.

“Às vezes há questões que os imigrantes trazem que nós também não conseguimos dar resposta, por exemplo, a habitação, há imensos imigrantes a

pedirem-nos habitação...e nós não temos. Isso é um grande constrangimento, porque é uma falta de resposta” (CLAIM da Mealhada).

Como este CLAIM está integrado da Câmara Municipal da Mealhada, o técnico responsável pelo CLAIM também está aberto a outras exigências próprias de um técnico de Serviço Social numa Câmara Municipal, nomeadamente a habitação social e os apoios sociais da Câmara.

"Somos um CLAIM integrado numa câmara em que há mil e uma outras funções, e não somos um CLAIM em que o técnico está exclusivamente direcionado e a trabalhar no CLAIM” (CLAIM da Mealhada).

Toda essa soma de funções muitas vezes traduz-se em falta de tempo para que o técnico se inteire das questões mais específicas do CLAIM como a programação, realização ou acompanhamento de atividades interculturais. Desta forma, e devido à escassez de tempo, o técnico adiantou que a maioria das atividades do CLAIM têm uma dimensão mais prática, com vista à resolução das necessidades manifestadas pelos migrantes, sendo que as demais atividades, como as de cariz intercultural, remetidas para segundo plano.

"Há a questão da falta de tempo, para dinamizar mais atividades de carácter intercultural. Eu ando aqui muito à volta da resolução de questões mais práticas, das necessidades mais diárias das pessoas, e depois sinto que me falta tempo, porque tenho muitas outras funções noutras áreas, e por isso, falta-me tempo para pensar e pôr em prática ações de promoção assim mais culturais, mais desportivas eventualmente e que ajudem a integrar ainda melhor as comunidades imigrantes. Portanto, é um facto, a falta de tempo” (CLAIM da Mealhada).

A técnica do CLAIM da Ameixoeira destaca dois grandes desafios ao exercício da profissão. Começa por salientar o equilíbrio necessário na relação com o cliente. Estabelecer uma relação de parceria e de partilha de poder com o utilizador dos serviços é algo inquestionavelmente importante, no entanto, essa relação nem sempre é fácil de concretizar, uma vez que se trata de uma relação profissional com limites (Pena, 2013).

“O primeiro desafio, é (...) ter um equilíbrio entre você, enquanto técnico, ter empatia com a problemática que é trazida, com a demanda que é trazida por essa pessoa que busca o atendimento, e (...) não se deixar envolver muito. Então esse equilíbrio é difícil, porque a gente precisa de se colocar na pele da pessoa, porém, a gente nunca vai entender completamente o que é estar na pele do outro, mas temos de fazer esse exercício de se envolver, de ter uma escuta ativa, de buscar entender e ter empatia com a realidade que aquela pessoa está apresentando, mas também não se deixar envolver, porque quando você se envolve muito, perde um pouco a sua capacidade de raciocinar de maneira mais prática e isso prejudica o trabalho. Então acho que um dos grandes desafios é realmente ter esse equilíbrio, entre a parte humana, esse envolvimento, essa empatia, mas também manter a razão, manter uma certa separação e distanciamento” (CLAIM da Ameixoeira).

Outro grande desafio sublinhado pela técnica prende-se com a falta de diálogo entre as diferentes instituições que lidam com as questões da imigração. Por vezes, essa falta de diálogo e troca de informações relevantes, como as alterações à lei, são geradores de constrangimentos ao trabalho dos técnicos do CLAIM, e por vezes, consistem num entrave à celeridade dos processos burocráticos inerentes à migração. Esta situação descrita é ilustrada pelo seguinte exemplo:

“O segundo desafio, é (...) a falta de diálogo entre as diferentes instituições. Vou-te dar um exemplo, a pessoa que obtém o título de residência, ela tem acesso ao número de utente permanente, então aqueles que têm título de residente tem acesso ao serviço nacional de saúde. Então, por exemplo, saiu agora uma nova alteração à residência, que é para os países de língua portuguesa, que é a autorização de residência CPLP, então essa autorização de residência ela tem um processo novo, foi uma lei nova, ela é gerada online e ela não é mais um cartão, é um papel, é um documento onde o portador desse título tem de andar com esse documento e com o passaporte. Isto é (...) algo super novo e que os centros de saúde nem todos foram informados sobre isso, então o que está a acontecer é o seguinte: a pessoa vem aqui, faz todo o processo, obtém esse título de residência e quando ela vai ao centro de saúde lhe é negado o número de utente, porque eles lá não tem essa informação que aquilo é um título

de residência válido e que confere direitos àquele imigrante. Então o nosso grande desafio é essa integração, esse diálogo entre as diferentes instituições, porque muitas das vezes a lei entra em vigor e não há um esclarecimento por parte de todos os técnicos, de todas as pessoas que fazem parte ali do sistema e que vão empatar a vida daquele cliente, daquele imigrante. Geralmente, a gente informa o cliente acerca do assunto, que este agora é o documento dele, que lhe confere esses direitos, essas obrigações, passamos toda a informação. Quando o cliente liga e coloca a situação que ele vivenciou, a gente oferece um novo esclarecimento para que isso sirva de argumento para ele dialogar lá na instituição, mas se a gente perceber que não está a ser suficiente para resolver a situação, a gente entra em contacto, mandamos e-mail, buscamos de alguma forma dialogar com essas instituições” (CLAIM da Ameixoeira).

Em Odemira, a técnica destaca como condicionante o elevado número de atendimentos, fruto do elevado número de migrantes na área, o que gera uma grande sobrecarga para as duas técnicas afetas ao CLAIM de Odemira.

“Os CLAIM que tem muitos atendimentos como nós temos, às vezes temos 20 pessoas para atender, não temos tempo nem para fazer um atendimento em que tentemos perceber toda a envolvência da pessoa, ou também em que nós tenhamos deixado outras componentes na integração para outros projetos e tenhamos focado no atendimento puro e duro” (CLAIM de Odemira).

Outro aspeto referido pela técnica do CLAIM de Odemira, remete para questões culturais relativas aos imigrantes na região. Como referido, a principal percentagem dos atendimentos realizados por este CLAIM é a imigrantes oriundos da Índia e do Paquistão, países onde as questões de desigualdade de género são acentuadas. Nesse sentido, a técnica salienta que, numa fase inicial, reconhecia em alguns clientes uma certa descrença no trabalho realizado pelas mesmas.

“Eu às vezes sinto que uma vez que, como os nossos principais clientes são homens e que a mulher na cultura deles é vista como inferior, o facto de estarem a recorrer a nós, porque só durante 3 ou 4 meses é que tive um colega homem, de resto temos sido sempre duas mulheres nos atendimentos, às vezes eles ficam um bocado reticentes, ao princípio. Agora, não. O CLAIM já está muito

enraizado, já é muito conhecido, as pessoas confiam em nós, conhecem-nos” (CLAIM de Odemira).

8- A ação dos CLAIM na promoção da coesão municipal e do diálogo intercultural

Quando questionados sobre a capacidade dos CLAIM aumentarem a coesão municipal/académica e reforçarem o diálogo entre a comunidade migrante e a comunidade endógena, as respostas foram positivas.

A técnica afeta ao CLAIM do IPL, enfatizou o modo como o CLAIM promove a interajuda entre a comunidade académica, dando o exemplo, de onde por meio de ações solidárias, conseguiu reunir a comunidade para dar resposta a necessidades muito específicas de alunas migrantes:

“Eu acho que os CLAIM desempenham este papel de aproximação a outra comunidade, isto é simples, porque mais uma vez cabe muito também aos técnicos dos CLAIM, que façam os seus contactos (...) que podem estabelecer depois um próprio contacto com outros estudantes, eu falo sempre no contexto dos nossos estudantes, podem promover o contacto com outros estudantes e depois há sempre uma ajuda mútua (...) há sempre esta aceitação. (...) eu agora vou tocar num assunto que é um bocadinho, digamos que frágil, (...) nós temos o caso de algumas estudantes que (...) uma está grávida e outra teve já o bebé, portanto, estas estudantes estão completamente desamparadas, a sua rede familiar está ausente e com este contacto com outros estudantes também podemos promover uma rede e assim haver algum suporte de outras colegas que também ajudam estas estudantes, portanto, há aqui uma interajuda logo há uma maior integração” (CLAIM do IPL).

Ou seja, o CLAIM do IPL promove a resolução conjunta dos problemas, reforçando os laços entre a comunidade académica, e revigorando a integração dos alunos de outras proveniências. Neste contexto, a técnica do CLAIM ressalva, uma vez mais, a relação entre o CLAIM e os migrantes para o sucesso das ações, frisando que se trata de uma

competência dos técnicos afetos ao CLAIM, compreender e analisar os diferentes perfis dos estudantes, as suas diferentes proveniências para que se possa ajudar e integrá-los em pleno.

No CLAIM do IPV, a técnica refere que os CLAIM são organismos de referência para a integração dos migrantes. Aqui, também se manifesta uma forte solidariedade entre a população endógena para com a migrante.

“(…) o CLAIM é uma forma de incluir os migrantes na localidade, na comunidade. O maior benefício é que eles se sentem integrados, apoiados e depois há uma grande solidariedade entre a própria comunidade em que eles estão inseridos e quando esse pedido de apoio é visível também torna mais fácil que as pessoas possam apoiar” (CLAIM do IPV).

O técnico entrevistado manifesta que como a Mealhada é um concelho pequeno, isso favorece a integração dos migrantes. Também revela que a população endógena reconhece que a imigração é uma mais-valia no concelho, pois constituem-se como uma fonte de mão de obra, além de contribuírem para o rejuvenescimento da população.

“Na minha modesta participação, acho que de facto os imigrantes são bem acolhidos, a mealhada é um concelho acolhedor, porque sabe que a comunidade imigrante é uma mais-valia para o concelho, o facto de haver um certo rejuvenescimento da população é bom, porque não é só na Mealhada, mas no país inteiro a nossa população está envelhecida, e há momentos em que a mão de obra precisa dos imigrantes. Depois, nota-se pela forma como eles se integram, como ao adquirirem casas, aqueles que já estão cá há mais tempo, os filhos já nasceram cá, digamos nota-se que quando há atividades de carácter mais cultural, eles participam, eles gostam de interagir com os portugueses têm muitos amigos já. (...) é uma prova que já estão integrados e que fizeram amigos, e isso é meio caminho andado para se sentirem acolhidas e integradas” (CLAIM da Mealhada).

De acordo com a técnica do CLAIM da Ameixoeira, o trabalho realizado por este CLAIM, e também pela associação onde este se insere, é um forte contributo para a coesão territorial, uma vez que também há cidadãos portugueses a interessarem-se e a

frequentarem as atividades desenvolvidas por este CLAIM. Isto permite não só um reforço para a coesão territorial, como permite que os portugueses percebam e tenham uma maior empatia pelos imigrantes e pelo próprio processo de imigração.

"Acho que o trabalho do CLAIM é essencial (...) nós fazemos essas sessões de esclarecimento aqui, e essas não são apenas frequentadas pelos imigrantes, o nosso público, mas também pessoas do nosso território, portugueses, que participam nas nossas atividades aqui, e essa convivência internamente acho que ela contribui muito para que haja essa troca, uma melhor convivência entre nacionais e estrangeiros. Nos eventos externos que a gente faz, a gente sempre tem esses momentos de esclarecer qual é o trabalho do CLAIM, o que é desenvolvido aqui, e muitas pessoas se surpreendem porque não sabem que há este tipo de trabalho. (...) Isso também acontece com os portugueses, muitas vezes eles não têm essa percepção porque nunca passaram por um processo de imigração (...) então não sabem como funciona" (CLAIM da Ameixoeira).

Muitas vezes, o CLAIM de Odemira funciona como um intermediário, uma ponte, entre as comunidades locais e imigrantes. Isto porque, não só tenta dar a conhecer as dinâmicas locais aos imigrantes, como permite uma desconstrução da cultura dos imigrantes à população local, nomeadamente aos empregadores.

"Sim, o facto de nós termos esse gabinete aqui também leva à comunidade local, quando digo comunidade local, digo tanto o cidadão comum, como os técnicos da junta de freguesia, ou do centro de saúde, quando tem alguma dúvida relativamente à cultura ou até mesmo à legislação, contactam-nos no sentido de perceber as situações, ou porquê que eles estão a rezar, ou porquê que eles estão de branco, esse tipo de coisas. Nós tentamos sempre informar e esclarecer as dúvidas da comunidade migrante e de acolhimento" (CLAIM de Odemira).

9- Tensões entre as comunidades residentes nos municípios

Referente à última questão, que abordava a existência de focos de tensão entre as comunidades, a técnica do CLAIM do IPL refere que há exceção de casos particulares

envolvendo alunos específicos, não se pode dizer que existam casos de tensão ou conflito. Nesses casos, o trabalho do técnico é sobretudo um trabalho de mediação entre os estudantes visados, baseado na escuta ativa e na compreensão de ambas as partes para que nenhuma se sinta prejudicada ou injustiçada.

“Eu não posso dizer que tivemos casos, ou que tenhamos casos de focos de tensão, isso desconheço. Esporadicamente, há um ou outro estudante que eventualmente se envolveu com outro estudante (...) que por acaso um dos estudantes veio ter comigo a procurar algum apoio, neste caso apoio um bocadinho para fazer a mediação entre os dois estudantes (...) uma das premissas é a questão da ética nestes contextos, para poder mediar essas situações e poder apoiar qual é a melhor maneira de nem um nem outro se sentirem prejudicados na sua vida futura e isto implica muitas ações” (CLAIM do IPL).

A técnica refere também que há sempre um trabalho de prevenção junto dos estudantes das residências, reforçando valores como o respeito pelo outro e pelo próprio espaço. Nas residências, onde naturalmente habitam pessoas de diferentes culturas, há o cuidado de os acompanhar e promover a harmonia naquilo que é a sua convivência diária, promovendo a sua coesão e o compromisso dos alunos em manter um espaço salutar para todos.

“vivem em comunidade e há uma situação que tem de ter presente é o respeito pelo outro e pelo espaço. Esta é uma regra que tenho sempre o cuidado de promover. As nossas próprias residências (...) quando são culturas diferentes, há o cuidado de acompanharem o que se passa, se estão bem, há esta preocupação de promover a paz entre as comunidades. Até mesmo estes estudantes que vieram de moçambique, não obstante de serem todos do mesmo país de origem, vem com culturas entre elas um bocadinho diferentes, é importante referir porque muitos deles podem vir dizer que a colega isola-se ou está mais isolada ou tem uma maneira de ser, ou seja não tem que andar a interferir na individualidade, têm é que se respeitar naquilo que são os espaços comuns e tem corrido muito bem nesse sentido, mas é preciso estar presente na casa, porque é um dos trabalho que é importante fazer, ir ao local. Conflitos que existam, ir lá ou fazer uma chamada whatsapp com todos na casa e perceber o que se passou,

ou seja, há esse cuidado de arranjar uma estratégia comum que sirva a todos os elementos (...) todos temos conflitos no dia-a-dia o que é importante é que tem de haver o compromisso do estudante nesta resolução, e esta resolução passa pelo comum, pelo plural e não pelo singular. Responsabilizar e envolver (...) de modo a encontrar uma solução comum a todos” (CLAIM do IPL).

No CLAIM do IPV não há conhecimento que há ou tenham existido quaisquer tipos de focos de tensão.

Na Mealhada, também não há conhecimento de casos de tensão social. O técnico refere que há articulação entre o CLAIM e a GNR e se houvesse sinalização de algum caso, desde 2005, esse caso teria chegado ao CLAM. Por esse motivo, e também pelo exposto ao longo da entrevista, o técnico refere que os migrantes são uma comunidade bem inserida no concelho da Mealhada, em que as problemáticas associadas a este grupo, são também as problemáticas associadas à população autóctone.

“(...) o CLAIM já funciona desde 2005 e nunca houve conhecimento de nenhuma situação específica, ou de um problema específico de uma comunidade imigrante. Às vezes pode haver desacatos, mas isso também há com os portugueses. Dá a impressão de que os imigrantes estão bem integrados, embora claro que há imigrantes desempregados, imigrantes com problemas de alcoolismo, imigrantes que possam ter problemas como a família desestruturada, mas isso são problemas que nós lidamos com várias famílias sem serem imigrantes, por isso não é especificamente da comunidade imigrante” (CLAIM da Mealhada).

Na Ameixoeira, a técnica refere que desde que está em afeta ao CLAIM, não presenciou nenhuma situação de tensão social entre as comunidades vigentes no território. No entanto, fora-lhe descrito que houve conhecimento de situações de conflito entre as comunidades, com maior incidência em ambiente escolar.

“pelos relatos que já ouvi de alguns clientes atendidos por nós, sabemos de algumas situações de conflito, sobretudo no ambiente escolar. Clientes nossos, que têm filhos, já contaram algumas experiências de conflitos vivenciados na escola, como as crianças começarem alguma briga e os pais se envolverem na

briga, com pessoas de diferentes nacionalidades ali. Então, eu já ouvi relatos nesse sentido, mas como foram experiências passadas, (...) não foi algo onde nós fizéssemos uma intervenção, porque já tinha sido resolvido, (...) (CLAIM da Ameixoeira)”

De facto, a escola é a instituição social que mais reúne todas as diversidades sociais e culturais representadas na sociedade, uma vez que pelo seu carácter obrigatório, acolhe crianças de todos os estatutos sociais, origens étnicas, religiosas e culturais, que naturalmente não se reveem nos mesmos ideais e filosofias de vida (Vieira, 2012). Nas palavras de Vieira (2012: 31) a escola é:

“o grande laboratório de aprendizagem da vivência social, uma vivência entre iguais e diferentes; uma vivência entre convergências e divergências; um espaço de aprendizagem da interculturalidade, da convivência e da hospitalidade”

Se a escola, se se quer afirmar “escola para todos” (Vieira, 2012: 31), tem de apostar numa filosofia de ação social que se baseia na negociação entre todas as partes, não somente as que entraram em conflito (Vieira, 2012). Neste paradigma, preconiza-se o carácter preventivo da mediação intercultural, pois os conflitos citados, são o resultado da ausência de mediação preventiva durante os processos sociais potencialmente geradores de discórdia, face às múltiplas situações de desencontro presentes nas interações em ambiente escolar (Vieira, 2012). Desta forma, reivindica-se o carácter preventivo da mediação, atuando a montante dos conflitos, de forma a evitá-los, criando um ambiente de respeito por uma sociedade mais inclusiva, criando situações favoráveis de encontro e de proximidade entre os diferentes grupos sociais (Vieira e Vieira, 2016).

Em Odemira, a técnica afirma que há conhecimento de focos de tensão tanto dentro das comunidades migrantes, como entre as comunidades migrantes com a comunidade de acolhimento.

“Há focos tanto dentro das comunidades imigrantes, que a questão religiosa, às vezes aqui é um bocado central nesses focos de tensão, porque há nacionalidades que não convivem bem juntos, há alguma tensão entre indianos e nepaleses ou entre paquistaneses e os do Bangladesh porque são muçulmanos, ou porque são

hindus, ou porque são católicos. (...). Relativamente à comunidade de acolhimento, eu não tinha sentido assim essa tensão, mas nos últimos tempos comecei a sentir, começou a ser verbalizado devido (...) ao elevado peso que a comunidade já tem, e depois leva a questões da superlotação das casas, as questões do lixo e algumas questões relacionadas com essa visão que eles têm das mulheres, do filmar, (...) há algumas tensões e têm havido algumas questões” (CLAIM de Odemira).

Ou seja, as discrepâncias de ordem religiosa são o principal motivo para o surgimento de tensões entre os diferentes grupos de migrantes no território. Por sua vez, as avolumadas diferenças culturais e percepções de género são a principal causa de tensão social entre as comunidades migrantes e a comunidade portuguesa. A este nível, apela-se, uma vez mais, ao carácter preventivo da mediação, uma atuação a montante dos conflitos, que se traduz como uma forma de fomentar a coesão social num território tão vasto e que abraça tantas realidades culturais.

Os principais resultados obtidos indicam que ainda há um longo caminho a percorrer em matéria da integração de imigrantes em Portugal, sendo relatado maiores dificuldades nos imigrantes cuja cultura de origem é mais distinta da cultura portuguesa. A existência de organismos como os CLAIM são, inevitavelmente, algo muito positivo, no entanto, o seu modo de funcionamento muito próprio abre a porta a algumas lacunas, nomeadamente, à inexistência de eixos de intervenção que norteiem as intervenções dos técnicos, ficando as atuações do CLAIM muito ancoradas à sensibilidade do técnico. Apesar do reconhecimento da importância da interculturalidade, a falta de tempo, derivado do acúmulo de funções, condiciona a existência de mais ações de carácter intercultural.

Poucos foram os relatos que demonstram dificuldades de integração dos migrantes, com a manifesta inexistência (ou desconhecimento) de focos de tensão e conflitos entre as comunidades migrantes e a autóctone, o que poderá indicar que, efetivamente, Portugal oferece as condições para uma rápida e correta integração dos migrantes. O único reparo, remete para o concelho de Odemira, que tem uma forte percentagem de migrantes cujo país e cultura de origem, tem fortes contrastes com aquilo que é a cultura

portuguesa, o que se traduz em situações de animosidade entre a comunidade autóctone e a comunidade migrante.

IV - CONCLUSÕES

Para culminar este processo investigativo, apresenta-se neste capítulo, as principais conclusões obtidas decorrentes das entrevistas realizadas, ao longo dos últimos tempos, aos técnicos afetos aos CLAIM dos diversos territórios que aceitaram colaborar com este projeto de investigação.

O presente projeto de investigação, propôs-se a investigar as estratégias de integração prosseguidas por parte dos CLAIM, em vários territórios de Portugal continental. Desta forma, e tendo como mote de partida, a interrogação “Que estratégias são desenvolvidas pelos CLAIM para acolhimento e promoção da integração dos imigrantes nos seus territórios?” percorreu-se um longo caminho de descoberta de medidas, ações ou estratégias que visam, ou não, a construção de um país mais intercultural. Este objetivo principal, foi suportado em três objetivos específicos, que permitiram descortinar com maior precisão, a realidade que se pretendia apurar. Desta forma, apresentar-se-á, seguidamente, um conjunto de conclusões reportadas aos objetivos específicos delimitados para este estudo.

Em primeira instância, verificou-se que os CLAIM visados neste estudo, reconhecem a importância da interculturalidade, sendo ponto comum de todas as entrevistas, a aceitação e a valorização da diversidade cultural dos territórios. Este facto é sobretudo manifestado, quando os entrevistados referem que os migrantes devem manter a sua cultura de origem, pois só dessa forma há uma troca de saberes e uma aprendizagem mútua, entre a comunidade local e a comunidade migrante. Em todas as entrevistas, foi transmitido a importância da construção de relações de convivência interculturais, espelhando uma interação positiva entre todos, sem que haja a anulação de uma cultura em detrimento de outra, ou que os migrantes se moldem à cultura vigente.

Ainda neste sentido, os entrevistados também salientaram a notoriedade que as atividades ou ações assentes na intercultural detêm. Com maior ou menor frequência, todos eles relataram que essas atividades de cariz intercultural constituíam um contributo eficaz na integração dos migrantes, bem como na desconstrução de eventuais barreiras ao diálogo entre as diferentes culturas presentes nos territórios. No entanto,

assinala-se que nos CLAIM inseridos em Câmaras Municipais, onde tendencialmente os técnicos não trabalham exclusivamente só nos CLAIM, há a manifestação de falta de tempo para o planeamento e execução de atividades relacionadas com a interculturalidade. Ou seja, a escassez de recursos humanos e o conseqüente acúmulo de funções por parte dos técnicos, condiciona a promoção de uma integração de proximidade dos imigrantes, uma das funções atribuídas aos CLAIM.

Reportando de forma concreta aos objetivos específicos, o primeiro objetivo específico pretendia conhecer a organização dos CLAIM enquanto estruturas de apoio à integração dos imigrantes. Como mencionado anteriormente neste trabalho, os CLAIM são estruturas fundamentais em territórios onde a população imigrante é expressiva, sendo que cada CLAIM tem um modo de funcionamento muito próprio, com características e modos de funcionamento concordantes com as características que cada território comporta. Neste sentido, pretendeu-se ter uma imagem abrangente da realidade dos CLAIM em Portugal, tendo-se para o efeito realizado entrevistas a CLAIM inseridos nas Câmaras Municipais, em cooperativas e associações, em Politécnicos e CLAIM de caráter itinerante. Percebe-se que todos os CLAIM, independentemente do seu caráter, procuram assegurar com rigor e prontidão, respostas adequadas às necessidades específicas manifestadas pelos migrantes, moldando-se à realidade dos territórios. Mesmo quando o CLAIM não se encontra sob a alçada das Câmaras Municipais, estas não se destituem dos seus afazeres face à integração dos migrantes. Fazem-no por outras vias emergentes, nomeadamente por meio dos Planos Municipais de Integração de Imigrantes, dando estes planos, por vezes, outras respostas que os CLAIM não acomodam.

Neste sentido, percebeu-se que o trabalho em rede é um fator fundamental para os CLAIM, pois sempre que estes organismos não detêm as respostas para as necessidades apresentadas, os imigrantes não ficam desamparados, pois há um encaminhamento para outras estruturas ou instituições competentes que se prontificam a resolver os assuntos em causa. Também ficou explícito que a existência de CLAIM sob alçada de associações sem fins lucrativos, está inteiramente dependente do trabalho em parceria que apoie financeiramente.

O segundo objetivo específico pretendeu analisar a presença e as funções dos mediadores interculturais no seio de um CLAIM.

Os CLAIM sendo estruturas de referência no que concerne à integração de imigrantes, são estruturas que visam assegurar amparo aos imigrantes naquilo que é o vasto e árduo processo de imigração. Desta forma, compreende-se, pelo trabalho realizado, que atuam no apoio a questões burocráticas, mas também dirigem a sua atuação a questões de aproximação cultural tendo, portanto, um leque abrangente de funções. Assim sendo, os técnicos que exercem funções nos CLAIM, promovem não só um acompanhamento documental, por meio dos atendimentos, onde os migrantes expõem os assuntos que gostariam de resolver (muitas vezes relacionados com a regularização em território português), onde é da competência dos técnicos estar a par das leis em vigor, de forma a poder dar a resposta mais célere ao processo, além de fornecerem as informações necessárias aos migrantes, para que estes sejam detentores de conhecimentos, vulgo empowerment. Cumulativamente, as suas funções estendem-se para aquilo que é a promoção do diálogo entre culturas, viabilizando a construção de pontes entre os distintos modos de perspetivar a realidade social existentes em determinado território, com a finalidade de instigar a coesão social, sem nunca pretender a homogeneização. Face ao exposto, conclui-se que as funções de um técnico afeto ao CLAIM são enquadráveis nas funções de um mediador intercultural, pois direcionam o seu trabalho ao estabelecimento de pontes entre a comunidade migrante e a comunidade local, incluindo-se aqui, serviços públicos essenciais, entidades patronais e a sociedade em geral.

O terceiro objetivo específico, pretendeu perceber a existência de estratégias ou ações de integração que promovam a interação entre as populações residentes nos territórios municipais. Pelos depoimentos prestados, além das atividades dirigidas à promoção da interculturalidade, não se verificou a existência de estratégias ou projetos concebidos e exclusivamente direcionados para a população imigrante. Porém, e apesar da inexistência de estratégias dirigidas aos imigrantes, assinalam-se vários pontos interessantes no que concerne à integração dos imigrantes nos CLAIM entrevistados. Salienta-se a existência de práticas profissionais que potenciam a integração dos imigrantes, aproximando-os dos serviços municipais, e que contrastam com outras práticas profissionais que perturbam a integração dos imigrantes, o acesso destes a serviços públicos e, conseqüentemente, a celeridade dos seus processos de regulação. De facto, trabalhar em prol da interculturalidade, solicita uma atitude de abertura e disponibilidade para com o Outro, mostrando uma atitude de respeito e compreensão

pelas suas idiossincrasias. Mais uma vez, evidencia-se as competências profissionais e pessoais dos técnicos que exercem funções junto de estruturas como o CLAIM, de forma a contribuir para uma correta integração de pessoas culturalmente diferentes na sociedade destino, de forma que se sintam bem acolhidos, respeitados, e em situação de igualdade perante os autóctones.

Salienta-se também a existência de associações e cooperativas sem fins lucrativos, que detém sob sua alçada o CLAIM do respetivo território, e dessa forma, em conjunto com os parceiros, desenvolvem ações e medidas para a integração dos imigrantes. Como referido, todos os CLAIM contactados mostram interesse em realizar atividades de cariz intercultural, que permitam o convívio entre as várias culturas. De entre as principais atividades, distinguem-se a dinamização de atividades de ocupação de tempos livre para crianças e jovens, e principalmente, as sessões de esclarecimento, que promovem um conhecimento e uma aproximação à cultura do outro, para que as diferenças culturais não se constituam um entrave à socialização, mas que funcionem como enriquecimento mútuo. Essas sessões permitem também que o migrante fique conhecedor das burocracias e das demandas da imigração em Portugal, dando-lhe as ferramentas necessárias para atenuar possíveis défices de informação e alertando-os para os seus direitos e deveres em território português.

Após esta síntese de conclusões ancoradas aos objetivos específicos, reconhecendo que esta possa não ser exaustiva nem conclusiva face à reduzida amostra, e pelo facto de a imigração assumir uma multidimensionalidade que varia de território para território, lança-se agora uma análise mais geral face às informações recolhidas em contexto de entrevista. Coloca-se agora em evidência, algumas conclusões recolhidas em contexto de entrevista que sirvam de ponto de partida para futuras investigações, ou que potenciem a reflexão por parte de entidades competentes da área da área do desenvolvimento social, de modo a perspetivar de modo mais eficaz o acolhimento e integração de imigrantes no território.

A primeira conclusão remete para o facto da imigração, nos territórios auscultados, ser enquadrada nos perfis da “imigração de sobrevivência” (Sousa, 2011). Ou seja, trata-se de um perfil de imigração cuja finalidade prende-se com a obtenção de trabalho e melhores condições de vida, quando comparado com o país de origem. Desta forma, percebeu-se que a maioria dos imigrantes escolhe regiões com uma economia forte,

onde tendencialmente há uma maior procura de mão de obra (Sousa, 2011). A este nível, importa que as entidades competentes estejam atentas às carências e fragilidades que este grupo populacional possa apresentar, para que não se tornem casos sociais.

A segunda conclusão reporta aos efeitos da imigração. Manifesta-se, em primeira instância, os efeitos positivos da imigração para o desenvolvimento da região, nomeadamente, para a produção de mão de obra, para o repovoamento de zonas rurais e reconfiguração da pirâmide etária. Destaca-se também que o empreendedorismo associado aos imigrantes também é um forte contributo para a economia da região e criação de postos de trabalho. Desta forma, é notável que a imigração tem fortes contributos para o país destino, tanto a nível cultural, económico e demográfico. No entanto, também se constata alguns efeitos adversos nomeadamente, efeitos relativos ao mercado imobiliário. O aumento populacional derivado da imigração, dispara a procura de alojamento, o que por sua vez, gera escassez de arrendamento, originando um forte aumento do preço dos imóveis.

No decurso das entrevistas, poucos foram os relatos de ocorrência de situações de tensão social entre as diversas culturas presentes nos territórios, o que se pode traduzir na ideia de que os imigrantes estão bem inseridos no seio da comunidade de acolhimento. Esta ideia, pode condicionar a existência de estratégias e projetos de apoio à integração de imigrantes. Importa averiguar de forma mais rigorosa a existência de níveis de tensão social, mesmo de forma mais passiva. Para tal, sugere-se uma investigação pormenorizada neste assunto de forma a obter uma perspetiva mais aprimorada nesta matéria.

Os movimentos populacionais sempre existiram e inevitavelmente irão continuar a existir. Assim sendo, as migrações não podem ser encaradas como um problema pelos decisores políticos, e as medidas anti-imigração não são realistas. As estatísticas apontam Portugal como um país envelhecido, com declínio populacional, onde o saldo migratório positivo constitui-se como um contributo que permite contornar as projeções. Para ilustrar a importância das migrações em território nacional, o INE (2020) efetuou uma projeção da população residente, num cenário sem imigração:

“o cenário sem migrações – em que as hipóteses de evolução da fecundidade e da mortalidade são as adotadas no cenário central e em que se admite a

possibilidade, pouco provável, de inexistência de fluxos migratórios – seria de esperar em 2080 uma população de cerca de 6,9 milhões de pessoas” (INE, 2020).

É sabido que a população mundial está a envelhecer, num processo denominado de envelhecimento demográfico, onde Portugal não é exceção. As principais causas identificadas prendem-se com a redução da fecundidade e a redução da mortalidade, o que se traduz na progressiva perda de importância da faixa etária dos jovens e pessoas em idade ativa, aliado ao aumento do número de pessoas com mais de 65 anos (Rosa, 2012), onde a não compensação de população jovem e ativa por meio da imigração pode ter efeitos nefastos para Portugal, com um forte aumento das despesas sociais (Rosa, 2012). Neste sentido, os saldos migratórios positivos mostram-se como algo de extrema importância e constituem um fator positivo para atenuar os níveis de envelhecimento da população, como ilustra Rosa (2012: 66):

“(…) os temas do envelhecimento e imigração andam atualmente muito ligados um ao outro. A imigração do tipo laboral (...) ajuda a atenuar a importância estatística dos mais velhos (ao reforçar o peso da população em idade ativa) e contribui para os nascimentos, atenuando por essa via, o declínio da importância estatística dos mais jovens”

Para finalizar esta síntese de conclusões, percebe-se que a imigração ainda é um fenómeno que não está isento de atos discriminatórios, de hostilidade ou preconceituosos por parte da comunidade de acolhimento. Na génese deste problema encontra-se a natureza altamente diferenciada entre a comunidade imigrante e a comunidade de acolhimento, sendo que essa distância gera efeitos perversos na convivência entre as partes. Neste sentido, o uso recorrente de ferramentas como a mediação intercultural assume-se como a estratégia mais adequada para estabelecer laços e vínculos entre as comunidades, sendo também uma ferramenta eficaz na promoção da valorização da diferença, pois esta deve ser sempre perspectivada como algo positivo, que estimula o avanço social, e não como algo segregador. Um outro fator merecedor de destaque, prende-se com a ideia de rivalidade dos autóctones para com os imigrantes, que degenera em perspectivas e discursos soezes, tais como: o imigrante vir “roubar a casa”, “roubar os postos de emprego”, “importunar-nos com os seus costumes” (Rosa, 2012) e todo um conjunto de perceções que agudizam os fenómenos de ostracização face aos imigrantes. No entanto,

são convicções errôneas, uma vez que “na realidade, os imigrantes são, no mundo laboral, preferencialmente empurrados para lugares subalternos e menos qualificados, de preferência, para o desempenho de trabalho manual ou indiferenciado” (Rosa, 2012: 67). É urgente que a pequenez de pensamento seja ultrapassada, e isso implica também atrair e aproveitar a imigração qualificada e dar-lhes oportunidades de revelarem o seu potencial, contribuindo, dessa forma, para o aumento da produtividade do país (Rosa, 2010).

Culmina-se este capítulo com a convicção de que o desenvolvimento e o fortalecimento de políticas municipais dirigidas para a população migrante, é algo essencial para a gestão positiva de uma sociedade que se avizinha cada vez mais diversa. Portugal tem-se vindo a assumir como país destino de muitos fluxos migratórios, pelo que face a esses movimentos populacionais, torna-se imprescindível que cada território consiga atuar de forma eficaz nestes contextos multiculturais, atuando com uma filosofia de discriminação positiva, de modo a dar prioridade à igualdade de oportunidades e combater à exclusão social.

BIBLIOGRAFIA

Alto Comissariado para as Migrações (2022) Guia de acolhimento para migrantes

Alto Comissariado para as Migrações (2023, Janeiro, 24) Rede de centros locais de apoio à integração de migrantes <https://www.acm.gov.pt/pt/-/rede-claii-centros-locais-de-apoio-a-integracao-de-imigrant-3>

Arango, J. (2000) Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración. Revista internacional de ciencias sociales, 165, p. 283-296

Araújo, M. (2008) Racismo.pt?. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra

Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania (2021) Quem somos. Disponível em <https://www.lusoculturas.org/>

Baganha, M. I.; Marques, J. C.; Góis, P. (2009) Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica, *Ler História*, 56

Bernardo, L. (2021) “A integração de imigrantes no Algarve: que políticas municipais?”. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Leiria. Leiria

Bracons, H. (2018) Cultura, diversidade, interculturalidade e mediação: perceções dos estudantes de Serviço Social. *Revista Migrações* (nº15, 13-26). Observatório das migrações. Lisboa

Casa-Nova, M.J. (s.d.) A mediação intercultural e a construção de diálogos entre diferentes: notas soltas para reflexão. Actas do Seminário Mediação Socioeducativa: Contextos e Actores

CMMI – Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais (2005), *As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Duarte, A., Santos, M. & Grosa, S. (2004). Diversidade ética: assimilação ou multiculturalismo. *Revista Intervenção Social*, (29), 153-184.

EPortugal (13 de Fevereiro de 2023) Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes <https://eportugal.gov.pt/servicos/centros-locais-de-apoio-a-integracao-de-migrantes-claim->

Góis, P., Marques, J. C. (2018) Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. E-cadernos CES, v. 29, p. 125-152, 2018.

Guerra, I. (s.d.) Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Principia

INE (2020) Projeção da população residente 2018- 2080

Jarez, X. (2002) Educação e Conflito: guia de educação para a convivência (1ª ed.) Lisboa: Edições Asa

Malheiros, J. (1996) Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança: imigração e processos de integração das comunidades de origem indiana (1ª ed.) Lisboa: Edições Colibri

Malheiros, J. M. (2011). Promoção da interculturalidade e da integração de proximidade: Manual para técnicas/os. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Marques, J. (2008) Os Portugueses na Suíça – Migrantes Europeus, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Marques, J.C., Faria, S., Silva, P., Vieira, R. & Lopes, S. M. (2016). A prática da investigação no estudo da interculturalidade. In Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A. & Margarido, C. (Orgs.), Pedagogias de mediação intercultural e intervenção social. (pp. 125-155). Porto: Edições Afrontamento.

Marques, J., Vieira, A.; Veira, R. (2020) A diversificação da sociedade e a mediação intercultural como pedagogia social: o caso português. Laplage em revista, vol. 6, nº3, 54-63

Monteiro, A. (2008) Migração e Saúde Mental: vulnerabilidade ao stress, apoio social e saúde mental em imigrantes da Europa de Leste a residir em Portugal. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Coimbra

NAU - Quem Somos. Disponível em <https://www.nau.edu.pt/pt/sobre/>

Nolasco, C. (2016) Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. Oficina do CES nº 434

Peixoto, J. (1998). As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal. Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intraorganizacional. Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.

PEIXOTO, João (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências”, in PEIXOTO, João (org.), Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho, Abril 2008, n.º 2, Lisboa: ACIDI, pp. 19-46

Pires, C. (2016). A integração faz-se a nível local. O processo de conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes. Revista Migrações, 45-65

Plano Estratégico Politécnico de Leiria 2030 (2021) Politécnico de Leiria

Plano Estratégico Politécnico de Viseu 2017 - 2021 (2018) Politécnico de Viseu

ODEMIRA INTEGRA_3G, Plano Municipal para a Integração de Migrantes (2020 - 2022). Câmara Municipal de Odemira

Pena, Maria João (2013). A Relação Profissional no quadro da intervenção do assistente social. Intervenção Social. (41), 55-70.

Pordata (2021) Censos 2021 - compare o seu concelho com a região nuts III envolvente. Disponível em <https://www.pordata.pt/censos/quadro-resumo-comparar/mealhada-466>

Pordata (2022) - População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades, Consultado a 29 de novembro de 2022 em <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-101>

Pussetti, C., Ferreira, J., Lechner, E., Santinho, C. (2008) Migrantes e Saúde Mental: a construção da competência cultural. Observatório da Imigração. Lisboa

Reis, A.; Silva, A.; Caetano, A.; Piedade, A.; Vieira, A.; Palanca, D.; Coutinho, E.; Oliveira, I.; Freire, I.; Marques, J.; MORGADO, M.; Santinho, M.; Gomes, M.; Ribeiro, M.; Pinheiro, M.; Hortas, M.; Antunes, S.; Vieira, R.; Madeira, R. (2016) Entre Iguais e Diferentes: a Mediação Intercultural. Atas das I jornadas de Ensino Superior para a Mediação Intercultural, Alto Comissariado para as Migrações, Lisboa

Relatório de Atividades CLAIM IPV (2021) disponível em https://www.ipv.pt/wp-content/uploads/docipv/doc_claim/1CLAIM_PV_RA-2021.pdf

Rosa, M. J. (2012) O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa. Fundação Francisco Manuel dos Santos

Silva (2022) Prefácio in Guia de acolhimento para migrantes (3-4). Alto Comissariado para as Migrações. Lisboa

Silva, A.; Costa, E. (s.d.) Formação-Ação e Investigação em Mediação Intercultural: uma comunidade de aprendizagem

Sousa, V. D. (2011). Diagnóstico da população imigrante no concelho de São Brás de Alportel: Desafios e potencialidades para o desenvolvimento local. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

TAIPA Odemira - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado - CLAIM, Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Odemira <https://www.taipa-desenvolvimento.pt/projetos/desenvolvimento-comunitario/claim-centro-local-de-apoio-a-integracao-de-migrantes-de-odemira/>

Torremorell, M.C. (2008) Cultura de Mediação e Mudança Social (1ª ed.) Porto: Porto Editora

Valente, A. C.; António, J.; Correia, T.; Costa, L., (2016) Imigrantes desempregados em Portugal e os desafios das políticas ativas de emprego. Observatório das Migrações

Vieira, A. (2012) Tensões sociais e conflitos na escola: da prevenção e da resolução. A Página da Educação

Vieira A., Vieira, R. (2016) Mediação Intercultural e Intervenção Social: prevenção, resolução, tolerância e respeito. Focus social, 9, 38-41

Vieira, R.; Marques, J.; Silva, P.; Margarido, C. (2016) Pedagogias de mediação intercultural e intervenção social. Edições Afrontamento

Vieira, R., Vieira, A. (2017) Construindo pontes e travessias: das mediações sociais à mediação intercultural. Mediações Revista Online, 5(1) 44-56

Vieira, R.; Marques, J.; Silva, P.; Vieira,A.; Margarido, C. (2018) Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária. Estar dentro e estar fora para mediar e intervir. Edições Afrontamento

Vieira, R.; Marques, J.; Silva, P.; Vieira,A.; Margarido, C. (2020) Migrações, Minorias Étnicas, Políticas Sociais e (Trans)formações. Mediação Intercultural e Intervenção Social. Edições Afrontamento

ANEXOS

ANEXO 1

Guião de entrevista semiestruturada

Identificação do CLAIM: _____

Data: ____/____/____

Tópico	Objetivos	Questões
O CLAIM e a imigração	<p>Conhecer a diversidade da população imigrante.</p> <p>Perceber as principais problemáticas e necessidades dos imigrantes</p>	<p>Ano em que o CLAIM começou a funcionar, número de técnicos alocados, dias e horário de funcionamento.</p> <p>Como caracteriza a população migrante no território?</p> <p>Quais são as principais problemáticas e necessidades apresentadas pelos imigrantes?</p>
Perspetivas e estratégias de atuação do CLAIM quanto à integração dos migrantes	<p>Averiguar qual a perspectiva do CLAIM relativamente à diversidade cultural, se a promoção da diversidade ou a homogeneização</p>	<p>Além dos atendimentos, de que forma o CLAIM atua no que concerne à integração dos migrantes na comunidade endógena bem como à resolução das problemáticas/necessidades sentidas pelos migrantes?</p> <p>As estratégias/ planos de ação vão no sentido dos migrantes manterem a sua cultura de origem, promovendo a diversidade cultural e a interculturalidade, ou considera-se que os migrantes devem adotar elementos da cultura endógena.</p>

<p>Perspetivas internas do CLAIM</p>	<p>Perceber a formação do técnico CLAIM e o grau de importância atribuída</p> <p>Perceber se há algum tipo de constrangimento ao trabalho desenvolvido</p>	<p>No âmbito da formação inicial teórica, para técnicos CLAIM, houve formações auferidas no âmbito intercultural e de que forma estas constituem uma ferramenta eficaz para o desempenho da função e, conseqüentemente, para a promoção do diálogo intercultural.</p> <p>Existe algum tipo de condicionante ou constrangimento ao desempenho das funções ou ao desenvolvimento de atividades?</p>
<p>O CLAIM e a mediação intercultural</p>	<p>Conhecer as estratégias de Mediação Intercultural utilizadas para a promoção do diálogo intercultural</p>	<p>De que forma o CLAIM tem aumentado a coesão municipal e reforçado o diálogo entre a comunidade migrante e a comunidade local (ex. parcerias, protocolos com entidades locais)</p> <p>Há conhecimento de focos de tensão social entre as várias comunidades municipais? Caso existam, pode descrevê-los?</p>

ANEXO 2

Requerimento para marcação de entrevista

Exmo. Senhor(a) Técnico(a) do CLAIM de _____

Eu, Ana Sofia Teixeira, aluna de mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, encontro-me a realizar uma dissertação sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Marques.

Esta investigação, cujo tema assenta na ação dos CLAIM para a integração de imigrantes e promoção do diálogo intercultural, tem como objetivo geral estudar de que forma os CLAIM promovem a integração de imigrantes nos seus territórios.

Pretende-se que a presente investigação contribua para o progresso do conhecimento, não só para dar a conhecer as estratégias dos CLAIM quanto ao tema em questão, mas, também, para identificar boas práticas que possam vir a servir como ponto de partida para a implementação de práticas em municípios nos quais a integração da população imigrante e a promoção da interculturalidade ainda não tenha sido alvo de aturada atenção. Ou seja, para que os exemplos de boas práticas possam servir como reflexão para a implementação de novas abordagens políticas que promovam uma efetiva integração dos imigrantes.

Como instrumento de recolha de dados, utilizar-se-ão entrevistas individuais, as quais serão gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas, sendo, no entanto, garantido que todos os dados serão tratados de forma anónima, servindo as entrevistas unicamente para fins académicos.

As entrevistas incidirão sobre os seguintes tópicos/objetivos:

1) O CLAIM e a imigração

- a) Conhecer a diversidade da população imigrante no território
- b) Perceber as necessidades dos imigrantes

2) Perspetivas e estratégias de atuação do CLAIM quanto à integração dos migrantes

- a) Averiguar qual a perspetiva do CLAIM relativamente à diversidade cultural, se a promoção da diversidade ou a homogeneização

3) Perspetivas internas do CLAIM

- a) Perceber a formação inicial teórica do técnico CLAIM e o grau de importância atribuída a esta
- b) Perceber se há algum tipo de constrangimento ao trabalho desenvolvido

4) O CLAIM e a mediação intercultural

- a) Conhecer as estratégias de Mediação Intercultural utilizadas para a promoção do diálogo intercultural

Neste sentido, convida-se a V. Ex^a. para participar neste estudo, solicitando-se para o efeito a marcação de uma reunião tendo em vista a realização de uma entrevista individual (podendo ser via zoom).

Agradece-se desde já a disponibilidade e colaboração de V. Ex^a para participar no estudo em causa, aguardando-se o agendamento da entrevista.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Sofia R. Teixeira

ANEXO 3

Formação Inicial Teórica para Membros da Rede CLAIM

FORMAÇÃO INICIAL TEÓRICA PARA TÉCNICOS/AS DA REDE CLAIM

11 A 27 DE MAIO 2022

Dia 11 de Maio às 09h00 Boas Vindas – Mário Ribeiro, Diretor do Departamento de Apoio e Assistência Migratóriado ACM, I.P.

Lei de Estrangeiros

Formadora: Rute Carvalho, Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ) do CNAIM Lisboa.

Objetivos Gerais: Apresentar as condições e procedimentos de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional, de acordo com a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua atual redação, e com o Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, na sua atual redação; Informar sobre o previsto na Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto (regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional).

Data/Duração	Programa
11/05/2022 (09h00 às 13h00)	Lei de Estrangeiros: <ul style="list-style-type: none">- Noções gerais- Objeto da lei;- Requisitos de entrada em território nacional;- Recusa de entrada e limites; Vistos: <ul style="list-style-type: none">- Tipos de vistos consoante a sua duração e a sua finalidade; Cancelamento de vistos; Autorizações de Residência <ul style="list-style-type: none">- Autorização de Residência Temporária (ART) e Autorização de Residência Permanente (ARP)- Condições gerais de concessão e renovação das ART e das AR [Resolução de Casos Práticos]

<p>12/05/2022 (09h00 às 13h00)</p>	<p>Lei de Estrangeiros (continuação)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Direitos dos Titulares de AR - Cancelamento da autorização de residência - Tipos de ART, consoante a finalidade - AR com dispensa de visto de residência - Autorização de Residência – regime excecional
--	--

Objetivos Específicos: Descrever o objeto e o âmbito da Lei da Imigração; descrever as situações de recusa de entrada em território nacional e seus limites; Informar sobre os tipos de vistos e autorizações de residência e procedimentos inerentes; Informar sobre o regime legal aplicável aos cidadãos da União Europeia e aos membros da sua família,

	<p>Legislação “COVID-19” [Resolução de Casos Práticos]</p>
<p>13/05/2022 (09h00 às 13h00)</p>	<p>Lei de Estrangeiros (continuação) Estatuto de Residente de Longa Duração; Reagrupamento Familiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Beneficiários e formulação do pedido - Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto; - Afastamento do Território Nacional - Disposições penais; Contraordenações; Taxas e outros encargos <p>[Resolução de Casos Práticos]</p>

Lei da Nacionalidade

Formadora: **Emília Santos**, Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ) do CNAIM Lisboa.

Objetivos Gerais: Apresentação do enquadramento legal da obtenção da nacionalidade portuguesa (Lei da Nacionalidade e sua Regulamentação);

Objetivos Específicos: Transmissão de noções para a operacionalização dos conceitos de cidadania, nacionalidade, cidadão nacional, cidadão europeu e estrangeiro;

Enquadramento quanto à Lei da Nacionalidade: formas de obtenção da nacionalidade portuguesa - originária e adquirida.

Data/Duração	Programa
--------------	----------

<p>16/05/2022</p> <p>(09h00 às 13h00)</p>	<p>Breve abordagem ao conceito de Nacionalidade e outros conexos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cidadania; - Cidadão nacional; - Cidadão europeu e cidadão estrangeiro; <p>Modelos de Atribuição e Aquisição da Nacionalidade (<i>ius solis, ius sanguinis</i>, critério eclético):</p> <p>Quem são os cidadãos nacionais, os cidadãos europeus e os estrangeiros;</p> <p>Lei da Nacionalidade e sua Regulamentação</p> <p>Formas de obtenção da Nacionalidade Portuguesa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nacionalidade Originária (Atribuída); - Nacionalidade Derivada (Adquirida): <ul style="list-style-type: none"> - Por efeito de vontade; - Por adoção;
---	--

	<ul style="list-style-type: none"> - Por naturalização; <p>[Resolução de Casos Práticos]</p>
<p>17/05/2022</p> <p>(09h00 às 13h00)</p>	<p>Formas de obtenção da Nacionalidade Portuguesa (continuação)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nacionalidade Originária (Atribuída); - Nacionalidade Derivada (Adquirida): <ul style="list-style-type: none"> - Por efeito de vontade; - Por adoção; - Por naturalização <p>[Resolução de Casos Práticos]</p>

ACESSO DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS AO SERVIÇO NACIONAL DA SAÚDE

Formadora: **Fernanda Silva**, Gabinete da Saúde do CNAIM de Lisboa.

Objetivos Gerais: Apresentar o Gabinete da Saúde do CNAIM de Lisboa;

Apresentar a principal legislação nacional que enquadra o acesso de migrantes ao SNS;

Objetivos Específicos: Informar os direitos e deveres dos migrantes no que se refere aos

cuidados de saúde em Portugal; Descrever as diversas formas de acesso ao SNS, tendo em conta o enquadramento jurídico em que os migrantes se encontram;
 Informar os principais constrangimentos de acesso dos migrantes ao SNS;
 Informar algumas especificidades do acesso ao SNS em contexto de pandemia a Sarscov-2.

Data/Duração	Programa
<p style="text-align: center;">23/05/2022</p> <p style="text-align: center;">(10h00 às 13h00)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação Nacional sobre o Direito à Saúde; - Acesso ao SNS de Cidadãos da EU; - Acesso ao SNS de Cidadãos de países terceiros; - Requisitos para obtenção do NU; - NU provisório Despacho 109944/2020; - Apresentação de exemplos práticos.

GABINETE DE ASSUNTOS SOCIAIS E INCLUSÃO – REGISTO NACIONAL DE MENORES

Formadora: Flávia Silva e Elena Marques, Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão (GASI) do CNAIM Lisboa. **Objetivos Gerais:** Apresentar o Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão (GASI) e os procedimentos para solicitação de Registo Nacional de Menores Estrangeiros no ACM I.P;

Objetivos Específicos: Informar sobre os objetivos e atribuições do GASI; Apresentar a Legislação que enquadra o Registo Nacional de Menores Estrangeiros; Informar sobre os procedimentos necessários para efetuar o pedido de Registo de Menores junto ao GASI.

Data/Duração	Programa
<p style="text-align: center;">23/05/2022</p> <p style="text-align: center;">(14h30 às 15h30)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do GASI: composição da equipa, objetivos e atribuições; - Informação sobre o Decreto-Lei N.º 67/2004, de 25 de março e Portaria 995/2004, de 09 de agosto; - Informação sobre os procedimentos e documentos necessários para apresentação do pedido; - Apresentação de exemplos práticos.

CASOS PRÁTICOS

Formadora: Helena Coelho, GAT CNAIM de Lisboa e Elsa Silva, GAPLIM

Objetivos Gerais: Apresentação de casos práticos e acesso às plataformas do SEF;

Objetivos Específicos: Analisar casos práticos mais recorrentes no atendimento CLAIM;
Acesso ao site do SEF e às várias plataformas, como inserir manifestações de Interesse.

Data/Duração	Programa
26/05/2022 (09h30 às 13h00)	<ul style="list-style-type: none">- Apresentação e discussão de vários casos práticos;- Acesso ao Portal SAPA e exemplo de inserção de Manifestação de Interesse;- Apresentação de exemplos práticos.- Esclarecimento de dúvidas

Enquadramento Institucional dos Serviços do

ACM. I.P.

Formadoras: Cláudia Pires e Elsa Silva, Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes (GAPLIM)

Data/Duração	Programa
<p>27/05/2022 (10h00 às 13h00)</p>	<p>Enquadramento Institucional dos Serviços do ACM, I.P. - Cláudia Pires, Responsável do Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes (GAPLIM):</p> <ul style="list-style-type: none">- Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (RNAIM): CNAIM e CLAIM;- Serviços ACM, I.P e Áreas de intervenção- Enquadramento da Rede CLAIM;- PMIM – Planos Municipais para a Integração de Migrantes;- RIV – Rede Integrar Valoriza;- IMAD – Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade;- Mediação Intercultural; <p>Apresentação da Plataforma Local para a Integração de Migrantes (PLIM), Registo de Atendimentos – Elsa Silva (GAPLIM):</p> <ul style="list-style-type: none">- Registo de Clientes: Os Meus Registos/Novo Registo/Registos do CLAIM;- Registo de Atendimentos: Os Meus Registos/Registos do CLAIM;- Reporte (Relatórios estatísticos): Clientes/Atendimentos;- Recursos Informativos/Formação/Produtos.

APÊNDICES

Transcrição de entrevistas

1. Entrevista à técnica responsável pelo CLAIM do Instituto Politécnico de Leiria

Investigadora: Como primeira questão gostaria de saber qual o ano em que o CLAIM do IPL começou a funcionar, qual o número de técnicos alocados, e quais os dias e horário de funcionamento.

Técnica responsável: O CLAIM do politécnico de Leiria foi inaugurado no dia 21 de julho de 2022, essencialmente este CLAIM foi criado, no âmbito de uma missão do politécnico de Leiria, de criar uma estrutura de apoio a estudantes imigrantes em situação de emergência. E é esta estrutura criada que permite que abrir horizontes de abertura deste CLAIM de forma a dar resposta imediata a estes estudantes migrantes (...) este CLAIM no fundo complementa todo o trabalho realizado por esta estrutura, é uma parte, ou seja, o CLAIM complementa esta estrutura no seu todo, sendo o CLAIM uma pequena dimensão até porque leiria (município) já tem o seu próprio CLAIM e não faz sentido sobrepor, nem abrir um centro de atendimento para toda a população, uma vez que o município dá essa resposta. (...) este veio aliviar um bocadinho o CLAIM do município em termos de fluxos, estes fluxos migratórios que surgiram não só no âmbito dos conflitos armados, na Ucrânia, como os fluxos migratórios que estão a existir, associados muito à pós pandemia, também. Ou seja, não quisemos de forma alguma abrir um CLAIM para sobrepor ao do município, neste caso em concreto, há muito a cooperação com o CLAIM do município de leiria, quando eu digo esta cooperação quase que existe espontaneamente, porque as técnicas de lá quando tem cidadãos ou cidadãs que procuram saber como estudar, que curso tirar, as técnicas de lá remetem esses cidadãos para o CLAIM do politécnico de leiria. Se os estudantes que vem ao CLAIM do politécnico e referem que têm o pai ou mãe ou outra situação, remetemos para o CLAIM do município, e não é por não podermos apoiar porque qualquer CLAIM

dá apoio a qualquer cidadão ou cidadã, mas remetemos para o município para eles também terem o registo dessa população do concelho, ou seja, assim conseguimos estar alinhados no perfil de cada de cada CLAIM, porque aqui neste CLAIM o nosso foco são, de facto, os nossos estudantes. Relativamente ao horário, praticamente faz parte do protocolo termos um horário, (...) nós temos atendimento dois dias por semana no período da tarde, mas é como lhe digo este horário é praticamente por protocolo, porque qualquer estudante que venha aqui em qualquer horário em qualquer dia será atendido. não há nenhuma rigidez (...) e permite-nos ter em qualquer momento este atendimento, a não ser que eu não esteja naquele dia, e nesse caso fica agendado, o que também privilegiamos até porque temos um e-mail do CLAIM (para o efeito). Depois estabelece-se toda uma relação a partir desse primeiro atendimento, seja por e-mail, por WhatsApp, seja presencial, a partir daí nós vamos interagindo sempre com o estudantes no apoio de diversas situações que muitas vezes que ultrapassam a esfera de tratar documentação para que ele fique legal, há muitas situações em que isso acontece, (...) neste momento, eu sou a técnica que está a coordenar a estrutura de missão de apoio a estudantes migrantes em situação de emergência, que foi a estrutura que foi criada junho (de 2022), em que é constituído por cada elemento das nossas escolas, ou seja, em cada escola existe um elemento para haver esta cooperação em rede. acontece imagine que nas nossas escolas há estudantes que vão procurar gabinetes de comunicação internacional , ou há uma situação de, que já aconteceu diversas vezes, estudantes migrantes que precisam de apoio quer no agendamento com o SEF , embora esta estrutura nas escolas já tinha esta dinâmica, isto veio promover a proximidade, em vez de dizer ao estudante vá ali, ou seja com esta estrutura há um atendimento muito personalizado onde nós próprios damos o atendimento a este estudante com base na proximidade, o que constitui um aspeto muito relacional com o estudante, para não o deixar ao abandono, sem suporte, cada escola tem um elemento integrado nesta missão (...)

Investigadora: Como caracteriza a população migrante no território?

Técnica responsável: Neste caso dos estudantes migrantes há um foco preocupante muito na comunidade de CPLP porque temos perfis diferentes, contextos diferentes e isso a partida indica-nos logo que muitos tratamentos muito distintos porque cada realidade de onde vêm estes migrantes é diferente (...) temos aqui várias cooperações institucionais, ou seja há acordos e protocolos de colaboração e cooperação com

instituições, neste caso, seja de Cabo Verde, seja de Guiné, seja Moçambique, quando estes estudantes vêm ao abrigo destes acordos é diferente de um estudante que vá fazer uma candidatura individual no seu país e se candidata a um curso no politécnico e que vai requerer o seu visto para vir estudar. Uma realidade muito preocupante atualmente é com a Guiné Bissau, muito dos estudantes internacionais, não no regime especial, isso é diferente, mas o estudante internacional na Guiné Bissau, temos observado que eles candidatam-se, pagam a sua candidatura, vão requerer o seu visto (...) e quando chegam ao politécnico muitas vezes nós perdemos-lhe o rasto, o estudante ou teve o visto e foi trabalhar ou então veio em condições em que não tem a mínima ideia nem suporte para poder estudar ou não tem alojamento. Ou seja, há realidades muito distintas daí a complexidade (...) que obriga a que estejamos cada vez mais atentos a cada situação, não podemos julgar que um grupo que procede de determinada maneira, o outro vai proceder igual, não, é preciso estudar os trajetos desses estudantes, aliás esta foi uma das últimas questões que eu já tive oportunidade de colocar junto da Sra. comissária das migrações, que era importante estudar os fluxos intensos destes estudantes da guiné, porque é uma preocupação muito grande, estes fluxos da Guiné Bissau (...) o politécnico de leiria tem já dois acordos com instituto de bolsas de estudo de moçambique em que nós temos cá atualmente a estudar 50 estudantes bolseiros de moçambique e ontem chegaram mais 18 estudantes bolseiros de moçambique do instituto de bolsas, e este instituto promove todo o seu promove todo o seu trajeto acadêmico, portanto ele suporta a vivência do estudante em todo o contexto do politécnico de leiria. Todos os estudantes bolseiros são carenciados vêm de contextos de misérias, de províncias onde há conflitos armados e o instituto de bolsas faz a seleção dos estudantes e depois são pelos critérios locais são habilitados a entrar ou não entrar, porque há um júri, é um concurso como qualquer outro respeitando as regras. eles são selecionados, com a diferença que este estudante tem o suporte financeiro pelo instituto de bolsas (...) é diferente de um estudante que não tem qualquer suporte, são contextos muitos diferenciados, porque há uma suporte, e há um compromisso, isto é um compromisso, (...) mas no fundo isto é uma cooperação para o desenvolvimento, o acordo estabelecido é uma cooperação para o desenvolvimento daí esta proximidade com estes grupos que vêm, porque há o compromisso de acolher, mas (...) no fundo, que benefícios é que poderá aqui haver da parte da instituição, os benefícios desta cooperação passam pela propina, em vez de ser a propina internacional, que são muito mais elevadas (...) há uma contrapartida nesta propina internacional porque existe um acordo deste cooperação

para o desenvolvimento, outro fator também muito importante nesta cooperação é o esforço que tem sido feitos por parte dos contactos institucionais com os municípios, (...) os 50 estudantes que vieram o ano passado o politécnico fez um acordo com os municípios de Leiria, Peniche, Caldas da Rainha e Pombal e estes municípios, garantem alojamentos a estes estudantes durante a sua permanência dos dois anos letivos (...) portanto, este acordo com municípios permitiu acordar toda esta vivência com os estudantes (...) sendo que há um conjunto de parcerias estabelecidas para que seja possível (...) este desenvolvimento. Sozinho era impossível, nem o politécnico tinha esta capacidade de poder assumir esta responsabilidade nem o próprio instituto de bolsas tem financiamento para tudo. Estas parcerias são muito importantes para poder conseguir este projeto.

Investigadora: Quais são as principais problemáticas e necessidades apresentadas pelos imigrantes?

Técnica responsável: As maiores preocupações são as questões financeiras relacionadas com as propinas. Muitas das vezes os estudantes quando fazem uma candidatura no seu país de origem (...) e ficam admitidos, se calhar não têm bem a noção do valor e do que é a realidade quando chegam à faculdade. ou seja, (...) se calhar há um desajuste porque a realidade muitas vezes é a vontade de vir estudar, aliada a uma mudança de vida, não é, para melhor, aquele sonho de vir em busca de uma vida melhor e o curso permitia alcançar mas a realidade quando chegam é outra porque eles deparam-se (...) com propinas e quando chegam já tem uma dívida, e vão ter de continuar a pagar a sua propina e muitas das solicitações são de que modo podemos ter aqui uma redução ou que apoios é que o politécnico tem. Ou seja, a primeira grande questão é, de facto, tentar perceber como é que podiam ter uma redução de propina, o que é impensável, porque não temos mecanismos que permitam isso. Uma outra preocupação seguinte é a questão do alojamento, há estudantes que entraram no politécnico de Leiria e vieram para Leiria e não conseguem alojamento. Muitos dos estudantes já me chegaram dizer que iam desistir porque não conseguem arranjar alojamento, ou seja, não há uma preparação prévia no país, ou alguém que pudesse avisar dos aspetos que devem ter em atenção para garantir o sucesso (...) isto é uma bola de neve, os estudantes já vem fragilizados e isto vem agravar, no fundo, a sua condição (...) e estamos a falar da condição humana, do que é básico como a habitação (...) há aqui dois aspetos que vem a partida já fragilizados.

Investigadora: Além dos atendimentos, de que forma o CLAIM atua no que concerne à integração dos migrantes na comunidade endógena bem como à resolução das problemáticas/necessidades sentidas pelos migrantes?

Técnica responsável: Não há uma receita que se possa aplicar para que tudo possa melhorar. A complexidade das situações é muita, as instituições em si também têm os seus regulamentos e não conseguem fazer milagres (...) tem os seus regulamentos e não podem ir além. Contudo há sempre algumas ações que temos tentado promover, e estamos muito alinhados com os gabinetes de estudante internacional, e integrando sempre estes novos estudantes em atividades que sejam conjuntas, portanto há o cuidado desta integração, depois ao longo do ano promovemos sempre ações que permitam que os estrangeiros já estejam integrados com outros estudantes e há sempre esta articulação conjunta. São os próprios estudantes (de anos anteriores) é que vão acolher os novos que chegam, por exemplo, os que chegaram ontem de moçambique, em cada escola já há estudantes que estão cá sensivelmente há um ano (...) esses estudantes tiveram presentes desde o primeiro momento e no fundo, vão ser os mentores desses novos estudantes. Vão ajudar em todas as questões diárias e que se prendem com questões inclusive básicas, como o trajeto para a escola, onde vão tomar as refeições, como vão ter acesso ao e-mail (...) pois estes novos estudantes não tem noção do que é o contexto e a vivência académica, (...) há um compromisso sempre, há um acolhimento e uma reunião sempre com todos para que seja assumido este compromisso e os estudantes são, de facto, muito solidários com esta questão, e estão sempre dispostos a ajudar em qualquer situação que seja. (...) para outras questões que sejam de outras naturezas também depois já tem um a vontade de poder expor as suas dificuldades, e eu vou dar um exemplo de um grupo de raparigas que o ano passado antes do final do ano, mostraram algumas dúvidas e vieram ter comigo, tinham algumas dúvidas sobre algumas temáticas da saúde relacionadas com a condição feminina, com a sexualidade, e eu falei com elas (...) pensei em promover ou um workshop ou alguma coisa que seja mais direcionada ao assunto. Apresentei depois esta ideia à presidência atual, e desta ideia surgiu um projeto que estamos agora a implementar, digamos que é um projeto piloto, que é muito virado para a literacia em saúde (...) então foi constituído um grupo de trabalho e vamos dinamizar 5 ações cada uma com a sua temática para poder abranger os nossos estudantes migrantes. Será feita depois sempre online, todas estas sessões, e o projeto neste caso é IPL saúde migrantes (...) tivemos agora a nossa

primeira sessão que foi sobre os afetos e sexualidade de facto correu muito bem porque eles aderiram, isto era uma sessão que era para durar 50 min e demorou 2h30 (...) porque quando foi criado este grupo fomos aferir com um inquérito anónimo quais eram as dificuldades que estes estudantes gostariam de ver espelhadas e poderem colocar as suas questões, ou seja, partimos do diagnóstico de necessidades e isso foi o que caracterizou a orientação das temáticas, pois esse diagnóstico permitiu saber quais eram as necessidades dos estudantes e o que é que eles pretendiam, foi aí que se construíram as temáticas que vão acontecer. Já tivemos a primeira e em cada mês vamos ter uma sessão temática de outras dimensões (...) na próxima vamos falar sobre a atividade física, saúde e bem-estar, portanto há uma série de temáticas importantes. também vamos abordar a nutrição (...) porque há muitos regimes alimentares diferentes nesta população porque estes estudantes (...) não sabem como confeccionar, por exemplo, refeições congeladas, portanto há várias questões (...) depois temos também as restrições que cada estudante tem, há aqui um cuidado muito adicional nesta questão da alimentação dos estudantes que implica uma outra gestão, a gestão com os serviços do setor da alimentação para que as coisas sejam sempre alinhadas nesse sentido. São muitos desafios, muitas realidades.

Investigadora: As estratégias/ planos de ação vão no sentido dos migrantes manterem a sua cultura de origem, promovendo a diversidade cultural e a interculturalidade, ou considera-se que os migrantes devem adotar elementos da cultura endógena.

Técnica responsável: Nós promovemos muito a interculturalidade (...) eles ficam a conhecer um bocadinho e às vezes até se questionam, porque também existe na sua cultura alguns mitos e é curioso que mesmo entre eles, quando falam sobre estes mitos e acabam por experienciar outras coisas e há uma desconstrução desses mitos (...) porque depois já têm uma ideia diferente da realidade. (...) No caso deste projeto é sempre dado um questionário antes da intervenção e no final da ação eles preenchem o mesmo questionário e então há uma evolução (...) tomam consciência que o pensamento que tinham, a ideia que tinham sobre determinado assunto, de facto, não tem nada a ver com aquilo que a realidade é (...) há, portanto, uma mudança de consciência e a promoção da aproximação destas culturas, e esta troca.

Investigadora: No âmbito da formação inicial teórica, para técnicos CLAIM, houve formações auferidas no âmbito intercultural e de que forma estas constituem uma

ferramenta eficaz para o desempenho da função e, conseqüentemente, para a promoção do diálogo intercultural.

Técnica responsável: Sim, inclusive houve e há várias formações promovidas pela NAU, eu própria tive algumas formações porque são online e no podemos ir fazendo durante um período de tempo , inclusive agora está a decorrer uma (...) porque essas ações que são promovidas online sobre a interculturalidade é uma ferramenta também para nós podermos desenvolver e abranger não só os nossos estudantes como outros técnicos, e a importância de podermos dizer que há este curso que podemos ter online, era interessante fazerem, tiram um bocadinho à noite (...) portanto, o CLAIM promove muita troca de informação que outros CLAIM têm ou então que podem dinamizar algumas ações e vão comunicar com os outros, porque a rede dos CLAIM é um grupo, (...) qualquer CLAIM pode colocar informações nesse e-mail e automaticamente toda a rede vai ter conhecimento, há vários encontros que são promovidos há várias ações que a rede dos CLAIM tem conhecimento e vão também participar e quando se tratar destas online facilita muito em termos de mobilidade, de horário, portanto, uma das preocupações são estas formações e estes cursos multiculturais.

Investigadora: Existe algum tipo de condicionante ou constrangimento ao desempenho das funções ou ao desenvolvimento de atividades?

Técnica responsável: Aquilo que é muito importante é estabelecer a relação com os estudantes (...) qualquer estudante, independentemente da sua nacionalidade, e há de facto culturas que são muito mais fechadas, nós temos tido alguns estudantes sírios, por exemplo, em que a integração com outros é mais específica, mas é interessante porque esses estudantes quando me vêm procurar, e já aconteceu virem ao CLAIM, ficam sempre com aquela vontade, vão sempre regressar nem que seja só para saber como vai o processo, ou seja, há aqui um acolhimento que lhes permite sentir alguma segurança, porque sem um contacto prévio que se possa estabelecer alguma relação com o estudante, dificilmente algo funciona na sua plenitude. Os CLAIM a meu ver têm aqui uma função quase muito pedagogia e relacional, não é só atender e dizer o que fazer, porque não se trata de um assistencialismo, há muito para além do assistencialismo, promovemos a capacitação, a relação e muitas vezes a pedagogia. Há situações de conflitos entre estudantes, já aconteceu por exemplo (...) e há uma capacidade de (...) podermos mediar, há uma capacidade mediadora naquilo que é o CLAIM.

Investigadora: De que forma o CLAIM tem aumentado a coesão municipal e reforçado o diálogo entre a comunidade migrante e a comunidade local (ex. parcerias, protocolos com entidades locais)

Técnica responsável: Eu acho que os CLAIM desempenham este papel de aproximação a outra comunidade, isto é simples, porque mais uma vez cabe muito também aos técnicos dos CLAIM, que façam os seus contactos (...) que podem estabelecer depois um próprio contacto com outros estudantes, eu falo sempre no contexto dos nossos estudantes, podem promover o contacto com outros estudantes e depois há sempre uma ajuda mútua (...) há sempre esta aceitação. Vamos supor, e agora vou tocar num assunto que é um bocadinho, digamos que frágil, (...) nós temos o caso de algumas estudantes que (...) uma está grávida e outra teve já o bebé, portanto, estas estudantes estão completamente desamparadas, a sua rede familiar está ausente e com este contacto com outros estudantes também podemos promover uma rede e assim haver algum suporte de outras colegas que também ajudam estas estudantes, portanto, há aqui uma interajuda logo há uma maior integração. De facto, quando há alguma dificuldade ou algo que não estava previsto (...) e este conhecimento com o perfil de outros estudantes, porque lá está também nos cabe a nós analisar, ok tenho esta estudante de dada proveniência e então vamos aqui de alguma forma envolver, e esse suporte é muito importante e tem sido muito saudável neste acompanhamento. Portanto, nós desenvolvemos e depois há aqui toda uma interajuda, não só a nível aqui institucional, de ações de solidariedade, porque mais uma vez, nós temos de recorrer a ações solidárias entre as pessoas e a comunidade académica para poder dar respostas de necessidade imediata é tão básicas como, por exemplo, um enxoval de bebe (...) isto é um desafio, dar resposta a estas situações que surgiram e são reais e são problemas reais. Como disse, o CLAIM não é um assistencialismo, há sempre além da assistência, há aqui uma relação porque só assim é que consegue integrar e ajudar em pleno (...) as redes a meu ver são fundamentais (...) a promoção conjunta de resolução de determinada situação.

Investigadora: Há conhecimento de focos de tensão social entre as várias comunidades municipais? Caso existam, pode descrevê-los?

Técnica responsável: Eu não posso dizer que tivemos casos, ou que tenhamos casos de focos de tensão, isso desconheço. Esporadicamente, há um ou outro estudante que eventualmente se envolveu com outro estudante (...) que por acaso um dos estudantes

veio ter comigo a procurar algum apoio, neste caso apoio um bocadinho para fazer a mediação entre os dois estudantes. Portanto, isto é um caso um bocadinho delicado (...) porque cai muito na esfera pessoal e é preciso ouvir com cuidado para agir com cuidado, é preciso que ambas as partes estejam alinhadas. Portanto, o técnico neste caso tem de ter a capacidade de ouvir com atenção e pretender apurar a verdade, porque uma das premissas é a questão da ética nestes contextos, para poder mediar essas situações e poder apoiar qual é a melhor maneira de nem um nem outro se sentirem prejudicados na sua vida futura e isto implica muitas ações. mas não há conflitos imediatos, acompanhei só esta situação, mas sempre com este cuidado de mediar essas situações. uma das coisas que por norma tenho cuidado de referir aos estudantes quando estão em grupos, na sua convivência diária, eles estão em residências ou a viver em apartamentos (...) vivem em comunidade e há uma situação que tem de ter presente é o respeito pelo outro e pelo espaço. esta é uma regra de tenho sempre o cuidado de promover. As nossas próprias residências também têm o cuidado de quando são culturas diferentes, há o cuidado de acompanharem o que se passa, se estão bem, há esta preocupação de promover a paz entre as comunidades. Até mesmo estes estudantes que vieram de moçambique, não obstante de serem todos do mesmo país de origem, vem com culturas entre elas um bocadinho diferentes, é importante referir porque muitos deles podem vir dizer que a colega isola-se ou está mais isolada ou tem uma maneira de ser, ou seja não tem que andar a interferir na individualidade, têm é que se respeitar naquilo que são os espaços comuns e tem corrido muito bem nesse sentido, mas é preciso estar presente na casa, porque é um dos trabalho que é importante fazer, ir ao local. Conflitos que existam, ir lá ou fazer uma chamada WhatsApp com todos na casa e perceber o que se passou, ou seja, há esse cuidado de arranjar uma estratégia comum que sirva a todos os elementos (...) todos temos conflitos no dia-a-dia o que é importante é que tem de haver o compromisso do estudante nesta resolução, e esta resolução passa pelo comum, pelo plural e não pelo singular. Responsabilizar e envolver (...) de modo a encontrar uma solução comum a todos.

2. Entrevista à técnica responsável do CLAIM do Instituto Politécnico de Viseu

Investigadora: Como primeira questão gostaria de saber qual o ano em que o CLAIM do IPV começou a funcionar, qual o número de técnicos alocados, e quais os dias e horários de funcionamento.

Técnica responsável: O CLAIM do IPV iniciou funções em 2019, inicialmente estavam previstas apenas duas tardes por semana, mas a partir de fevereiro de 2022, com o início da guerra na Ucrânia, houve a necessidade de o horário se prolongar para todos os dias da semana. Até então, tinha apenas uma técnica afeta ao serviço, com a guerra na Ucrânia, como houve um fluxo muito grande de trabalho, houve a necessidade de reforçar a equipa com o apoio de mais um técnico.

Investigadora: Como caracteriza a população migrante no território?

Técnica responsável: Nós apoiamos maioritariamente estudantes do IPV, porque o CLAIM está inserido no instituto politécnico de Viseu, e com a guerra começamos também a ter um grande fluxo de migrantes e de refugiados ucranianos. Vamos tendo sempre pedidos de apoio de outros migrantes, como brasileiros. Várias nacionalidades, mas os que pedem apoio são maioritariamente estudantes dos PALOP.

Investigadora: Quais são as principais problemáticas e necessidades apresentadas pelos imigrantes?

Técnica responsável: Alojamento, apoio na alimentação, estas são as problemáticas mais apresentadas pelos estudantes. Os outros migrantes é mais questão da permanência em território nacional, pedirem para fazerem as manifestações de interesse. Ultimamente até temos recebido alguns migrantes que entram em território nacional como turistas, mas já com o intuito de virem trabalhar em Portugal e portanto querem saber quais os procedimentos que têm de tomar para poder obter o título de residência. Depois, os refugiados ucranianos, eu falo muito dos refugiados porque neste momento é um número muito significativo de atendimentos que temos (...) portanto, eles também pedem apoio nas diversas temáticas, alojamento, alimentação, consultas médicas (...) um pouco de tudo.

Investigadora: Além dos atendimentos, de que forma o CLAIM atua no que concerne à integração dos migrantes na comunidade endógena bem como à resolução das problemáticas/necessidades sentidas pelos migrantes?

Técnica responsável: Nós trabalhamos em rede, se houver necessidade encaminhamos para instituições privadas, para IPSS, trabalhamos também com a Câmara Municipal de Viseu...basicamente quando não conseguimos dar o apoio direto temos encaminhamos para outras instituições ou outras entidades.

Investigadora: As estratégias/ planos de ação vão no sentido dos migrantes manterem a sua cultura de origem, promovendo a diversidade cultural e a interculturalidade, ou considera-se que os migrantes devem adotar elementos da cultura endógena.

Técnica responsável: A nossa função principal é mesmo dar um apoio à permanência do estudante internacional, quer seja ao migrante não estudante, para permanecer aqui em território, não nos envolvemos muito nestas questões da interculturalidade.

Investigadora: No âmbito da formação inicial teórica, para técnicos CLAIM, houve formações auferidas no âmbito intercultural e de que forma estas constituem uma ferramenta eficaz para o desempenho da função e, conseqüentemente, para a promoção do diálogo intercultural.

Técnica responsável: Eu vou responder por mim, eu não tive nenhuma formação nesse âmbito. Por isso não vou poder responder a essa questão. Eu vou passar a palavra (...) que ela teve formação e responde ela.

Bom dia, ora bem, embora tenha a formação também enquanto técnica do CLAIM não realizo atendimentos, não sou eu que estou no gabinete. Mas efetivamente fiz uma formação na Universidade de Madrid promovida pelo Alto Comissariado para as Migrações no âmbito da rede de Ensino Superior em Mediação Intercultural com o professo Ricardo Vieira, e, portanto, sim, fiz essa formação e fiz também recentemente uma ação de curta formação da NAU, daqueles cursos de se tiram online, portanto tento me manter atualizada relativamente às questões da interculturalidade. Só retomando à pouco a resposta (...) relativamente às ações que eventualmente nós promovemos no sentido de respeitar a cultura de origem dos migrantes, estava aqui a pensar que por exemplo, que no caso dos ucranianos, nós realizamos várias ações ao longo deste ano e que queremos acreditar que todas elas respeitam os seus valores e os princípios que estruturam a sua cultura e a sua visão em termos culturais. Obviamente que o objetivo é a promoção da sua integração no sentido de inclusão em Portugal, não de assimilação ou perda de identidade cultural (...) Dou-lhe como exemplo que se calhar até temos trabalhado mais no sentido de promover a aproximação ou a visibilização da cultura

deles do que propriamente da nossa em relação a eles (...) nós começamos por fazer (...) a primeira vez que dinamizamos uma ação de no sentido de lhes proporcionar um dia de contacto com a natureza, de os reunir todos pq eles foram chegando a partir de fevereiro, portanto não se conheciam apesar de estarem a viver na mesma cidade, por isso a promoção de um encontro entre todos os refugiados em que eles pudessem pela primeira vez estar em contextos pacíficos, sossegado, em contacto com a natureza, com músicas que foram eles que escolheram. Isto foi realizado em junho (...) foi uma junta de freguesia que nos cedeu o espaço de refeições e portanto conseguimos organizar com a junta de freguesia a deslocação desses refugiados para que pudessem ter esse primeiro contacto, todos juntos e conhecem-se, no fundo Depois mais tarde, durante o mês de férias de verão, promovemos um ATL, todo dinamizado pela ação de voluntários com inúmeras atividades do mais variado tipo, desde atividades culturais, atividades artísticas, desportivas, atividades de visita à cidade e pontos culturais e históricos da cidade que foi destinado aos filhos dos refugiados. Aqui também tivemos, por exemplo, várias refugiadas a participar como voluntárias e foi promovido ainda no âmbito desse atl, o dia da Ucrânia que foi assinalado com uma exposição de pintura em que foram as próprias refugiadas que trouxeram os seus quadros e as suas obras que puderam colocar à venda e um sarau cultural onde foram algumas refugiadas que tocam piano e que cantam (...) portanto sim, ou seja vamos realizando algumas atividades em que eles podem e são convidados a partilhar a sua cultura, a mostrar os seus elementos de identificação que são seus e aos mesmo tempo promover a inclusão à cidade. A primeira iniciativa deste género integrou o dia da diversidade cultural, que é assinalado pela câmara municipal de Viseu e também aí o CLAIM teve representado com uma banca de exposição e ao lado estava uma banca da Ucrânia com alguns dos refugiados que já tinham passado aqui pelo CLAIM e que também poderem participar no dia da diversidade cultural.

Investigadora: Existe algum tipo de condicionante ou constrangimento ao desempenho das funções ou ao desenvolvimento de atividades?

Técnica responsável: O maior constrangimento é sem dúvida a língua, ninguém aqui do CLAIM fala ucraniano, cada vez que temos de nos comunicar com um imigrante ucraniano temos que solicitar sempre a tradução. Para isso temos voluntárias que fazem essa tradução. Depois, outros migrantes (...) já tive que atender imigrantes de nacionalidade francesa e houve aqui uma dificuldade de comunicação (...) falo o inglês,

mas depois eles não dominam o inglês, ou até mesmo quando se comunica em inglês, não é o inglês perfeito, não se domina na perfeição, e portanto leva a alguns constrangimentos e já tive situações em que tive mesmo de (...) pedir a alguém que saiba falar para ajudar na tradução se não, não consigo mesmo dar-lhes as informações que eles precisam.

Investigadora: De que forma o CLAIM tem aumentado a coesão municipal e reforçado o diálogo entre a comunidade migrante e a comunidade local (ex. parcerias, protocolos com entidades locais)

Técnica responsável: Sim, o CLAIM é uma forma de incluir os migrantes na localidade, na comunidade. O maior benefício é que eles se sentem integrados, apoiados e depois há uma grande solidariedade entre a própria comunidade em que eles estão inseridos e quando esse pedido de apoio é visível também torna mais fácil que as pessoas possam apoiar. Nós também promovemos uma loja solidária (...) na verdade foram duas porque nos separamos, a loja solidária para estudantes e a loja solidária para refugiados ucranianos. Os outros migrantes, ou seja, os que não são estudantes do IPV ou que não sejam refugiados, tem de recorrer a outras instituições que temos na rede, estas lojas (...) ele tem conhecimento que existe este apoio e eles vem mais frequentemente. Estas lojas dependem sempre de doações, para a loja solidária dos estudantes fazemos dois donativos por ano, por norma, em junho e em dezembro, alturas estratégicas; relativamente a loja solidária para refugiados temos tido donativos de entidades como a SONAE, ou de particulares, apesar de forma menos recorrente, mas alguns particulares continuam a doar alguns bens.

Investigadora: Há conhecimento de focos de tensão social entre as várias comunidades municipais? Caso existam, pode descrevê-los?

Técnica responsável: Não tenho conhecimento.

3. Entrevista ao técnico responsável pelo CLAIM da Mealhada

Investigadora: Como primeira questão gostaria de saber qual o ano em que o CLAIM da Mealhada começou a funcionar, qual o número de técnicos alocados, e quais os dias e horários de funcionamento.

Técnico responsável: Nós fomos o primeiro CLAIM autárquico do país, inaugurado em Outubro de 2005, depois estamos integrados no sector da ação social da câmara municipal, o espaço é partilhado com outras funções com outros técnicos, portanto eu sou o único técnico afeto ao CLAIM, sou digamos que o responsável, o dinamizador do CLAIM desde essa data, e pronto, como lhe disse estamos aqui integrados no setor da ação social que é a estrutura orgânica da câmara onde estamos inseridos e eu, para além de técnico de CLAIM, tenho muitas outras atividades nomeadamente a habitação social, os apoios sociais da câmara, portanto todo o conjunto de outras tarefas. Tenho também o GAE, que é o gabinete de apoio ao emigrante, um CLAIM é direcionado para os imigrantes, e o GAE para os nossos emigrantes, que eventualmente andaram no estrangeiro ou que pretendam emigrar. Portanto, também tenho esse projeto sob a minha responsabilidade, e pronto, como lhe disse, todos os restantes apoios da câmara municipal e áreas de intervenção também. Falta-me dizer o horário, nós funcionamos das 9h da manhã ao 12h30 e das 13h30 às 17h. O atendimento é agendado previamente, outras vezes as pessoas chegam e se eu estiver atendo na hora.

Investigadora: Como caracteriza a população migrante no território?

Técnico responsável: Nós temos ao longo destes anos, desde 2005, temos tido um acréscimo de comunidades imigrantes. Inicialmente foi muito à base de migrantes vindos de Leste, naquela altura de 2000 veio o boom da imigração de leste, e atualmente uma grande comunidade de migrantes brasileiros pelo facto de termos uma economia muito assente na restauração e os brasileiros têm uma certa, digamos que, predisposição para esse tipo de empregos na restauração. Depois a Mealhada tem também um bocadinho de história ligado ao Carnaval brasileiro, chamado luso-brasileiro, e tudo isso também chama a comunidade brasileira. Começaram por vir alguns, mas depois, através de digamos de partilha de informação com brasileiros ainda lá no Brasil, eles começaram a chegar depois em maior número. Agora, por exemplo, a partir do final do ano passado começamos a ter também um acréscimo de imigração, novamente, de países sul americanos além do Brasil. Ou seja, estou a falar de cubanos, de costarriquenhos, de argentinos, e peruanos, portanto também têm estado a passar por aqui, a pedirem-nos apoios, não só para a legalização que é a parte que eu mais intervenho,

como também apoios sociais, sinto que estas últimas comunidades vêm um bocadinho mais desprotegidas. Ou seja, apesar de virem com a ideia que conseguem arranjar rapidamente trabalho, já não está a ser fácil arranjar trabalho, porque isto do trabalho também é um bocadinho sazonal, as ofertas de trabalho também são um bocadinho sazonais e se em 2022 havia uma necessidade de mão de obra, rapidamente essa se preencheu, e agora estamos a sentir que estão a chegar imigrantes e que não conseguem, para além de não conseguirem facilmente arranjar alojamento, não conseguem facilmente arranjar trabalho e depois vem aqui pedir-nos apoios económicos e alimentares.

Investigadora: Quais são as principais problemáticas e necessidades apresentadas pelos imigrantes?

Técnico responsável: Para além da legalização, a questão do alojamento agora também é muito complicada. Referir que também tivemos agora aquela questão dos refugiados ucranianos que também acolhemos alguns, nós câmara e também (...) alguns familiares também acolheram, ou amigos. Também passamos um bocadinho por esse processo (...) desde que começou a guerra até ao final do ano sentimos essa vinda desses imigrantes. Agora isso estabilizou, mais ou menos, até começamos a ver que alguns já quiseram regressar, portanto, já um bocadinho essa dinâmica de regresso, e mantém-se a vinda de imigrantes não só sul americanos, como também alguns de países como Paquistão, a Índia, também estamos a chegar um bocadinho a essa população. Nestes muitos anos de CLAIM, a experiência diz-me que no início era muito mais de países de Leste e brasileiros, (...) as nossas duas maiores comunidades eram ucranianos e brasileiros, agora começou a dispersar por outras nacionalidades. Em número, se calhar, menos significativo, mas de muitos mais países. Em relação às questões de intervenção, vem mais pedir apoio na parte da legalização, em que eles vêm sem qualquer pedido de legalização, sem qualquer visto de residência e depois todo o processo é iniciado aqui em Portugal, eles vêm apenas com vistos turísticos. Raramente aparece aqui algum, só se for algum estudante ou algum imigrante que venha para estudar é que vem com visto adequado. Os brasileiros estão isentos, o restante vem todos com visto de turista que depois acabam por fazer o processo de legalização aqui em Portugal, através da manifestação de interesse, (...) essencialmente é por essa via que eles vão. Depois também quando vem casais e há crianças inscritas na escola, também há outras vias através do art.º 122, portanto, para jovens que vão para o ensino secundário também se

podem legalizar a partir daí, portanto abre-se o leque de opções consoante os casos e as situações concretas. O que eu faço é ver o melhor enquadramento para cada situação. Quando são trabalhadores geralmente é pela via de manifestação de interesse, mas depois das outras situações, como filhos e às vezes familiares, também se pode ir pelo reagrupamento familiar quando já obtêm título de residência. Portanto, há aqui uma série de oportunidades de legalização em função de cada situação em concreto, (...) é preciso perceber a mais vantajosa e a mais rápida. Passado o covid e das medidas excepcionais, a nossa vida voltou à normalidade, (...) e isso implicou que eles agora precisam de um título de residência para poderem ter acesso a outro tipo de direitos, nomeadamente inscrição no centro de saúde, pedido de prestações sociais, abono de família, entre outras prestações, o rendimento social de inserção, eventualmente, para isso eles precisam do título de residência.

Investigadora: Além dos atendimentos, de que forma o CLAIM atua no que concerne à integração dos migrantes na comunidade endógena bem como à resolução das problemáticas/necessidades sentidas pelos migrantes?

Técnico responsável: Muitas vezes eu tenho por iniciativa, quando existe algum bloqueio do acesso, quer seja à saúde, seja à educação, ou seja, da parte de trabalho eu não posso fazer muito mais a não ser orientá-los para gabinetes de inserção profissional, para o IEFP, pronto para essas entidades que estão vocacionadas para a oferta de trabalho, aí eu tento orientá-los o melhor que consiga no sentido que eles cheguem a essas ofertas de trabalho. Em relação a bloqueios que às vezes há ao nível da saúde ou ao nível da segurança social, eu já cheguei ao ponto de às vezes ir acompanhá-los aos serviços para tentar perceber o que é que não está a ser feito para eles poderem fazerem a sua integração (...) depois tentar perceber o que é que necessário fazer para se ultrapassar esse, digamos essa dificuldade em aceder a esse tipo de serviço ou de apoio. Portanto, já passei por muitas situações dessas em que até à conservatória do registo civil fui, à segurança social, porque às vezes há situações até que a barreira linguística é mais um problema, e depois, honestamente eu digo, os nossos serviços públicos às vezes não têm técnicos com as competências necessárias para lidar com esta população. A gente às vezes precisa de ter um bocadinho de paciência, um bocadinho de boa vontade, aliás nem digo que seja boa vontade, é a nossa obrigação, mas de facto, às vezes a função pública tem muito maus servidores, sou honesto. Todos nós temos a vertente de utente dos serviços, eu ser um funcionário público, também preciso dos

serviços como a saúde ou educação, ou segurança social, e eu sinto que enquanto português que até não somos bem tratados, então os imigrantes que digamos que são ainda mais mal tratados, entre aspas, no sentido em que não é feito tudo o que está ao nosso alcance para facilitar a vida, isso eu sinto, e às vezes é preciso chegar a alguém que ajude e que diga, atenção que eu também sou funcionário público e sei que se pode fazer isto, isto e isto, é o que é que é preciso para ajudar o migrante a reunir os documentos e a ultrapassar a barreira de poder aceder a determinado serviço. Além disso, também vou fazer a divulgação do CLAIM, agora todos sabem o que é o CLAIM, mas inicialmente fiz algumas visitas para divulgar um bocadinho o nosso papel e se eles precisarem de nós para alguma coisa sabem onde é que estamos e podemos colaborar. Às vezes temos o gabinete de inserção profissional a perguntar-nos alguma questão, como é que se faz isto ou aquilo, também há essa troca e esse trabalho em rede entre as entidades. Depois a Mealhada também é um concelho relativamente pequeno com uma rede social a funcionar, eu aí acho que funciona bem, todas as entidades trabalham em parceria e com bastante articulação, o problema é que há um ou outro serviço público em que a coisa corre mal, mas isso até para nós é complicado (...) parece que há falta de tempo, parece que tem de ser tudo rápido, por exemplo, muitas vezes as pessoas vão à segurança social para requerer algum tipo de apoio e eles pegam nos papéis, entregam as pessoas e venha cá entregar quando tiver preenchido. Muitas vezes até mandam aqui para a câmara, para os serviços sociais, epa nós não nos importamos, mas é como se nós às vezes sentimos que somos a parte de apoio administrativo para a segurança social, acho que também não deve ser tanto assim, até porque lá também há técnicos de serviço social, como há aqui na câmara, só que parece que tem aquelas funções e não podem fugir daquele registo. Nós aqui fazemos o que temos a fazer no âmbito das nossas funções mas se surgir alguma situação com alguma coisa com que nós nunca tivéssemos trabalhado, nós agimos, pedimos ajuda, agora o “isso não é connosco”, não se pode ter essa postura.

Investigadora: As estratégias/ planos de ação vão no sentido dos migrantes manterem a sua cultura de origem, promovendo a diversidade cultural e a interculturalidade, ou considera-se que os migrantes devem adotar elementos da cultura endógena.

Técnico responsável: Ao longo destes anos tenho realizado algumas atividades no sentido de promover a participação em atividades, quer da comunidade autóctone, os portugueses, quer dos imigrantes que escolheram a Mealhada para residir. Desde a parte

gastronómica, pequenas amostras de gastronomia, de cultura tipo música deles, tipo folclore e danças típicas, portanto também há os chamados encontros interculturais em que nós promovemos de alguma maneira a participação de várias comunidades, todas as que quiserem, às vezes a dificuldade é também motivá-los a participar, mas nos estamos sempre recetivos e temos iniciativa nesse sentido. A nossa biblioteca também trabalha um bocado esta vertente intercultural com, por exemplo, atividades do tipo convidar determinadas nacionalidades a virem contar um bocadinho da sua cultura, portanto há também esta vertente da dinamização intercultural. No entanto, nem sempre com a regularidade e com, digamos, na quantidade que nós desejávamos, mas isto tem a ver com o facto de nos sermos um CLAIM integrado numa câmara em que há mil e uma outras funções, e não sermos um CLAIM em que o técnico está exclusivamente direcionado e a trabalhar no CLAIM. Mas dentro das nossas possibilidades, vamos, ainda agora, por exemplo, com a comemoração dos 20 anos da rede CLAIM, este ano, fomos convidados pelo Alto Comissariado para as Migrações para digamos que fazemos atividades que transmitam essa comemoração, e nós estamos aqui a pensar um bocadinho nas várias hipóteses que temos para desenvolver algumas atividades, mas pronto, isso está sempre presente, muitas vezes não há é tempo e técnicos disponíveis. Isso é um bocadinho o nosso constrangimento. Entretanto, deixe-me referir que também disponibilizamos um projeto que se chama “A escolinha de fim-de-semana” (...) temos um espaço que cedemos a professores voluntários, neste momento são apenas ucranianos, já tivemos professores russos, que digamos ensinavam a língua e cultura aos filhos que já nasceram em Portugal, e tinham receio que os filhos que começaram logo a falar português e que já não consigam falar as línguas deles e muito menos saber da história dos países deles, portanto, temos essa escola de professores voluntários para ensinarem a crianças de países de Leste, ou adultos ou crianças portuguesas que queiram aprender um pouco sobre essa cultura. Mas pronto, este também é um projeto que peca por falta de acompanhamento da nossa parte e que pronto, criamos o projeto, digamos que tentamos lhe dar vida própria para ver se não nos consumia, entre aspas, muito tempo. Funciona aos sábados de manhã e prevê-se que pelas dificuldades de tempo, como eu referi, nós também precisamos do nosso fim de semana para recuperar energias, por isso não conseguimos estar sempre tão presentes quanto gostaríamos, mas pronto, o projeto funciona com os professores a dinamizar dentro daquilo que eles desejam.

Investigadora: No âmbito da formação inicial teórica, para técnicos CLAIM, houve formações auferidas no âmbito intercultural e de que forma estas constituem uma ferramenta eficaz para o desempenho da função e, conseqüentemente, para a promoção do diálogo intercultural.

Técnico responsável: Qualquer técnico dos CLAIM teve de ter essa formação inicial, e depois vai passando por processos de reciclagem. Ao longo destes anos eu tive de ir a várias formações, muitas formações porque as próprias leis estão permanentemente, e isso é uma opinião pessoal, exageradamente alteradas, porque faz com que nos permanentemente tenhamos de estar a atualizar os conhecimentos e, por vezes, volto a dizer, nós CLAIM das autarquias não temos o tempo necessário para consultar a legislação com tempo, e as nossas leis de imigração estão permanentemente a sofrer alterações e isso às vezes é um problema. É nossa obrigação estar a a par e informar os imigrantes com o máximo de rigor a atualidade, e para isso, é preciso estarmos sempre neste processo de reciclagem. Tirando, as formações iniciais dos técnicos essas são obrigatórias, as restantes são voluntárias, pois qualquer técnico que queira estar o máximo atualizado possível, deve participar nas formações. Depois, muitas vezes existem, agora com isto da pandemia, houve aqui um interregno de reuniões, chamadas reuniões de grupos regionais CLAIM, por exemplo o grupo de CLAIM da zona centro, da zona norte, portanto, havia reuniões em que nós fazíamos partilhas de experiências, com a equipa do alto comissariado que está orientada para acompanhar os CLAIM, era com esses técnicos que se faziam essas reuniões, era marcado um determinado CLAIM, por exemplo, que acolhia os outros e havia essas reuniões para falarmos de constrangimentos, oportunidades, boas práticas, portanto havia essa prática que foi interrompida com a questão da pandemia, mas este ano já está marcado um encontro de CLAIM, de todos do país, que já são mais de 150. No passado, havia muito esta prática, um encontro anual de CLAIM, então nesse sítio escolhido estavam os colegas todos dos CLAIM do país inteiro, então era bonito e havia ali uma enorme partilha de experiências. Porque é totalmente diferente um CLAIM da Mealhada com um CLAIM da Angra do Heroísmo, com o CLAIM de Faro, com o CLAIM da Guarda, portanto, vamos tendo aqui experiências diferentes, comunidades diferentes, e isso são bons momentos que eu acho muito interessantes e muito enriquecedores. Aliás, através da partilha de algumas atividades, devemos sempre analisar se é possível, se foi uma coisa que deu bons resultados, se é possível transportar para a realidade do nosso concelho, tudo isso em prol da interculturalidade.

Investigadora: Existe algum tipo de condicionante ou constrangimento ao desempenho das funções ou ao desenvolvimento de atividades?

Técnico responsável: Às vezes há questões que os imigrantes trazem que nós também não conseguimos dar resposta, por exemplo, a habitação, há imensos imigrantes a pedirem-nos habitação...e nós não temos. Isso é um grande constrangimento, porque é uma falta de resposta. Depois há a questão da falta de tempo, para dinamizar mais atividades de carácter intercultural. Eu ando aqui muito à volta da resolução de questões mais práticas, das necessidades mais diárias das pessoas, e depois sinto que me falta tempo, porque tenho muitas outras funções noutras áreas, e por isso, falta-me tempo para pensar e pôr em prática ações de promoção assim mais culturais, mais desportivas eventualmente e que ajudem a integrar ainda melhor as comunidades imigrantes. Portanto, é um facto, a falta de tempo. Depois, tirando isso, a falta de trabalho, a falta de trabalho também é algo que afeta toda a gente, não só os imigrantes, também há os portugueses desempregados, não é. Portanto, é daquele tipo de questões que já são comuns a todos nós. O acesso à saúde, é outro elemento difícil porque não há médicos de família, os imigrantes vão ao centro de saúde de não conseguem médico de família, mas é aquela questão que referi há pouco, são problemas que não são especificamente dos imigrantes.

Investigadora: De que forma o CLAIM tem aumentado a coesão municipal e reforçado o diálogo entre a comunidade migrante e a comunidade local (ex. parcerias, protocolos com entidades locais)

Técnico responsável: Na minha modesta participação, acho que de facto os imigrantes são bem acolhidos, a mealhada é um concelho acolhedor, porque sabe que a comunidade imigrante é uma mais-valia para o concelho, o facto de haver um certo rejuvenescimento da população é bom, porque não é só na Mealhada, mas no país inteiro a nossa população está envelhecida, e há momentos em que a mão de obra precisa dos imigrantes. Depois, nota-se pela forma como eles se integram, como ao adquirirem casas, aqueles que já estão cá há mais tempo, os filhos já nasceram cá, digamos nota-se que quando há atividades de carácter mais cultural, eles participam, eles gostam de interagir com os portugueses têm muitos amigos já. O facto do concelho ser pequeno e muito concentrado também ajuda a isso, qualquer pessoa que chegue aqui à Mealhada e entre num café, quer dizer já tem uma comunidade imigrante

já tão integrada, que estes já estão à mesa com portugueses normalmente. Se calhar noutros concelhos isto também existe, obviamente, porque é normal. Mas é uma prova que já estão integrados e que fizeram amigos, e isso é meio caminho andado para se sentirem acolhidas e integradas, também é questão deles se terem fácil acesso à educação, à saúde também, tirando aquela questão que referi à pouco, também são tratados normalmente, bem acolhidos, dentro das medidas e das dificuldades que possam haver para todos.

Investigadora: Há conhecimento de focos de tensão social entre as várias comunidades municipais? Caso existam, pode descrevê-los?

Técnico responsável: Que eu tenha conhecimento, não há esse tipo de situações aqui no concelho. Se calhar até pelo facto de haver uma grande comunidade de brasileiros que são pessoas muito bem dispostas e facilmente conseguem interagir e descomplicar situações, esse tipo de digamos, de problemáticas não há registo aqui no concelho da Mealhada, e até pelo facto de sermos um concelho pequeno em que em vários momentos estamos com os órgãos policiais, nomeadamente a GNR, não nos é sinalizado nenhuma situação desse tipo, em que haja algum problema especificamente com uma comunidade ou de algum imigrante, não temos conhecimento. E como lhe disse, o CLAIM já funciona desde 2005 e nunca houve conhecimento de nenhuma situação específica, ou de um problema específico de uma comunidade imigrante. Às vezes pode haver desacatos, mas isso também há com os portugueses. Dá a impressão que os imigrantes tão bem integrados, embora claro que há imigrantes desempregados, imigrantes com problemas de alcoolismo, imigrantes que possam ter problemas como a família desestruturada, mas isso são problemas que nós lidamos com várias famílias sem serem imigrantes, por isso não é especificamente da comunidade imigrante. No caso do alcoolismo, por exemplo, se virmos que há espaço para intervir e se eles também pretendem esse tipo de apoio, nós tratamos de os encaminhar, como se fosse uma situação qualquer, como tratamos dos cidadãos autóctones.

4. Entrevista à técnica responsável pelo CLAIM Ameixoeira - Lisboa

Investigadora: Como primeira questão gostaria de saber qual o ano em que o CLAIM da Ameixoeira começou a funcionar, qual o número de técnicos alocados, e quais os dias e horários de funcionamento.

Técnica responsável: Aqui no CLAIM da Ameixoeira, nós funcionamos dentro de uma associação, a Associação Lusofonia Cultura e Cidadania, então é um CLAIM que está inserido aqui na associação, e nós respeitamos os horários da associação. Basicamente funcionamos de segunda à sexta, das 9h até às 18h. No CLAIM aqui da Ameixoeira há dois membros, eu sou a técnica e temos também uma coordenadora, então aqui funcionamos desta maneira. Não sei dizer o ano em que começamos a funcionar, exatamente desde 2020, mas não sei precisar o ano.

Investigadora: Como caracteriza a população migrante no território?

Técnica responsável: Aqui no CLAIM, o nosso foco é realmente atender a população do território, mas no decorrer do trabalho nos fazemos atendimentos para pessoas do país inteiro, essa é a verdade, ainda mais depois da pandemia, em que começamos a contar muito com o recurso do online, então fazemos atendimentos através da internet, e isso abriu portas para que outros atendimentos fossem direcionados a todas as pessoas do país. De maneira específica, no nosso território, a população imigrante é uma população bem grande, sobretudo pessoas oriundas de ex-colônias portuguesas, países que os imigrantes são falantes do português. De maneira mais específica, a gente poderia citar alguns países do continente africano, sobretudo países como São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Estas são as populações mais numerosas em termos de atendimentos do CLAIM.

Investigadora: Quais são as principais problemáticas e necessidades apresentadas pelos imigrantes?

Técnica responsável: O CLAIM de maneira específica, ele atua na integração dos migrantes, aqui no território português. Então a gente dá um suporte muito voltado para a parte da legalização dos migrantes, da regularização, melhor dizendo. Damos todo o suporte da parte de documentos. Todas as pessoas chegam aqui em Portugal, como nós costumamos dizer, é quase como nascer de novo, porque você tem de tirar todos os seus documentos, o NIF, o NISS, e até como funcionam as relações de trabalho aqui, como obter a legalização de residência, a gente dá um grande suporte nesse sentido. A principal demanda aqui no CLAIM é de manifestações de interesse, então as pessoas

ouvem dizer que o meu vizinho, o meu parente, ou alguém lhes indicou aqui o CLAIM, porque nós ajudamos na entrada da manifestação. Então nós fazemos aqui todo um trabalho de explicar como funciona aqui o processo da manifestação de interesse, identificar se existe outra via de regularização mais adequada para aquele imigrante, porque às vezes ele tem um parente que já tem cartão de cidadão, então ele pode pedir um reagrupamento familiar ao invés da manifestação de interesse. Ou seja, eles vêm com a demanda, e a gente busca entender qual o cenário em que está o imigrante inserido, para realmente perceber se a melhor via é aquela que ele solicitou ou se existem outras possibilidades. Mas a principal demanda é a manifestação de interesse, então a gente dá o suporte em termos de informação, e também a gente realiza o processo aqui no CLAIM. Não só realizamos o processo, como também oferecemos um acompanhamento dessas pessoas que foram atendidas por nós, de modo que a gente consiga realmente verificar se ela obteve o documento, ou se não teve qual foi a razão. Aqui no CLAIM os migrantes vêm muito pedir ajuda ao nível da documentação, porém, como nós funcionamos dentro da associação e a associação tem outros gabinetes, então o trabalho fica um pouco dividido, como a resposta a necessidades mais básicas como apoio alimentar, área da empregabilidade. De momento, o nosso gabinete de empregabilidade não está em funcionamento, nós direcionamos para outras instituições que oferecem esse suporte. Em relação à habitação não temos apoio específico mas damos encaminhamento. Ou seja, aquilo que pode fazer para ajudar o imigrante e oferecer o atendimento e o serviço aqui, a gente faz, aquilo que não está na nossa alçada nós encaminhamos para outras instituições.

Investigadora: Além dos atendimentos, de que forma o CLAIM atua no que concerne à integração dos migrantes na comunidade endógena bem como à resolução das problemáticas/necessidades sentidas pelos migrantes?

Técnica responsável: Sim, nós aqui basicamente funcionamos da seguinte forma: as pessoas que buscam atendimento, elas ou ligam, ou mandam e-mail ou vem até à instituição, apresentam a demanda delas e nós buscamos fazer um agendamento dessa pessoa. Então, a nossa preferência é atender aqueles que estão agendados, realmente para uma maior organização e fluidez do trabalho. Porém, se aparece uma pessoa que não foi agendada, mas se a gente consegue encaixá-la, a gente faz isso, de modo que todos saiam com o atendimento daqui. Então esse primeiro contacto é geralmente feito através desse tipo de atendimento, porém, a gente também tem outros eventos que a

gente realiza, que são sessões de esclarecimentos. Realizamos tanto aqui na instituição como em parceria com outras instituições onde nós nos deslocamos para fazer essas sessões. Nessas sessões de esclarecimento, a gente busca esclarecer esse imigrante sobre algum tema, esse facto de nós fornecermos informações e esclarecimentos contribui para a integração dessa pessoa, porque quando o imigrante chega, ele precisa realmente de entender o modo de funcionamento, quais são as dinâmicas que acontecem aqui no país para poder se inserir, então nós fazemos esse trabalho de esclarecimento. Nos próprios eventos temos, muitas vezes, momentos de partilha, de conversa, momentos de coffee-break, onde fazemos um lanche, conversamos e criamos ali um ambiente mais descontraído para que as pessoas se sintam à vontade para contar sobre as experiências delas. Muitas vezes, o CLAIM aqui na instituição age em parceria com outros gabinetes e outros projetos, para lhe trazer um exemplo, aqui a gente tem o projeto MIL, que é um projeto de língua portuguesa, então a gente oferece tanto de nível iniciante como de nível tanto para intermediário. Esses cursos são voltados para imigrantes que estão cá em Portugal e que não tem conhecimento da língua portuguesa, são principalmente daqueles países que estão mais a oriente, aqui a gente atende pessoas provenientes da Índia, Paquistão, diferentes nacionalidades e que não tem conhecimento da língua. então o projeto MIL ele se ocupa em dar essa formação de língua portuguesa, e também naqueles que avançam e conquistam um nível mais intermediário, continuam aqui connosco para ter um maior desenvolvimento da língua. Também é interessante ressaltar que até mesmo aqueles que vêm de países que são falantes de português, têm a oportunidade de participar nestas aulas para desenvolver a sua oratória, a sua capacidade de escrita. Muitas das vezes atendemos também imigrantes que vêm de países de origem em que a língua é portuguesa, porém, não são alfabetizados então conseguem desenvolver a sua parte de escrita. Eu cito este projeto MIL, porque trabalha muito em parceria aqui com o CLAIM, então fazemos eventos que reúnem pessoas que também foram do projeto MIL, aqueles projetos de esclarecimento do CLAIM, então é mais uma oportunidade de integração de pessoas de diferentes nacionalidades, diferentes línguas, culturas. Recentemente fizemos um evento que é “Chá com história”, que a gente teve um momento de lanche e confraternização, e tivemos partilhas de histórias, a gente entende que o processo de integração não é apenas apresentar a cultura portuguesa e tentar moldar esse imigrante para a cultura portuguesa, não é essa a lógica. A lógica é realmente apresentar a cultura daquele país, mas também tentar perceber quais as características da cultura em que aquele imigrante estava inserido

anteriormente, quais são as bagagens que ele traz, as histórias, as vivências e essa troca é muito rica. Tanto enriquece o país, neste caso Portugal, como enriquece aqueles que estão vindo para cá, é uma troca bem interessante.

Investigadora: As estratégias/ planos de ação vão no sentido dos migrantes manterem a sua cultura de origem, promovendo a diversidade cultural e a interculturalidade, ou considera-se que os migrantes devem adotar elementos da cultura endógena.

Técnica responsável: A gente parte da lógica que a troca é enriquecedora para as duas partes (...) os dois lados estão a ganhar, então quando o imigrante vem e conta e partilhar a história e a cultura dele, traz um enriquecimento para quem está aqui e assim na convivência com pessoas que já estão aqui, que fazem parte deste país, o imigrante também absorve novas informações, novos conhecimentos e então, a gente parte sempre desse pressuposto que é uma relação de troca, e a partir desse momento que esse imigrante percebe que a bagagem que ele traz é valorizada, e reconhecida, isso aumenta a autoestima dele para também construir a vida aqui, a gente percebe o quão importante isso é. Numa das ações, também em parceria com o projeto MIL, a gente construiu aqui um livro de receitas, tivemos aqui quase que um workshop, um momento prático de confecção de receitas e esses imigrantes puderam confeccionar pratos típicos dos seus países e construíram realmente um livro. A gente viu o quanto eles ficaram orgulhosos deles mesmos, de verem o seu nome escrito num livro, enquanto autores, são pessoas que não estão aqui apenas para aprender, mas também para gerar aprendizado para os outros. A gente entende a importância disso e uma outra questão que acho que vale a pena citar, é que no mês de março, mês passado, o CLAIM em parceria com outros projetos aqui na instituição, nós levamos alguns clientes nossos para a feira Comunicalta, que é uma feira de empreendedorismo na Alta de Lisboa, então por isso o nome. Nós fizemos uma parceria, fomos parceiros desse evento, levamos pessoas que são atendidas aqui na instituição e lá eles tiveram a oportunidade de serem expositores, então eles tinham um stand, onde eles apresentavam os produtos deles e vendiam esses produtos. Lá havia expositores de gastronomia, artes, artesanato, de vários segmentos, de várias nacionalidades, e os moradores ali da região da alta e freguesias próximas, puderam visitar a feira e comprar os produtos. Foi muito enriquecedor porque tivemos apresentações de músicas de bandas, grupos de capoeira, a gente está sempre envolvido nessas trocas até mesmo numa maneira de desenvolver os empreendimentos que esses imigrantes têm aqui. Boa parte deles trabalha de maneira subordinada para outros

empresas, mas também temos aquele grupo de pessoas que trabalham por conta própria e tem o seu negócio aqui, sendo que muitas vezes esse negócio tem relação com a cultura na qual eles estão inseridos, então a gente tem uma parceira nossa que tem um empreendimento aqui de geladinho, no Brasil chama-se geladinho (...) é muito comum no Brasil e aqui não era tanto, e ela trouxe um pouco a cultura (...), também temos aqueles que trazem a cachupa, um prato típico de Cabo-Verde. Então é assim, os negócios geralmente estão vinculados à cultura dos países de origem dessas pessoas, então a gente busca isso, para ter um aproveitamento da história, da bagagem, da vivência desses clientes, e também permitir que haja uma troca, uma interação.

Investigadora: No âmbito da formação inicial teórica, para técnicos CLAIM, houve formações auferidas no âmbito intercultural e de que forma estas constituem uma ferramenta eficaz para o desempenho da função e, conseqüentemente, para a promoção do diálogo intercultural.

Técnica responsável: No CLAIM é exigido que se tenha licenciatura, então eu particularmente venho da área da comunicação, e aqui em Portugal faço um doutoramento na área das migrações. Mas é bem diverso, os colegas do CLAIM vêm de formações diversas, experiências diversas, não tem um padrão. Mas o que é interessante é que o ACM, eles sempre fornecem formações para a gente, então apesar de cada um vir de uma área diferente, com background diferente, a gente passa por formações, e nessas formações também temos a componente da interculturalidade, é uma (...) temática explorada durante essas formações, então sim, a gente passa por esse tipo de formações. Temos a formação inicial que é quando a gente realmente vai começar a trabalhar no CLAIM e mesmo quando já temos anos de atuação ainda passamos por uma espécie de reciclagem, novas formações, até porque como nós lidamos muito com as leis aqui, as leis da nacionalidade, as leis de estrangeiros, e as leis estão sempre a mudar constantemente, então temos de passar por essas formações.

Investigadora: Existe algum tipo de condicionante ou constrangimento ao desempenho das funções ou ao desenvolvimento de atividades?

Técnica responsável: Na minha perspectiva, são dois os principais desafios aqui. O primeiro desafio, é o desafio de ter um equilíbrio entre você como técnico ter empatia com a problemática que é trazida, com a demanda que é trazida por essa pessoa que busca o atendimento e também não se deixar envolver muito. Então esse equilíbrio é

difícil, porque a gente precisa de se colocar na pele, porém, a gente nunca vai entender completamente o que é estar na pele do outro mas temos de fazer esse exercício de se envolver, de uma escuta ativa, de buscar entender e ter empatia com a realidade que aquela pessoa está apresentando, mas também não se deixar envolver, porque quando você se envolve muito, perde um pouco a sua capacidade de raciocinar de maneira mais prática e isso prejudica o trabalho. Então acho que um dos grandes desafios é realmente ter esse equilíbrio, entre a parte humana, esse envolvimento, essa empatia, mas também manter a razão, manter uma certa separação e distanciamento. O segundo desafio, é algo que de alguma maneira atrapalha o nosso trabalho, eu penso que falta um diálogo entre as diferentes instituições, vou-te dar um exemplo, a pessoa que obtém o título de residência, ela tem acesso ao número de utente permanente, então aqueles que têm título de residente tem acesso ao serviço nacional de saúde. Então, por exemplo, saiu agora uma nova alteração à residência, que é para os países de língua portuguesa, que é a autorização de residência CPLP, então essa autorização de residência ela tem um processo novo, foi uma lei nova, ela é gerada online e ela não é mais um cartão, é um papel, é um documento onde o portador desse título tem de andar com esse documento e com o passaporte, isto é algo muito específico mas é apenas para te situar, é algo super novo e que os centros de saúde nem todos foram informados sobre isso, então o que está a acontecer é o seguinte, a pessoa vem aqui, faz todo o processo, obtém esse título de residência e quando ela vai ao centro de saúde lhe é negado o número de utente, porque eles lá não tem essa informação que aquilo é um título de residência válido e que confere direitos àquele imigrante, então o nosso grande desafio é essa integração, esse diálogo entre as diferentes instituições, porque muitas das vezes a lei ela entra em vigor e não há um esclarecimento por parte de todos os técnicos, de todas as pessoas que fazem parte ali do sistema e que vão empatar a vida daquele cliente, daquele imigrante. Geralmente, a gente informa o cliente acerca do assunto, que este agora é o documento dele, que lhe confere esses direitos, essas obrigações, passamos toda a informação. Quando o cliente liga e coloca a situação que ele vivenciou, a gente oferece um novo esclarecimento para que isso sirva de argumento para ele dialogar lá na instituição, mas se a gente perceber que não está a ser suficiente para resolver a situação, a gente entra em contacto, mandamos e-mail, buscamos de alguma forma dialogar com essas instituições.

Investigadora: De que forma o CLAIM tem aumentado a coesão municipal e reforçado o diálogo entre a comunidade migrante e a comunidade local (ex. parcerias, protocolos com entidades locais)

Técnica responsável: Sim, eu acho que o trabalho do CLAIM é essencial nesse sentido, porque não só a convivência se dá aqui no nosso espaço, na nossa associação, como também o nosso trabalho externo contribui para que essa mensagem seja difundida, como eu falei, nós fazemos essas sessões de esclarecimento aqui, e essas não são apenas frequentadas por imigrantes, o nosso público, mas também por pessoas do nosso território, portugueses, realmente que participam em atividades aqui, e essa convivência internamente acho que ela contribui muito para que haja essa troca, uma melhor convivência entre nacionais e estrangeiros. Nos eventos externos que a gente faz, a gente sempre tem esses momentos de esclarecer qual é o trabalho do CLAIM, o que é desenvolvido aqui, e muitas pessoas se surpreendem porque não sabem que há este tipo de trabalho. Eu, como brasileira, não sentia na pele quais são os desafios dos imigrantes no Brasil, porque eu não tinha contacto, não me relacionava tanto com imigrantes, não sabia. Vindo para cá, entrar na posição de imigrante, já consigo perceber como é ser imigrante. Isso também acontece com os portugueses, muitas vezes eles não têm essa percepção porque nunca passaram por um processo de imigração (...) então não sabem como funciona. Mas a partir do momento em que há essa troca, é que eles têm oportunidade de ver os eventos que são realizados aqui no CLAIM, ou num evento no qual o CLAIM participa, começam a perceber que é um trabalho interessante e começam a se envolver também, então acho que o trabalho aqui é essencial, ainda mais que Portugal era um país historicamente um país de emigração, ainda estão saindo, mas antes o número de pessoas que saíam era muito mais alto do que o número de pessoas que entravam, e isso está bem mudado. Ao longo dos anos, Portugal tem assistido a uma imigração muito forte, então é um processo de mudança, e eu acho que o CLAIM ele faz um trabalho essencial para que esse processo se dê de maneira mais fluída, de maneira mais saudável para todos os envolvidos. Eu sempre vivi no Brasil, a minha primeira experiência migratória foi aqui em Portugal, e eu acho que, acho não de certeza, essa experiência, ela me desperta muito um olhar aguçado das vivências das pessoas que são atendidas aqui, porque talvez se eu não tivesse passado por isso eu não teria tanto, acho que a percepção, sensibilidade para entender como é o processo do outro, como eu disse, cada experiência é única, então cada um tem uma trajetória diferente, cada um parte de um ponto diferente, eu não posso partir do pressuposto que eu sei como é a

experiência do outro, mas eu acho que o facto de eu ter passado por uma experiência semelhante me torna mais sensível à experiência do outro, sem dúvida isso me habilita mais.

Investigadora: Há conhecimento de focos de tensão social entre as várias comunidades municipais? Caso existam, pode descrevê-los?

Técnica responsável: Eu nunca vivenciei de maneira específica nenhuma situação para ter um exemplo para dar, ou alguma experiência assim mais específica. Mas pelos relatos que já ouvi de alguns clientes atendidos por nós, sabemos de algumas situações de conflito, sobretudo no ambiente escolar. Clientes nossos que têm filhos já contaram algumas experiências de conflitos vivenciados na escola, como as crianças começarem alguma briga e os pais se envolverem na briga, com pessoas de diferentes nacionalidades ali. Então, eu já ouvi relatos nesse sentido, mas como foram experiências passadas, nada de algo da vida presente das pessoas que citaram, não foi algo onde nós fizemos uma intervenção, porque já tinha sido resolvido, mas realmente eles só contaram sobre as suas experiências vivenciadas anteriormente. De conflitos assim diretos, é assim nesse sentido de ambiente escolar, mas confesso que nunca apanhei aqui nenhuma situação aqui em que fosse preciso intervir.

5. Entrevista à técnica do CLAIM de Odemira

Investigadora: Como primeira questão gostaria de saber qual o ano em que o CLAIM da Ameixoeira começou a funcionar, qual o número de técnicos alocados, e quais os dias e horários de funcionamento.

Técnica responsável: É assim, embora Odemira já tivesse tido um gabinete de apoio geral, um CLAIM, antes, ou seja, entre 2007 e 2009, creio eu, agora este gabinete entrou em funcionamento em Julho de 2014. Foi através de uma candidatura ao Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), nós fizemos essa candidatura à TAIPA, que é uma cooperativa sem fins lucrativos que tem como objetivo o desenvolvimento comunitário no concelho de Odemira. A câmara fez essa candidatura, foi aprovada e nós começamos com o projeto em julho de 2014. Nessa altura, era so eu, so uma técnica, quando nos candidatamos este gabinete candidatamos logo a dimensão itinerante do mesmo porque o concelho de Odemira é o maior concelho

de Portugal, e da Europa, temos uma área grande para cobrir e temos uma rede de transportes muito deficiente, então uma das questões que nós sempre tentamos salvaguardar foi a dificuldade dos migrantes se deslocarem para o atendimento. Então, pensamos num gabinete logo com essa dimensão da itinerância. Nessa altura, há uma parte dos financiamentos que não é coberta, que não é financiada, então nessa altura, nós pensamos logo que a TAIPA sendo uma entidade sem fins lucrativos, não tem forma de financiar os 25% que faltavam do orçamento total, e então convidamos, uma vez que no território de Odemira temos duas grandes dimensões economias, que é a agricultura e o turismo. Então falamos com algumas empresas agrícolas e da área do turismo para financiarem essa parte que nos faltava, esses 25%, na medida em que eram as entidades empregadoras que acolhiam estes imigrantes. Então, durante o ano de 2014 e uma parte de 2015, tivemos esse financiamento do FEINPT, e até Julho ou Agosto de 2015, tivemos esse financiamento. Na altura, em Julho ou Agosto de 2015, o financiamento terminou, nós tivemos algumas reuniões com o município, com as juntas de freguesia, já nessa altura nós começamos a fazer atendimentos nas juntas de freguesia do litoral, que são os territórios onde estão mais concentrados, ou onde estavam na altura, os imigrantes e também as empresas agrícolas e da componente do turismo, que são as freguesias de Vila Nova de Mil Fontes, São Teotónio e Longueira/Almograve e desde essa altura que temos atendimentos nas sedes das juntas de freguesia e também na sede de concelho, que é também na sede da TAIPA e é também nas instalações da TAIPA que nós fazemos atendimento. Quando terminou esse financiamento do FEINPT nós tivemos que tomar a decisão de fechar o gabinete ou tentar um financiamento ao gabinete, e as entidades que nos ajudaram a suportar os 25% durante um ano, concordaram em financiar o gabinete até ao final do ano de 2015. Aqui, ainda estávamos na expectativa de sair o financiamento no âmbito do programa que sucedesse ao FEINPT. Então até 31 de Dezembro de 2015 não houve abertura de candidaturas nesse novo fundo europeu, então nós tivemos que encerrar o gabinete. O gabinete esteve encerrado entre janeiro e junho, foram 6 meses que esteve encerrado, de 2016, e nesse período de tempo tanto as juntas de freguesias, como as empresas fizeram várias reuniões porque consideravam que era uma resposta que o concelho de Odemira deveria ter, devido ao elevado número de migrantes que tínhamos no território e na falta de respostas que havia. Então, em Junho de 2016 surgiu um consórcio, que é um modelo de financiamento único no país, é o único CLAIM do país que é financiado desta forma, é que é uma parceria público-privada, entre entidades públicas e entidades

privadas, e que permite que o gabinete funciona sem depender de candidaturas a programas operacionais e a fundos comunitários. Então, nós já tivemos 3 protocolos, o protocolo que atualmente está em vigor foi assinado em 2018 e era para terminar no final de 2021, foi prolongado, foi assinado no início de 2022 uma adenda a esse protocolo e foi prolongado esse protocolo até 31 de dezembro de 2024. Anualmente há saídas e entradas, mas atualmente o nosso consórcio conta como entidade promotora a TAIPA, como entidades financiadoras o Município de Odemira, enquanto entidade privada, e depois temos uma associação de produtores agrícolas que é a Lusomorango, temos 4 empresas agrícolas (...), e temos uma empresa de trabalho temporário. Temos ainda no consórcio como parceiro não financeiros, às juntas de freguesia de Longueiro/Almograve, Vila Nova de Mil Fontes, São Teotónio e Boavista dos Pinheiros, temos a associação de agricultores do sudoeste alentejano e costa vicentina temos as casas brancas que é uma associação de promotores turísticos. Nós fazemos reuniões, mais ou menos, de dois em dois ou tres em tres meses, com toda a gente, e nessas reuniões tentamos refletir sobre as questões do território e destas reuniões já saíram muitas candidaturas para outros projetos de integração, uma vez que o CLAIM sendo um gabinete de informação e de mediação, é um gabinete que tem um peso mais burocrático, tem uma intervenção mais ao nível documental e informativo, então nós já conseguimos criar diversos projetos de integração que estão no território. A TAIPA atualmente tem cerca de 7 a 8 projetos de integração de imigrantes com o CLAIM, tem o programa Escolhas desde 2013 que a TAIPA tem o programa escolhas de intervenção comunitária, também já tivemos um GIP imigrante, temos vários projetos na área de integração de imigrantes. Entretanto no final de 2021, a sede do CLAIM que era na sede da TAIPA em Odemira passou para São Teotónio que é a freguesia que tem o maior número de imigrantes no concelho, também é a freguesia que tem o maior número de empresas agrícolas, portanto fez-nos sentido tirar a sede do gabinete para lá. Agora nós temos o atendimento na sede do CLAIM de segunda à sexta, temos na junta de freguesia de vila nova de mil fontes às segundas, na freguesia de Longueiro/Almograve às terças e quartas, na freguesia da Boa Vista e na sede da TAIPA em Odemira às quintas, e às sextas nós reunimos equipa e não fazemos atendimentos para tratar das questões mais burocráticas. Neste momento somos 2 técnicas, eu e uma colega, e nunca fomos mais que duas. Ou somos uma, quando há pouco dinheiro, ou somos duas quando há essa hipótese de ter uma segunda pessoa.

Investigadora: Como caracteriza a população migrante no território?

Técnica responsável: Então é assim, a população imigrante tem vindo a alterar-se ao longo destes anos, desde que nós estamos em funcionamento, ao longo destes 9 anos. Maioritariamente uma das nossas principais dificuldades é que nós recebemos as pessoas no início da sua situação migratória, ou seja, as pessoas acabam de chegar a Portugal e vêm para Odemira, então, todas as questões associadas a essa questão, o desconhecimento da língua, o tratar dos aspetos burocráticos do início, pedido do NIF, do NISS, explicar a legislação, as pessoas vêm com um desconhecimento muito grande relativamente até ao próprio país, porque acabaram de chegar. Outra das questões é que, ao longo deste tempo todo, nós recebemos principalmente homens, em idade ativa, para trabalhar na agricultura, no turismo, homens sozinhos, embora isso agora se esteja a alterar porque já temos muitas famílias com filhos, mas pronto, imigração de homens sozinhos é o que tem mais peso (...). A maior percentagem de imigrantes que temos no concelho de Odemira são imigrantes oriundos da Índia e do Nepal, depois temos também do Bangladesh, do Paquistão, do Brasil, da Ucrânia, da Bulgária, mas mais de 80% dos nossos atendimentos são de pessoas da Índia ou do Nepal.

Investigadora: Quais são as principais problemáticas e necessidades apresentadas pelos imigrantes?

Técnica responsável: Nós estando num território que tem esta quantidade de empresas agrícolas, nos ao longo deste tempo todo, e as exceções confirmam a regra, nunca tivemos grandes questões a nível social, a nível de desemprego ou a nível de pedidos de apoio social, porque sempre houve trabalho para toda a gente, por assim dizer, para quem queria trabalhar na agricultura. Não há muita diversidade de trabalho, mas na agricultura há trabalho. Então, tirando na altura da pandemia que aí tivemos alguns pedidos de ajuda na área social, até à pandemia não tínhamos sentido essas questões, até porque o concelho de Odemira é um dos concelhos do país com uma taxa de desemprego mais baixa. Agora, a situação está um bocado alterada por várias razões, por um lado, continuam a chegar muitas pessoas novas ao concelho de Odemira, entretanto, sendo também a agricultura um trabalho sazonal, há alturas em que há mais trabalho, há alturas em que há menos trabalho, então também existe uma grande

rotatividade de pessoas no território. Nesta altura agora, temos por um lado, muita gente a chegar e muita gente no território, que já não há trabalho para toda a gente, por outro lado, temos a questão da água que também faz com que as empresas cultivem menos e tenham menos trabalho. Então, isto estamos a criar agora desafios novos à parte do desafio que sempre tivemos, que são as questões da habitação e das infraestruturas, pois o concelho de Odemira sendo um concelho que vive principalmente da agricultura e do turismo, é um concelho rural, com défice de infraestruturas a nível de rede de água, rede de esgotos, rede de transportes, a nível de (...) pessoas nos serviços, segurança social, ou seja, o concelho de Odemira não está preparado para a quantidade de pessoas que atualmente estão no território. E isso é um desafio grande porque as pessoas continuam a chegar e os recursos não esticam. Isto leva depois a questões de sobrepovoação das habitações, não haver água nas torneiras, essas questões todas estão associadas ao facto de haver muita gente num território que não está preparado para tanta gente (...). Tudo o que tem a ver de servirem de intermediários com o SEF, agendamentos do SEF, seja para reagrupamento familiar, manifestações de interesse, seja para renovação dos cartões de residência, etc , essa é uma das questões que levam os imigrantes a procurarmos. Também as questões relacionadas com o trabalho, perceber as regras dos contratos de trabalho em Portugal, o acesso à saúde, o acesso à educação, acho que quase tudo o que uma pessoa acaba de chegar a um país estrangeiro e que não conhece as regras, é basicamente isso que os lava a procurar-nos. Mas acima de tudo, com muito foco nas questões burocráticas e na mediação com o SEF.

Investigadora: Além dos atendimentos, de que forma o CLAIM atua no que concerne à integração dos migrantes na comunidade endógena bem como à resolução das problemáticas/necessidades sentidas pelos migrantes?

Técnica responsável: Numa primeira fase, quando nós abrimos o CLAIM, que não havia mais nenhum projeto na área da integração dos migrantes, nós tentamos foi primeiro que tudo foi informar ou formar as pessoas relativamente à legislação, nomeadamente, nós promovemos vários workshops e várias acções de informação e sensibilização relacionadas com a lei da imigração, com as leis do arrendamento, com as leis do trabalho, etc, dirigidas não apenas aos imigrantes, faladas em inglês e na língua deles, mas também aos técnicos das entidades públicas e privadas que com eles trabalhavam. Ou seja, técnicos das empresas, da segurança social, do centro de saúde.

Fizemos muitas ações de sensibilização em conjunto com o ACM, em conjunto com o SEF e em conjunto com a ACP, promovemos alguns encontros, fizemos algumas coisas nos primeiros anos do CLAIM. A partir do momento em que a câmara municipal passou a ter um plano municipal de integração de imigrantes, e existem outros projetos que promovem a integração de imigrantes, através da cultura, através da arte, do desporto, o CLAIM perdeu um pouco essa função e ficamos mais com a função documental. Mesmo assim, às vezes não é fácil de conseguirmos só as duas dar conta.

Investigadora: As estratégias/ planos de ação vão no sentido dos migrantes manterem a sua cultura de origem, promovendo a diversidade cultural e a interculturalidade, ou considera-se que os migrantes devem adotar elementos da cultura endógena.

Técnica responsável: A nossa intervenção vai sempre no sentido de, ou pelo menos, numa primeira fase de dar a conhecer a cultura local como a cultura de quem nos visita. Promovemos algumas mostras de gastronomia, trajes típicos, etc. Porque são culturas muito diferentes, a cultura asiática relativamente à nossa, e o facto de ser um concelho que é envelhecido, que é rural, aparecerem grupos de homens de turbante, muito diferentes, tivemos que tentar desmistificar um bocado esta questão, mostrando a cultura de quem nos visita e dando a conhecer a nossa, através das festas tradicionais, e havendo pontos que se tocam nessas atividades. No entanto, há questões que nós continuamos a promover alguns workshops, chamamos workshops de integração, que tem a ver com as regras da sociedade de acolhimento e que podem um bocado “chocar”. Nomeadamente, a maneira como eles tratam o lixo, atiram o lixo, não tem uma cultura de jogar o lixo no caixote do lixo, ou a própria forma como a mulher é vista, por exemplo, na praia em bikini, então pode haver aqui algum choque cultural, onde nós tentamos mostrar que não é legal atirar o lixo para o chão, ou estar a fotografar ou a filmar mulheres na praia. Coisas que culturalmente para eles, é aceitável, e que na nossa organização não são legais ou bem vistas. Os nossos projetos de integração pretendem sempre manter a diversidade cultural e não que sejamos todos iguais.

Investigadora: No âmbito da formação inicial teórica, para técnicos CLAIM, houve formações auferidas no âmbito intercultural e de que forma estas constituem uma

ferramenta eficaz para o desempenho da função e, conseqüentemente, para a promoção do diálogo intercultural.

Técnica responsável: Eu estando no CLAIM desde 2014 já tive muitas formações (...) é claro que a partilha de boas práticas, e as formações na área da interculturalidade são sempre úteis, nomeadamente no sentido em que nós conseguimos refletir em conjunto e pensar em novas formas de a promover. Acho que as formações nessa área são centrais para os técnicos dos CLAIM, mas pronto, quanto a mim, os técnicos dos CLAIM têm que ter algumas características pessoais que vão para além da formação. Tem a ver mesmo com a própria estrutura da pessoa.

Investigadora: Existe algum tipo de condicionante ou constrangimento ao desempenho das funções ou ao desenvolvimento de atividades?

Técnica responsável: Os CLAIM que tem muitos atendimentos como nós temos, às vezes temos 20 pessoas para atender, não temos tempo nem para fazer um atendimento em que tentemos perceber toda a envolvência da pessoa, ou também em que nós tenhamos deixado outras componentes na integração para outros projetos e tenhamos focado no atendimento puro e duro. As grandes questões relativamente ao atendimento, e do nosso público aqui no concelho de Odemira, tem a ver com a língua, porque eles acabaram de chegar, falam um inglês muito arcaico (...) e a questão cultural. Eu às vezes sinto que uma vez que os nossos principais clientes são homens e que a mulher na cultura deles é vista como inferior, o facto de estarem a recorrer a nós, porque só durante 3 ou 4 meses é que tive um colega homem, de resto temos sido sempre duas mulheres nos atendimentos, às vezes eles ficam um bocado reticentes, ao princípio. Agora, não. O CLAIM já está muito enraizado, já é muito conhecido, as pessoas confiam em nós, conhecem-nos, portanto a esse nível, tirando a questão da língua, por exemplo, com os cidadãos tailandeses é impossível sem um mediador. Tirando isso, não sinto grandes constrangimentos.

Investigadora: De que forma o CLAIM tem aumentado a coesão municipal e reforçado o diálogo entre a comunidade migrante e a comunidade local (ex. parcerias, protocolos com entidades locais)

Técnica responsável: Sim, o facto de nos termos esse gabinete aqui também leva à comunidade local, quando digo comunidade local, digo tanto o cidadão comum, como os técnicos da junta de freguesia, ou do centro de saúde, quando tem alguma dúvida relativamente à cultura ou até mesmo à legislação, contactam-nos no sentido de perceber as situações, ou porque que eles tao a rezar, ou porque que eles estão de branco, esse tipo de coisas. Nós tentamos sempre informar e esclarecer as dúvidas da comunidade migrante e de acolhimento.

Investigadora: Há conhecimento de focos de tensão social entre as várias comunidades municipais? Caso existam, pode descrevê-los?

Técnica responsável: Há focos tanto dentro das comunidades imigrantes, que a questão religiosa, às vezes aqui é um bocado central nesses focos de tensão, porque há nacionalidades que não convivem bem juntos, há alguma tensão entre indianos e nepaleses ou entre paquistaneses e os do Bangladesh porque são muçulmanos, ou porque são hindus, ou porque são católicos. Pronto, há aqui algumas questões. Relativamente à comunidade de acolhimento, eu não tinha sentido assim essa tensão, mas nos últimos tempos comecei a sentir, começou a ser verbalizado devido ao elevado número, ao elevado peso que a comunidade já tem, e depois leva a questões da superlotação das casas, as questões do lixo e algumas questões relacionadas com essa visão que eles têm das mulheres, do filmar, que cria aqui alguma questão, há algumas tensões e tem havido algumas questões. Agora, não tem havido nenhum aumento da criminalidade, não tem havido questões graves, criminalmente graves, ainda não existiam. Agora, a questão é mesmo por ser uma percentagem grande de imigrantes e depois há aqui a leia da oferta e da procura, se há muita gente à procura de casa, o preço das casas sobe, os preços dos alimentos sobe, tudo sobe, e os locais não conseguem suportar o aumento das coisas e acaba por criar alguma tensão, crispação com as comunidades imigrantes.